



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO**

**EDILEUDA SOARES DINIZ**

**A EXPANSÃO DO REUNI NA UFPB/CAMPUS I E OS IMPACTOS NO CENTRO  
DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS (2006 – 2015)**

**JOÃO PESSOA/PB  
2020**

EDILEUDA SOARES DINIZ

**A EXPANSÃO DO REUNI NA UFPB/CAMPUS I E OS IMPACTOS NO CENTRO  
DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS (2006 – 2015)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) do Centro de Educação (CE) da UFPB-CAMPUS I, como requisito obrigatório para a obtenção do título de Doutor (a) em Educação.

Orientadora: Edineide Jezine Mesquista de Araújo

JOÃO PESSOA/PB  
2020

### Catlogação na publicação Seção de Catlogação e Classificação

D585e Diniz, Edileuda Soares.

A expansão do REUNI na UFPB/CAMPUS I e os impactos no  
Centro de Ciências Sociais Aplicadas (2006 - 2015) /  
Edileuda Soares Diniz. - João Pessoa, 2020.

169 f. : il.

Orientação: Edineide Jezine Mesquita Araujo.  
Tese (Doutorado) - UFPB/Centro de Educação.

1. Educação Superior. 2. Política educacional. 3. REUNI  
- Educação - Brasil. 4. Universidade Federal da  
Paraíba. I. Araujo, Edineide Jezine Mesquita. II.  
Título.

UFPB/BC

CDU 378 (043)

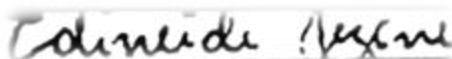
Elaborado por MARILIA RIANNY PEREIRA COSMOS - CRB-15/862

EDILEUDA SOARES DINIZ

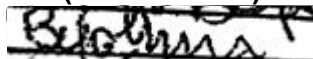
**A EXPANSÃO DO REUNI NA UFPB/CAMPUS I E OS IMPACTOS NO CENTRO  
DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS (2006 – 2015)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação  
em Educação (PPGE) do Centro de Educação (CE)  
da UFPB-CAMPUS I, como requisito obrigatório para  
a obtenção do título de Doutor (a) em Educação.

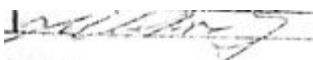
**Aprovada em 30 de Julho de 2020.**



**Profa. Dra. Edineide Jezine Mesquita Araujo  
PPGE/CE/UFPB-CAMPUS I  
(Orientadora)**



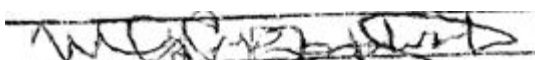
**Profa. Dra. Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira  
PPGCI/CCSA/UFPB-CAMPUS I  
(Membro)**



**Profa. Dra. Leilah Santiago Bufrem  
PPGE/UFPR  
(Membro Externo)**



**Profa. Dra. Aline Maria Batista Machado  
PPGE/CE/UFPB-CAMPUS I  
(Membro)**



**Profa. Dra. Maria das Graças de Almeida Baptista  
PPGE/CE/UFPB-CAMPUS I  
(Membro)**

**Ao Deus de Abraão, Isaac e Jacó,  
sem Ele nada poderia fazer!**

## **AGRADECIMENTOS**

Todo trabalho prescinde de colaboração e apoio, portanto, a consideração de quem o realizou com a ajuda de muitos é importante. Por isso, o que se destaca inicialmente nessa lista é o Autor da Vida, não por pieguice ou coisa que o valha, mas, por saber que Deus é quem opera em nós tanto o querer quanto o realizar.

Nesse realizar a Coordenação do PPGE me direcionou à Profa. Dra. Edineide Jezine por desenvolver pesquisas voltadas para a educação superior no Brasil. Sou grata, por conseguinte, a ela que aceitou que eu participasse de seu Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Superior (GEPPEs) e ficasse sob a sua orientação; mesmo sem me conhecer me inseriu no rol de seus doutorandos. Por seu intermédio pude obter as indicações pertinentes de leitura e de direcionamento do estudo de modo a enxergar o que de incipiente existia. Acredito que esse é o papel do orientador e que a Profa. Dra. Edineide Jezine o cumpriu ao fazer-me ver o que de obscuro se encontrava no decorrer da pesquisa. Acima de tudo, sou grata pela tolerância.

Na hierarquia de agradecimentos encontra-se a Dra. Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira, Vice-Reitora da UFPB, por se fazer presente nos momentos cruciais de minha trajetória acadêmica. Sei que o SENHOR a colocou no meu caminho para se tornar uma benção nas situações em que mais necessitei, tais como aceitar ser parecerista de meu pedido de redistribuição da UFMT, Campus Universitário de Rondonópolis, para a UFPB/CAMPUS I e se pronunciar favoravelmente em reunião Departamental a meu favor. Um privilégio tê-la nesse caminhar de curvas sinuosas em dadas situações e, sem pedir nada em troca, me auxiliou e continua a fazê-lo sem medir esforços.

Ao Professor Dr. Erenildo Carlos que ministrou a disciplina Pesquisa Social com responsabilidade e competência. Sem dúvida, um docente comprometido com o que se propôs a fazer em sala de aula e, assim, tornou o assunto bastante enriquecedor tanto pelas sugestões de leitura contidas no seu Plano de Ensino quanto pelas instigantes discussões.

Aos componentes do Grupo de Pesquisa (GEPPEs) pelas discussões quinzenais. Meus agradecimentos também se estendem à Pedagoga e Mestre

Rayana Andrade de Carvalho pela imensa ajuda na formatação e digitação do trabalho de Tese, essencial para a finalização.

Sou grata à Doutoranda Filomena Spinelli do PPGE/CE/UFPB-CAMPUS I, pelo auxílio na elaboração do *Abstract* e *Resumen* que compõem os elementos pré-textuais da Tese.

E segue nessa linha de reconhecimento, por tornar o caminho menos pedregoso, os amigos da época do mestrado, em especial, Vera Lúcia Araújo Silva (Verinha) pelo ombro caloroso e cheio do amor de Cristo e a Analete (Engenheira Mecânica), a Profa. Dra. Joana Coeli Ribeiro Garcia na Coordenação do mestrado. Todas elas fundamentais para a minha conclusão dessa Pós-graduação na Biblioteconomia da UFPB/CAMPUS I.

Aos colegas de Doutorado, dos quais destaco a importância no convívio em sala de aula. Alguns se tornaram mais chegados que irmãos, como a Sandra Maria Cordeiro de Carvalho, que não deixou de envidar esforços para me ajudar e pela compreensão em ouvir os relatos do acompanhamento de pessoas enfermas na família. Com seu admirável bom humor e prestezas contínuos, que a tornam uma pessoa singular e agradável de conviver, inquestionavelmente fez uma diferença significativa para quem perto dela esteve no processo de construção da tese.

À querida Alessandra da UFRSA/RN que de uma maneira inigualável, me fez sentir especial. Que o SENHOR retribua toda a atenção e carinho genuíno durante todo o percurso da Pós-Graduação em Educação/CE/UFPB-CAMPUS I.

Meus agradecimentos se estendem, sobretudo, à Chefia do Departamento de Ciência da Informação (DCI), na pessoa da Profa. Dra. Edna Gomes Pinheiro, que soube compreender o meu percurso no Programa de Pós-Graduação em Educação desta IES, bem como aos professores participantes do estudo nele lotados. Sem as suas colaborações ficaria inviável a obtenção de informações necessárias à percepção de fatos relacionados ao REUNI na UFPB/CAMPUS I e seus impactos no CCSA. E, particularmente, a atenção dispensada pelo Prof. Dr. Adolfo Júlio Porto de Freitas, a Profa. Dra. Rosa Zuleide Lima de Brito, a Profa. Dra. Rosilene Agapito da Silva Llerena, a Profa. Dra. Julianne Teixeira e Silva e a Profa. Alba Lúcia de Almeida Silva.

Por fim, como não poderia deixar de ser, reconheço o grande valor das pessoas que me criaram: Carminha Diniz e Carminha Rogério por terem cooperado significativamente para o meu acesso à universidade bem como foram

imprescindíveis para a minha ascensão ao ofício professor universitário. Além do Luc Diniz, meu guri, que me fez “acordar” para sentimentos adormecidos!!

Os docentes por seu trabalho buscam a realização do que de humano há neles. O sistema apropria-se deste agir, que passa a ser comandado de forma heterônoma, para deles retirar a vontade (MEGUINS, 2015, p. 11).

## RESUMO

A Pesquisa analisa o processo de expansão do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), no Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA), em que se questiona quais as implicações e impactos foram produzidos no âmbito administrativo e acadêmico do referido Centro de Ensino. Para tanto o objetivo é analisar o processo de planejamento e implantação do REUNI no período de 2006-2015 a partir da adesão da UFPB ao REUNI, com destaque para os investimentos em infraestrutura; aumento das matrículas e acompanhamento acadêmico-curricular da formação acadêmica presencial. A investigação apoia-se na pesquisa qualitativa com uso de dados quantitativos sob a perspectiva teórica da abordagem Fenomenológica em que a categoria teórica Política de expansão se configura como central na análise dos dados, e as categorias educação superior e expansão são empíricas do *lócus* da pesquisa. Como procedimentos metodológicos adotou-se a análise documental a partir de documentos institucionais e oficiais sobre a expansão no CCSA/UFPB; entrevista semi-estruturada com 8 docentes que se constitui a amostra do estudo. Os dados da pesquisa indicam que o impacto do REUNI no âmbito do CCSA/UFPB, vincula-se à proposta de reformulação tanto na parte de reestruturação da infraestrutura do Centro quanto à gestão acadêmica-curricular, que contribuiu como melhorias no ambiente físico como da efetividade da formação profissional em nível de graduação. Todavia, os entrevistados assinalam problemáticas de cunho burocrático-administrativo, em que o docente tem sua demanda de atividades para além do ensino, pesquisa e extensão, o que acarretou aumento excessivo de suas funções burocráticas no ensino.

**Palavras-chave:** Política de Educação Superior. Expansão. REUNI.

## **ABSTRACT**

The research analyses the *Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI)* [Program for Restructuring and Expansion of Federal Universities] in its expansion process at Universidade Federal da Paraíba (UFPB), in the the Social and Applied Sciences Centre (CCSA) in where is questioned the implications and impacts produced in the administrative and academic scope of this Teaching Centre. For that, the objective is to analyze the REUNI planning and implementing process in the period between 2006-2015 from the acession of UFPB to REUNI, highlighting the infrastructure investments; expansion of enrolment and academic and curricular monitoring of on-campus education. The research is based on the qualitative approach using quantitative data by the theoretical perspective of the Phenomenological approach in which the Policy of Expansion category appears as the central in data analysis, and the categories Higher Education and Expansion are empirical from the research *locus*. As methodological procedures the documental analysis from institutional and official documents about CCSA/UFPB expansion was adopted; semi structured interview with eight teachers that forms the study sample. The research data indicate that the REUNI impact in the scope of CCSA/UFPB is linked to the recast proposal, both in the Centre infrastructure restructuring as in the academic-curricular management, that contributed with improvements in physical environment as well as the effectiveness of professional formation in the graduation level. Nevertheless, the interviewed point out paper and administration problems, in which the teacher has got his activities demands in addition to teaching, research and extension, that caused excessive increase of their teaching bureaucracy functions.

**Key words:** Higher Education Policy. Expansion. REUNI.

## RESUMEN

La encuesta analiza el proceso de la expansión del Programa de Reestructuración y Expansión de las Universidades Federales (REUNI en la Universidad Federal de Paraíba (UFPB), en el Centro de Ciencias Sociales y Aplicadas (CCSA), en que se pregunta cuáles son las consecuencias y impactos producidos en el marco administrativo y académico producidos en el marco del referido Centro. Por lo anterior, el objeto es analizar el proceso de la planificación y ejecución del REUNI en el periodo de 2006-2015 desde el momento de la adhesión de UFPB a el REUNI, en particular con las inversiones en infraestructura; aumento de inscripciones y acompañamiento académico -curricular de la formación académica presencial. La investigación se basa en la investigación cualitativa con uso de datos cuantitativos con una perspectiva teórica del enfoque Fenomenológico en que la categoría teórica Política de expansión se configura como central en el examen de los datos, y las categorías educación superior y expansión son empíricas del *lócus* de la investigación. Como procedimientos metodológicos se tomó la análisis documental a partir de documentos institucionales y oficiales sobre la expansión en el CCSA/UFPB; entrevista semi-estructurada con 8 docentes que forme la muestra del estudio. Los datos de la pesquisa han indicado que el impacto del REUNI en el marco del CCSA/UFPB, se vincula a la propuesta de revisión tanto en la parte de la reestructuración de la infraestructura del Centro cuanto a la gestión académica-curricular, que ha contribuido con las mejoras en el entorno físico y la la efectividad de la formación profesional a nivel de pregrado. No obstante, los entrevistados señalan problemas de carácter burocrático-administrativo, en que el docente tiene su demanda de actividades aparte de la enseñanza, investigación y extensión, que ha acarreado aumento excesivo de su funciones burocráticas en la enseñanza.

**Palabras clave:** Política de Educación Superior. Expansión. REUNI.

## **LISTA DE FIGURAS**

**Figura 1:** Categorias de análise do estudo.....52

**Figura 2:** Categorização do roteiro de entrevista.....54

## **LISTA DE GRÁFICOS**

- Gráfico 1:** Evolução das matrículas nos cursos de graduação presenciais por setor 1995-2010..... 69
- Gráfico 2:** Evolução de matrículas por organização administrativa (2006-2016) .... 70
- Gráfico 3:** Demonstrativo dos recursos orçamentários para as Obras provenientes do REUNI para o CCSA/UFPB/CAMPUS I – 2008 ..... 96
- Gráfico 4:** Demonstrativo dos recursos orçamentários para as Obras provenientes do REUNI para o CCSA/UFPB/CAMPUS I – 2009 ..... 96
- Gráfico 5:** Representação dos componentes de Gestão da UFPB – CAMPUS I.... 99

## LISTA DE QUADROS

|                                                                                                                                                                   |     |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| <b>Quadro 1:</b> Quantitativo das categorias Educação Superior e Expansão do Grupo de Trabalho (GT) 11 Política da Educação Superior da ANPEd (2010 – 2015) ..... | 34  |
| <b>Quadro 2:</b> Quadro-síntese das perspectivas teórico-metodológicas da produção acadêmica da ANPEd - (2010-2015) sobre REUNI.....                              | 39  |
| <b>Quadro 3:</b> Quadro-síntese das perspectivas teóricas e metodológicas da produção acadêmica da Rede Universitas/BR (2013-2015) sobre REUNI.....               | 41  |
| <b>Quadro 4:</b> Representação dos sujeitos da investigação na execução da entrevista .....                                                                       | 48  |
| <b>Quadro 5:</b> Políticas públicas de acesso e financiamento .....                                                                                               | 67  |
| <b>Quadro 6:</b> Evolução das matrículas nos Cursos de Graduação Presenciais por Organização Acadêmica em números absolutos – (2000-2018) .....                   | 71  |
| <b>Quadro 7:</b> Resultados do Reuni de acordo com metas estabelecidas no Plano de reestruturação .....                                                           | 86  |
| <b>Quadro 8:</b> Evolução das matrículas nos cursos presenciais da Universidade Federal da Paraíba (2007-2012) .....                                              | 91  |
| <b>Quadro 9:</b> Principais metas alcançadas pelo Reuni na UFPB .....                                                                                             | 92  |
| <b>Quadro 10:</b> Componentes de Gestão da UFPB/CAMPUS I (2008 – 2016) .....                                                                                      | 97  |
| <b>Quadro 11:</b> Projeção do REUNI na UFPB/CAMPUS I.....                                                                                                         | 100 |
| <b>Quadro 12:</b> Dados da expansão de infraestrutura física por m <sup>2</sup> / UFPB.....                                                                       | 102 |
| <b>Quadro 13:</b> Ampliação por m <sup>2</sup> no CAMPUS I/UFPB por Centro.....                                                                                   | 104 |

## **LISTA DE TABELAS**

**Tabela 1:** Matriculados na graduação presencial (1930-1990) ..... 64

**Tabela 2:** Expansão de matrículas Organização Administrativa, Nordeste e Paraíba.  
Números absolutos (2000 - 2018) ..... 90

## **LISTA DE SIGLAS**

**ANPED** - Associação Nacional de Pós-Graduação em Educação

**BIRD** - Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento

**BM** - Banco Mundial

**CNPq** - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

**CFB** - Constituição Federativa do Brasil

**CCSA** - Centro de Ciências Sociais Aplicadas

**DCI** - Departamento de Ciência da Informação

**IES** - Instituição de Ensino Superior

**IFES** - Instituição Federal de Ensino Superior

**LDB** - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

**MEC** - Ministério de Educação

**OCDE** - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

**PDE** - Plano de Desenvolvimento da Educação

**PNE** - Plano Nacional de Educação

**PROUNI** - Programa Universidade para Todos

**REUNI** - Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

**UE** - União Européia

**UFPB** - Universidade Federal da Paraíba

**UNESCO** - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

## SUMÁRIO

|                                                                                                                                                                        |     |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| <b>1 INTRODUÇÃO</b>                                                                                                                                                    | 19  |
| <b>2 PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS</b>                                                                                                                            | 30  |
| 2.1 Tipo de estudo                                                                                                                                                     | 30  |
| 2.2 Descrição metodológica                                                                                                                                             | 32  |
| 2.2.1 Levantamento bibliográfico                                                                                                                                       | 33  |
| 2.2.2 Lócus da pesquisa                                                                                                                                                | 44  |
| 2.2.3 População e amostra                                                                                                                                              | 46  |
| 2.2.4 O processo de realização de entrevistas                                                                                                                          | 46  |
| 2.2.5 Caracterização dos atores da pesquisa                                                                                                                            | 48  |
| 2.3 Coleta e análise de dados                                                                                                                                          | 50  |
| 2.3.1 Das categorias de análise                                                                                                                                        | 51  |
| 2.3.2 Categorização das entrevistas                                                                                                                                    | 52  |
| <b>3 A TRAJETÓRIA DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL NO CONTEXTO DA GLOBALIZAÇÃO</b>                                                                                         | 55  |
| 3.1 Fatores contextuais políticos e econômicos do processo da globalização                                                                                             | 55  |
| 3.2 A lógica neoliberal na trajetória do ensino superior brasileiro                                                                                                    | 59  |
| 3.3 Ensino superior brasileiro e as políticas de expansão                                                                                                              | 63  |
| 3.4 Um projeto de educação superior delimitado pelos Organismos Multilaterais                                                                                          | 72  |
| 3.5 O REUNI como política para a expansão das Universidades Federais                                                                                                   | 79  |
| <b>4 OS IMPACTOS DA EXPANSÃO DO REUNI NO CCSA/UFPB-CAMPUS I</b>                                                                                                        | 89  |
| 4.1 A questão quantitativa no caso da expansão do REUNI na UFPB/CAMPUS I                                                                                               | 94  |
| 4.2 A questão qualitativa no caso do CCSA/UFPB-CAMPUS I: análise e discussão dos resultados                                                                            | 106 |
| 4.2.1 O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) implantado em 2007 na UFPB/CAMPUS I na visão dos atores da pesquisa | 107 |
| 4.2.2 Mudanças que se processaram na UFPB/CAMPUS I com a implantação do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) em 2007               | 119 |
| 4.2.3 As condições de infraestrutura da UFPB no período anterior ao Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), nos anos de 2003-2006    | 126 |

|                                                                                                                                                                                      |            |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| 4.2.4 As condições de infraestrutura da UFPB/CAMPUS I no período posterior ao Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), nos anos de 2013-2016 .....  | 127        |
| 4.2.5 Considerações sobre as condições físicas do trabalho após a implantação do REUNI na UFPB/CAMPUS I .....                                                                        | 129        |
| <b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>                                                                                                                                                  | <b>137</b> |
| <b>REFERÊNCIAS .....</b>                                                                                                                                                             | <b>141</b> |
| <b>APÊNDICES .....</b>                                                                                                                                                               | <b>153</b> |
| <b>APÊNDICE A - Roteiro de Entrevista Semi-Estruturada .....</b>                                                                                                                     | <b>154</b> |
| <b>APÊNDICE B - Quadro 14 - 37ª. Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação em Educação – ANPED/Ano do Evento – 2015 - 04 a 08 de outubro, UFSC – Florianópolis .....</b> | <b>155</b> |
| <b>APÊNDICE C – Quadro 15 – 36ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação em Educação – ANPED/Ano do Evento – 2013 – 29/09 a 02/10 – Goiânia/GO .....</b>                | <b>157</b> |
| <b>APÊNDICE D - Quadro 16 - 35ª. Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação em Educação – ANPED/Ano do Evento – 2012 - 21 a 24 de Outubro/Porto de Galinhas /PE .....</b> | <b>158</b> |
| <b>APÊNDICE E -Quadro 17 - 34ª. Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação em Educação – ANPED/Ano do Evento – 2011 - 02 a 05 de Outubro em Natal/RN .....</b>            | <b>159</b> |
| <b>APÊNDICE F - Quadro 18 - 33ª. Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação em Educação – ANPED/Ano do Evento – 2010 - 17 a 20 de Outubro em Caxambu/MG .....</b>         | <b>160</b> |
| <b>APÊNDICE G - Quadro 19 - Anais do XXIII do Seminário Nacional da Rede Universitas/BR - Ano do Evento – 2015 - 20 a 23 de maio em Belém/PA – Eixo 2 .....</b>                      | <b>161</b> |
| <b>APÊNDICE H - Quadro 20 - Anais do XXIII do Seminário Nacional da Rede Universitas/BR - Ano do Evento – 2015 - 20 a 23 de maio em Belém/PA – Eixo 4 .....</b>                      | <b>162</b> |
| <b>APÊNDICE I - Quadro 21 - Anais do XXII do Seminário Nacional da Rede Universitas/BR - Ano do Evento – 2014 - 21 a 23 de maio em Natal/RN – Eixo 2 .....</b>                       | <b>163</b> |
| <b>APÊNDICE J - Quadro 22 - Anais do XXII do Seminário Nacional da Rede Universitas/BR - Ano do Evento – 2014 - 21 a 23 de maio em Natal/RN – Eixo 4 .....</b>                       | <b>164</b> |
| <b>APÊNDICE K - Quadro 23 – Coletânea do XXI Seminário Nacional da rede Universitas/Br - Ano do Evento – 2013 - 29 a 31 de maio em São Carlos/SP-UFScar .....</b>                    | <b>165</b> |
| <b>ANEXOS .....</b>                                                                                                                                                                  | <b>166</b> |
| <b>ANEXO A – DECRETO Nº 6.096, DE 24 DE ABRIL DE 2007/REUNI .....</b>                                                                                                                | <b>167</b> |

## 1 INTRODUÇÃO

*Digo: o real não está na saída nem na chegada: ele se dispõe para a gente é no meio da travessia (ROSA, 1994, p. 86).*

---

A contemporaneidade<sup>1</sup> tem despertado, em parte de pesquisadores da educação, interesse pela investigação sobre a expansão da educação superior no Brasil, sobretudo no campo da pesquisa na pós-graduação *stricto sensu*, a exemplo, dos estudos desenvolvidos na Associação Nacional de Pós-Graduação em Educação (ANPEd), no Grupo de Trabalho 11(GT-11)<sup>2</sup> “Política da Educação Superior” e nos Anais do Seminário da Rede *Universitas/Br*<sup>3</sup> nos Eixos 2 - “Organização Institucional e Acadêmica na Expansão da Educação Superior” e 4 - “Trabalho Docente na Expansão da Educação Superior”, bem como nas produções acadêmicas resultantes do Grupo de Estudos e Pesquisas em Política de Educação Superior e Sociedade (GEPESS) no âmbito da Universidade Federal da Paraíba (UFPB)/CAMPUS I.

As pesquisas desenvolvidas na esfera dessas produções contribuem de maneira significativa para as reflexões necessárias ao entendimento da temática situada nesta investigação. Destacamos a sua importância que, dentre outros fatores, reverbera na contribuição para a formação de indivíduos das mais diversas áreas do saber. Pressupõe-se, a partir disso, a pertinência deles poderem ter uma

---

<sup>1</sup> Nesta tese adotamos contemporaneidade sob a perspectiva de Giorgio Agamben (2009), ao afirmar: contemporaneidade, portanto, é uma singular relação com o próprio tempo, que adere a este e, ao mesmo tempo, dele toma distâncias; mais precisamente, essa é **a relação com o tempo que a este adere através de uma dissociação e um anacronismo**. Aqueles que coincidem muito plenamente com a época, que em todos os aspectos a esta aderem perfeitamente, não são contemporâneos porque, exatamente por isso, não conseguem vê-la, não podem manter fixo o olhar sobre ela” (AGAMBEN, p. 59, grifo nosso). Isso significa que o contemporâneo não é somente aquele que, **percebendo a escuridão do presente, apreende sua luz inalienável**, mas é também aquele que, **dividindo e interpelando o tempo, é capaz de transformá-lo, de nele ler de modo inédito a história**. A contemporaneidade clama por contemporâneos.

<sup>2</sup> “ O GT de Políticas da Educação Superior (GT-11) está entre os oito primeiros grupos constituídos no âmbito da Anped. O primeiro encontro, realizado na reunião anual em 1982, reuniu professores-pesquisadores em um espaço não homogêneo, mas de debates, de incentivos à produção científica sobre política da educação superior ” (CATANI; FERREIRA, 2012, p. 120).

<sup>3</sup> “ a partir do GT-11 da ANPEd, foi criado o UNIVERSITAS-BR, que congrega um grupo de quase uma centena de pesquisadores que trabalham diretamente com a **educação superior**, há mais de 20 anos, contribuindo efetivamente para a produção do conhecimento nessa área ” (MAUÉS; SOUZA; SEGENREICH, 2015, p. 8, grifo nosso).

participação efetiva no desenvolvimento do país quando de sua inserção no mercado de trabalho. De acordo com Saviani (2010), para a sociedade, a educação superior tem como função precípua a formação de profissionais de nível superior para atender às suas reivindicações. Nesse ponto, é possível perceber a relevância da expansão das universidades no país, especialmente pelo reconhecimento que a universidade passou a ter no início do século XXI, sendo considerada como uma ferramenta de transformação social. Segundo Weska (2012, p. 9), o papel desempenhado pela universidade enquanto instrumento de “desenvolvimento sustentável e inserção do país, de forma competente, no cenário internacional mobilizou os movimentos reivindicatórios de expansão da educação superior pública e gratuita”.

Historicamente, o acesso ao ensino superior e a conquista por uma profissão eram destinados à elite brasileira em detrimento das camadas populares. De acordo com Weska (2012), essa realidade começou a se transformar quando a sociedade passou a fazer questionamentos acerca da elitização desse nível de educação, que propiciava a exclusão social e a discriminação. Com isso, chegou-se ao entendimento de que essa situação somente seria modificada pelo aumento da oferta à educação superior. Criou-se, então, o Plano Nacional de Educação – PNE (2001 – 2010) – com o objetivo de traçar metas para ampliar o acesso de estudantes ao ensino superior.

Neste cenário, portanto, de 10 anos do PNE, os programas de expansão do ensino superior federal começaram a tomar corpo. Sua primeira fase, nominada de Expansão I, compreendeu o período de 2003 a 2007, sob a vigência do Governo Luis Inácio Lula da Silva, em seu primeiro mandato. A medida que o Governo Lula adotou medidas importantes para fazer o ensino superior público crescer, houve a ampliação das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) de maior expressividade.

Os efeitos desse crescimento se deram com a criação do Programa de Expansão Fase I, cuja meta principal era a interiorização do ensino superior público federal, tendo em vista que, até o ano de 2002, havia somente 45 universidades federais e 148 Campus. Além disso, o programa objetivava, também, aparelhar as universidades com as condições devidas a fim de aumentar o acesso e permanência do discente na educação superior. (WESKA, 2012).

A partir dos resultados da primeira fase do Programa Expansão I, houve a implementação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) em 2008. Ele foi instituído um ano antes, em 2007, pelo Decreto nº 6.096, como atividade que compunha o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) por reconhecer a função estratégica das IFES para o progresso da economia e da sociedade. A previsão para o seu término ficou para 2012. (MEC, 2009). Com o REUNI, por conseguinte, foram mobilizados esforços para o fortalecimento de uma política nacional de expansão da educação no país.

Foi no Governo Lula que a política de ampliação do ensino superior nacional obteve destaque. Contudo, no que se refere aos “compromissos com o mundo financeiro”, agiu de modo similar ao governo FHC, conforme discorre Sguissardi (2006, p. 1039), embora, tenha mostrado uma ruptura com a sistemática de governança de cortes rigorosos no orçamento das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) sob o comando de FHC. De maneira que a preocupação passou a ser com a reestruturação e democratização do acesso à educação superior. Um novo olhar sobre as IFES surgiu e, a partir dele, a possibilidade de expansão se vislumbrou na prática com a criação do REUNI, como vimos anteriormente.

A finalidade desse Programa foi delimitada na perspectiva de elevação das vagas para ingresso à universidade pública; na redução das taxas de evasão e ocupação de vagas ociosas; na amplificação da mobilidade discente; na reavaliação da estrutura acadêmica; na variação das modalidades de graduação; no aumento das políticas de inclusão e assistência estudantil e na vinculação da graduação com a pós-graduação, bem como na articulação da educação superior com a educação básica (BRASIL, 2007).

Em conformidade com a produção acadêmica da ANPEd no GT 11 e Rede *Universitas*/BR nos Eixos 2 – “Organização Institucional e Acadêmica na Expansão da Educação Superior” e 4 – “Trabalho Docente na Expansão da Educação Superior”, a exemplo de Mancebo (2015), Medeiros (2012, 2015), Pereira e Castro (2014), Silva e Castro (2014), dentre outros, o REUNI se apresentou para as IFES do país como um contrato de gestão entre o Ministério da Educação (MEC) e essas instituições públicas federais, cujo propósito era o de gerenciar o serviço público como um “termo de pactuação de metas” em que o governo se comprometeria em disponibilizar 20% para as despesas com pessoal e custeio, muito embora esse acréscimo estivesse condicionado às condições orçamentárias do MEC.

Assim, segundo as pesquisas de Pereira e Castro (2014) e Silva e Castro (2014), divulgadas na Rede *Universitas/BR*, a realidade que circundou a educação superior no país em sua totalidade, concernente ao processo de expansão do REUNI, ficou sujeita a condicionalidades, evidenciando, deste modo, a subordinação das universidades públicas federais ao cumprimento de metas e ao atendimento dos instrumentos de controle e avaliação, correndo o risco de receber os recursos celebrados no pacto de metas, caso as recomendações não fossem cumpridas.

Esse formato de gestão da educação superior no Brasil contribuiu para que o REUNI promovesse a expansão desse nível de ensino, tanto pela ampliação da rede física, como pela via da racionalização para otimização dos recursos humanos e dos espaços físicos existentes, introduzindo, assim, um modelo de gestão gerencialista voltado para o controle dos resultados nas universidades. (PEREIRA; CASTRO, 2014), (SILVA; CASTRO, 2014).

Diante disso, instituições federais do país ampliaram vagas para os discentes dos cursos de graduação. Além desse aumento da quantidade de estudantes por docente, foram apresentadas outras modalidades de cursos de graduação, bem como a necessidade de se efetivar a reestruturação do Projeto Pedagógico dos Cursos (PPCs), dentre outros.

Em função dessa ampliação da educação superior em todo o território nacional, com a adesão das universidades ao REUNI, evidenciou-se o aumento exponencial de ingressos de estudantes às IFES do país, como também o crescimento de cursos novos de graduação no período do governo Luiz Inácio Lula da Silva. Ratifica-se, portanto, que na esfera do governo Lula, preconizou-se a expansão significativa do acesso às universidades públicas e, de acordo com a literatura da área da educação superior, tal expansão ocorreu sem a mesma perspectiva de ampliação de ingresso dos estudantes nas redes privadas. (MANCEBO, 2013), (CASTELO BRANCO; JEZINE, 2013), (CABRAL NETO; CASTRO, 2018).

Essa fase de adesão ao REUNI, como podemos perceber, foi responsável por promover a possibilidade de expansão das universidades do país. No Centro-Oeste, um dos *campi* que se inseriu na política de ampliação de cursos de graduação do Governo Federal em 2007, também foi efetivada a construção do Projeto de Expansão. Trata-se do Campus Universitário de Rondonópolis, no Mato Grosso, localizado a 400 km de Cuiabá. Nele exercia a docência no Curso de Graduação em

Biblioteconomia até o primeiro semestre de 2013 cuja posse se deu na sede central da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT) em Cuiabá, capital do Estado, no mês de junho de 2004.

Em decorrência da adesão dessa IFES ao REUNI, dois novos cursos foram criados e houve o acréscimo do número de vagas ofertadas nos cursos de graduação que já existiam. Além disso, o investimento disponibilizado para novas edificações, através de recursos provenientes desse programa de expansão, permitiu a ampliação do prédio que abriga a Biblioteca Regional, o aumento do número de salas de aula, do Restaurante Universitário e de vários laboratórios. Essas ações, que estiveram atreladas ao REUNI, fortaleceram o desmembramento do Campus Universitário de Rondonópolis<sup>4</sup> da sede da UFMT, em Cuiabá proporcionando sua autonomia a partir de projetos voltados para as necessidades locais e regionais<sup>5</sup>.

Esse panorama inicial reforça a preocupação, que se traduz na apropriação do objeto de estudo em apreço, a saber, a expansão do REUNI e os impactos de suas metas e seus objetivos no Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA), razão pela qual se tornou o lócus desta pesquisa de doutoramento, mais precisamente, por atuar em regime de Dedicação Exclusiva no Departamento de Ciência da Informação (DCI) da UFPB/CAMPUS I deste Centro.

Cremos que essa investigação oferece um contributo relevante para a referida Instituição de Ensino Superior (IES), por se tratar de um tema de interesse histórico para a própria gestão institucional relacionado ao crescimento da universidade.

Acreditamos, ainda, que o este estudo se revela importante, acima de tudo, para a sociedade local e regional na medida em que um número expressivo de discentes, em formação nos Cursos de Graduação do CCSA desta instituição, poderão num futuro próximo contribuir, a partir do saber neles produzido, com o desenvolvimento da sociedade paraibana.

A Universidade Federal da Paraíba, por sua vez, com a adesão ao REUNI buscou dar destaque a duas principais metas acadêmicas. Foram elas: elevação

---

<sup>4</sup> O Campus Universitário de Rondonópolis no Mato Grosso, foi Federalizada pela Lei nº 13.637 em 20 de Março de 2018 passando a ser nominada de Universidade Federal de Rondonópolis (UFR). Informação disponível em:

<https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/558448797/lei-13637-20-marco-2018?print=true>.

<sup>5</sup> Informação obtida do Projeto de Criação da Universidade Federal de Rondonópolis (UFR), (2014).

gradual da média institucional da conclusão de cursos presenciais de graduação (TCG) de 68,5 % em 2007 para 90% em 2012 e elevação gradual da relação média institucional de discentes dos cursos presenciais por professor de 13,2% em 2007, para 18% em 2012.

Projetou-se a criação de mais 32 cursos de graduação presenciais, somando-se aos 67 existentes em 2007, bem como o aumento de vagas em 25 desses cursos. O Projeto REUNI da UFPB ainda projetou a necessidade de novas construções, compras e instalações de equipamentos para atender à demanda que viria com a ampliação do ingresso de alunos além da nomeação de novos docentes. (UNIVERSIDADE, 2007).

Foi na UFPB/CAMPUS I, portanto, que a preocupação com o magistério superior teve início enquanto cursávamos a graduação na década de 1980, na medida em que começávamos já nessa época a buscar entender o que se passava com o ensino superior tendo em vista a percepção discente que tínhamos sobre a pouca infraestrutura existente para se desenvolver o exercício da profissão professor universitário. Além disso, já observávamos que poucos discentes haviam para um professor no Curso de Biblioteconomia da UFPB/CAMPUS I no Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA), que funcionava nos turnos vespertino e noturno nesse período.

Posteriormente, ingressar na docência universitária como professora temporária em Biblioteconomia, permitiu-nos ter um envolvimento maior com a educação superior, sempre com o interesse de saber o que ocorria no seu entorno e contexto regional que pudesse influenciar o seu desdobramento na universidade paraibana. Por isso, ao adentrarmos no mestrado na mesma área na década de 1990, o ensino superior continuou como meta de nossa curiosidade investigativa, de modo que procurávamos conhecer o que pensavam os docentes fundadores do Curso de Biblioteconomia desta Instituição Federal de Ensino Superior (IFES) acerca da reformulação da matriz curricular que ocorrera em 1982 em todos os Cursos dessa área no país. Tivemos ainda uma experiência no ensino superior em uma IES privada no ano de 2003 cuja realidade se mostrava, no nosso entender, distinta em termos infraestruturais da universidade pública federal.

Passamos por um processo de redistribuição para a UFPB/CAMPUS I no ano de 2013, onde integramos o quadro de docentes lotados no Departamento de Ciência da Informação (DCI), do Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) até

os dias atuais, de modo que as vivências no exercício profissional da docência universitária nos aproximaram mais da realidade de escassez de recursos que a universidade pública enfrentava durante todos esses anos de magistério.

A trajetória, portanto, que percorremos na educação superior reforça a razoabilidade de desenvolver um estudo investigativo voltado para a compreensão de sua expansão com o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). Em 2013, período da consolidação do programa de expansão das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), a opinião de 60 coordenadores dos cursos de graduação de todos os centros na UFPB/CAMPUS I para o Programa de Incentivo ao Aumento da Taxa de Sucesso (PITS)<sup>6</sup>, por exemplo, indicou a falta de infraestrutura o fator preponderante para a precariedade das salas de aula, laboratórios, bibliotecas e equipamentos.

Assim, partimos da tese de que com a adesão da UFPB ao REUNI, segundo a lógica mercantil, o investimento em infraestrutura no CCSA-CAMPUS I e o aumento das matrículas não foram acompanhados de melhorias acadêmico-curriculares significativas e necessárias ao processo ensino-aprendizagem na formação acadêmica presencial.

Ao observarmos empiricamente, passado quase uma década, a realidade da educação superior no CCSA/UFPB/CAMPUS I parece permanecer. Isto nos conduziu à questão norteadora dessa investigação: Que implicações e impactos foram produzidos no âmbito do Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA), no Campus I da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), a partir da sua adesão ao REUNI? Para responder, portanto, ao questionamento, isto é, ao problema de pesquisa, traçamos os seguintes objetivos:

Objetivo Geral: Analisar o processo de planejamento e implantação do Programa REUNI, no Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA/UFPB-CAMPUS I), entre os anos 2006-2015.

Os Objetivos Específicos, por sua vez, direcionam-se a:

- a) Situar o contexto e o desenvolvimento do Programa REUNI como política pública, destacando as implicações desse processo para o ensino superior;
- b) Destacar o processo de implementação do Programa REUNI no âmbito do CCSA/UFPB-CAMPUS I;

---

<sup>6</sup> Informação disponível nos documentos do Arquivo Central da Reitoria da UFPB/CAMPUS I sobre o REUNI.

- c) Avaliar as implicações do REUNI no CCSA/UFPB-CAMPUS I;
- d) Apontar se houve avanços significativos no CCSA/UFPB-CAMPUS I, a partir da adesão ao REUNI, no referido período.

## Estrutura da tese

Esta investigação está ordenada em capítulos. Discorre-se inicialmente sobre o trajeto que percorremos na docência universitária e que nos levou ao tema da pesquisa, qual seja a expansão da educação superior. Nesse primeiro capítulo, nominado **Introdução**, buscamos explicitar a problematização e a importância da temática para a área da educação superior enquanto objeto de estudo bem como apresentamos a questão norteadora, os objetivos, a premissa a ser defendida e o tipo de pesquisa escolhido para a construção metodológica.

No segundo capítulo intitulado **Pressupostos Teórico-metodológicos** expõe o detalhamento do tipo de pesquisa e o método adotados, como também são evidenciados o levantamento bibliográfico sobre a temática, dados acerca da população e amostra, caracterização do instrumento de coleta dados, as questões de ética da pesquisa com as informações sobre o Comitê de Ética e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) necessários à submissão da pesquisa e seu cadastro na Plataforma Brasil<sup>7</sup>, em atendimento às resoluções da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) e o Conselho Nacional de Saúde (CNS).

Para a consecução dos objetivos/metapas centramos nossa estratégia metodológica no tipo de pesquisa qualitativa com o apoio do quantitativo e sob a perspectiva de análise ancorada no fundamento da fenomenologia que pode ser aplicada nas pesquisas em educação, de modo a favorecer o Estado da Arte e o desenvolvimento do estudo.

A fenomenologia que surgiu e cresceu com Edmund Husserl sob a influência de Platão, Descartes e Brentano, coloca o seu cerne na descrição e a ela se refere como sendo “a direção primeira de ir às coisas mesmas”. E sendo a descrição

---

<sup>7</sup> Informações no site: <http://plataformabrasil.saude.gov.br/login.jsf>

fenomenológica imprescindível, o pesquisador precisará tecer considerações sobre a “sua vivência em seu mundo vida, uma experiência que lhe é própria, permitindo-lhe questionar o fenômeno que deseja compreender”, como discorreram, com base em Husserl, Oliveira e Silva; Lopes; Diniz (2008, p. 255).

A etimologia do termo fenômeno é originária “da palavra grega *faínomenon* – que deriva do verbo *faínestai* – e significa o que se mostra, o que se manifesta, o que aparece. É o que se manifesta para uma consciência. Consciência, na fenomenologia, é intencionalidade, é o estar voltada para...atentivamente”, como evidencia Bicudo ((1997, p. 17). Depreende-se, conseqüentemente, que a fenomenologia trata de “pensar a realidade de modo rigoroso”, embora ela não se caracterize por “ser ou procurar ser esse pensar, mas, **o modo pelo qual** age para perseguir essa meta”, como vimos em Bicudo (1997, p. 17, grifo nosso).

Assim, o modo fenomenológico de nortear a pesquisa em educação, por exemplo, se dá na medida em que “sempre haverá um sujeito, numa situação, vivenciando o fenômeno educacional”, onde o fenômeno, conforme Fini (1997, p. 24-25, grifo nosso), “é aquilo que surge para a consciência e se manifesta para esta consciência como resultado de uma interrogação. Isto quer dizer que só existirá um fenômeno educacional se existir um **sujeito** no qual ele se situa ou que o vivencia”. Nessa perspectiva, o procedimento do pesquisador será o de buscar interrogar aquilo que não está evidente e que lhe causa estranheza; que o incomoda e que não está bem explicado claramente. Ele irá obter o esclarecimento do que está obscuro por intermédio dos dados da experiência vivenciadas e descritas pelos sujeitos da investigação.

De acordo com Fini (1997), esses dados são expostos pelos sujeitos da pesquisa de diversas maneiras tendo em vista que as experiências são distintas e se diferenciam de sujeito para sujeito, o que conseqüentemente colocará o pesquisador diante de um aglomerado de significados. Por isso, o estudo sob a perspectiva fenomenológica busca não a quantidade, mas, sim a “qualidade diferenciada das percepções dos sujeitos sobre suas experiências. (FINI, 1997, p. 28-29).

Dessa maneira, o *modus operandi* do pesquisador será o de observar, nas descrições obtidas dos sujeitos da pesquisa, o que nelas têm em comum, o que têm de convergente para em seguida se construir os resultados a partir da interpretação, que implicará em refletir sobre a própria reflexão, como acentua Fini (1997).

Assim, elencamos a categoria de análise teórica Políticas de expansão que norteia o estudo com os dados obtidos e duas categorias empíricas de análise, são elas: Educação Superior e Expansão, tendo o REUNI como o objeto de estudo. As categorias subsidiam a discussão teórica, metodológica, bem como a análise dos resultados.

Ao tomar a expansão da educação superior, por conseguinte, e o REUNI como pilares da pesquisa, refletimos no terceiro capítulo denominado **A trajetória do Ensino Superior no contexto da Globalização**, sobre o cenário social, político e econômico que incidiram nas principais reformas universitárias no Brasil. Nesta parte, dialogamos com os principais pesquisadores que analisam a expansão da educação superior, especialmente no contexto pós LDB nº9394/96, implementada na década de 1990. Assim sendo, priorizamos os estudos elaborados no âmbito da Rede *Universitas/BR* e ANPEd, cujas produções acadêmicas de autores como: Leda e Mancebo (2009); Mancebo (2013; 2015); Ávila (2013); Paula (2015); Chaves e Guimarães (2015); Amaral (2017); Jezine e Bittar (2013) e Jezine e Santos (2019), entre outros, se constituíram como uma fonte sólida de pesquisas nessa área específica do saber.

O terceiro capítulo disserta, todavia, sobre os fatores contextuais políticos e econômicos do processo da globalização os quais, de acordo com a literatura da educação superior, incidiram nas transformações e mudanças da sociedade do capital caracterizada pela complexidade e incerteza dessas alterações, de modo a influenciar a educação superior imprimindo a ela a responsabilidade de contribuir substancialmente para o desenvolvimento da sociedade.

Como reflexo dessas transformações, a literatura apontou para uma reestruturação na educação superior pautada na concepção de ensino de viés neoliberal que traduziu a face mercadológica nesse nível de educação e a substituiu enquanto um direito de todos. Como consequência evidenciou-se o célere crescimento do setor privado, ao invés do aumento do setor público na mesma proporção. Foi sob essa lógica produtivista, que buscamos analisar as principais políticas de expansão implementadas, suas perspectivas e desdobramentos na educação superior brasileira, com especial ênfase para a política do REUNI, implementada em 2007, e os impactos ocasionados nas IFES de todo o país que aderiram à iniciativa de expansão proposta pelo Governo Federal.

Com base na observação desses fenômenos é que problematizamos, no quarto capítulo que se intitulou **Os impactos da expansão do REUNI no CCSA/UFPB-CAMPUS I**. Nele, centramos a atenção nos desdobramentos do Projeto de Expansão do Governo Federal, o REUNI, no Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA)/UFPB/CAMPUS I, com vistas à efetivação do estudo de caso em apreço. A partir desse contexto é que trazemos nossas análises e discussões dos resultados.

Com isso, e por intermédio do depoimento dos oito docentes participantes do estudo que compunham o quadro do DCI/UFPB, atentamo-nos às contribuições que deram ao relatarem suas respectivas visões sobre o impacto do REUNI, a partir das suas experiências no entorno do ensino e atividades burocráticas no âmbito do CCSA. As entrevistas com esses oito sujeitos da investigação foram analisadas de modo a contemplar ao menos quatro eixos, sendo estes: as condições de infraestrutura; os recursos tecnológicos; os recursos pedagógicos e de ensino-aprendizagem; e, por fim, Projeto Pedagógico do Curso sob orientação das Políticas Sociais.

Finalizamos a tese no quinto capítulo tendo como título **Considerações Finais**, no qual reiteramos os impactos do REUNI no CCSA da UFPB/CAMPUS I, na busca por reconhecer e confirmar, diante do problema levantado, se o percurso traçado para a construção da pesquisa permitiu que as metas almejadas fossem alcançadas.

## 2 PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

*O mais importante e bonito, do mundo, é isto: que as pessoas não estão sempre iguais, ainda não foram terminadas - mas que elas vão sempre mudando.*  
(Guimarães Rosa)

---

Compõem este capítulo as seguintes etapas: tipo de estudo e teoria adotada para subsidiar o método e a descrição de cada etapa metodológica, a saber, o levantamento bibliográfico na temática da expansão na educação superior; *lócus* da pesquisa; realização de entrevista; caracterização dos atores participantes; categorias de análise e categorização dos resultados obtidos conforme o roteiro de entrevista.

### 2.1 Tipo de estudo

Como o pesquisador tem a prerrogativa de dar início à investigação por uma abordagem do tipo qualitativa e seguir com o apoio quantitativo, optamos por assim fazê-lo. Os benefícios disso são percebidos quando há possibilidade de ter o controle de vieses provenientes da assistência quantitativa e quando é possível compreender os indivíduos envolvidos no fenômeno oriundos da abordagem qualitativa. Há possibilidade, ainda, de identificar variáveis específicas pelo amparo quantitativo e também obter, de maneira ampla, uma visão do fenômeno pela abordagem qualitativa, como discorre Paschoarelli, Medola e Bonfim (2015). Para esses autores:

Apesar de as pesquisas quantitativas e qualitativas terem abordagens e características distintas, elas não são incompatíveis. Na verdade, o seu uso conjunto tem demonstrado resultados confiáveis, que minimizam a subjetividade e que respondem às principais críticas das estratégias de abordagens isoladamente: qualitativas ou quantitativas (PASCHOARELLI; MEDOLA; BONFIM, 2015, p. 70-71).

Diante disso, é possível pressupor que a pesquisa qualitativa “não é necessariamente uma distinção entre aquela que se utiliza ou não de dados numéricos, mas, antes, é uma proposta que se orienta pela visão idealista-subjetivista, ou seja, fenomenológica de mundo”. Trata-se, portanto, do tipo de pesquisa que dá valor ao jeito peculiar do indivíduo de interpretar a realidade, como destacam Maia e Rocha (2016, p. 721).

Nessa perspectiva, e para divisar os objetivos pretendidos, pautamos-nos na Fenomenologia que tem como preocupação central o ato de compreender o objeto de estudo. Compreender no sentido de esclarecer a essência, de interpretar e descrever o fenômeno. Segundo Machado (1997, p. 35), ao significar o “discurso esclarecedor a respeito daquilo que se mostra por si mesmo, enquanto uma práxis ou forma de ação, opera através do método que investiga a experiência, no sentido de compreendê-la”. Dessa maneira, a fenomenologia evidenciará “um saber a partir das e pelas essências”. Estas seriam compreendidas como bases permanentes que provém das experiências.

Na perspectiva de Husserl (1859-1938), portanto, a abordagem fenomenológica, que tem como objetivo a compreensão do mundo enquanto fenômeno, isto é, revelar como ele se mostra à nossa consciência, busca desenvolver o que se denomina de “redução eidética”; redução esta que dará possibilidade de apreender a essência do mundo enquanto fenômeno.

Dito de outro modo, redução é “quando descreve o visto, seleciona as partes descritas consideradas essenciais ao fenômeno. Isso é feito com o auxílio da técnica **variação imaginativa**”, conforme Bicudo (1997, p. 20, grifo da autora). Isso significa, na visão da autora, que o pesquisador, ao comparar o fenômeno no ambiente onde se encontra e ao mesmo tempo procurar descartar o que ele considera ser desnecessário, terá capacidade de “reduzir a descrição daquelas partes segundo o que vê como essencial, característico, básico”.

Além da redução, a fenomenologia consiste de mais um momento considerado fundamental para o rigor que se impõe ao pesquisador fenomenológico, trata-se do momento denominado *epoché*, por se referir àquela ocasião em que se coloca “o fenômeno em suspensão, destacando-o dos demais co-presentes ao campo perceptual do pesquisador”, como afirma Bicudo (1997, p. 20).

Assim, a pesquisa que se ampara no fundamento fenomenológico leva o pesquisador a sempre buscar a interpretação dos dados do estudo, “a partir de um

referencial filosófico que fundamenta sua reflexão, o seu pensar”, como destaca Fini (1997, p. 31). Para isso, são necessários ao pesquisador, conforme Fini (1997, p. 30), seguir alguns passos:

1º fazer a análise teórica das descrições obtidas dos sujeitos da pesquisa “sem procurar destacar nenhuma unidade ou atributo a fim de chegar ao sentido mais geral do está sendo descrito”;

2º procurar “apreender um sentido” do que está sendo descrito e, nesse aspecto, exige-se uma leitura novamente das descrições, porém, com mais atenção ao texto, objetivando “detectar unidades de significado dentro da perspectiva da educação”. Feito isso, o pesquisador procurará expor o significado dessas “unidades de significado”, e finalmente, fará a síntese de todas elas “para chegar a uma estrutura do fenômeno” e construir os resultados daqui para frente, através da interpretação, isto é, “realizar uma reflexão sobre a própria reflexão” (FINI, 1997, p. 30-31).

Ademais, é importante destacar que na pesquisa em educação cujo suporte é a fenomenologia “sempre haverá um sujeito, numa situação, vivenciando o fenômeno educacional”, o que implica dizer que é necessário um sujeito que experiencie o seu “mundo do vivido enquanto tal”, volte-se para ele e assim apreenda a essência do fenômeno. (MACHADO, 1997, p. 35)

Fenômeno esse, como descrito por Maia e Rocha (2016, p. 725) com base em Husserl, que vai significar “a consciência e consciência é fluxo de vivências no tempo, é percepção daquilo que se passa no próprio espírito de um homem”. Percebe-se que a fenomenologia, sob essa perspectiva husserliana, dá possibilidade de “abertura para nuances e possibilidades de significados”.

## **2.2 Descrição metodológica**

Buscamos, então, a partir da perspectiva da Fenomenologia, elaborar as questões para a obtenção de informações dos sujeitos da pesquisa com o intuito de indagá-los sobre a percepção que detinham referente à infraestrutura da

UFPB/CCSA-CAMPUS I com a implantação do REUNI<sup>8</sup>. Nessa relação entre teoria e prática, subsidiamos a discussão por intermédio das seguintes etapas:

### 2.2.1 Levantamento bibliográfico

Para compreender a problemática e a finalidade do estudo, empreendemos compilação bibliográfica pertinente ao tema proposto, proveniente das seguintes fontes informacionais: os textos correspondentes às pesquisas realizadas pela Associação Nacional de Pós-Graduação em Educação (ANPEd), apenas àquelas disponibilizadas no Grupo de Trabalho (GT-11) “Política da Educação Superior” e nos Eixos 2 e 4 dos Anais do Seminário da Rede *Universitas/BR*. Além disso, para identificar os aspectos metodológicos dessas pesquisas, todos os trabalhos apresentados e publicados foram compilados em quadros distintos, para em seguida escolher, tão somente, os que estivessem inseridos na categoria de análise teórica, a saber, expansão e educação superior, levando em consideração o REUNI enquanto o objeto de estudo.

Eles foram enumerados em quadros distintos, os quais correspondem ao “Grupo de Trabalho (GT) 11 - Política de Educação Superior” e dos quais procuramos destacar as categorias de análise teórica, a Educação Superior e Expansão, a fim de mostrar a incidência de pesquisas que envolveram a preocupação com as políticas nacionais de educação, e que se configuraram, igualmente, como representativas para a discussão da proposta investigativa em questão.

A produção acadêmica da ANPEd<sup>9</sup>, exclusivamente do Grupo de Trabalho (GT-11) “Política da Educação Superior” e Rede *Universitas/BR*<sup>10</sup> consultadas para este estudo, foram obtidas nos seus sites para que pudéssemos reunir e organizar os textos das suas Reuniões Anuais, de maneira que foi possível recolher todos eles em pdf perfazendo um total de 73 (setenta e três) trabalhos apresentados, dentre

---

<sup>8</sup> “[...] Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), criado pelo Decreto nº 6.096/2007, tinha como objetivo principal criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação presencial [...]” (BRASIL, 2007).

<sup>9</sup> Site: <http://www.anped.org.br/>

<sup>10</sup> Site: [http://www.redeuniversitas.com.br/p/home\\_22.html](http://www.redeuniversitas.com.br/p/home_22.html)

estes foram escolhidos 12 (doze) que se destacaram pela discussão abordada na nossa investigação em torno da temática expansão da educação superior e o REUNI.

**Quadro 1:** Quantitativo das categorias Educação Superior e Expansão do Grupo de Trabalho (GT) 11 Política da Educação Superior da ANPEd (2010 – 2015)

| Anos              | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2015 | TOTAL |
|-------------------|------|------|------|------|------|-------|
| Educação Superior | 1    | 1    | -    | -    | 3    | 05    |
| Expansão          | 1    | -    | 2    | 2    | 2    | 07    |

Fonte: Levantamento das produções científicas do GT 11 Política da Educação Superior da ANPEd

Do levantamento feito das produções acadêmicas disseminadas pela ANPEd no GT 11 “Política da Educação Superior”, vimos que é bastante antiga a importância que o governo federal deu às determinações provenientes de organismos multilaterais, como o Banco Mundial (BM), a Organização Mundial do Comércio (OMC) e Consenso de Washington nas políticas educacionais do Brasil. Para esses órgãos estrangeiros, a educação era tida como o principal vetor de desenvolvimento da economia, principalmente, diante da crise do capital que se estabeleceu mundialmente nos anos de 1990, por exemplo. Como decorrência, o que era direito do indivíduo se alterou para um serviço. A educação, de modo análogo, passou a ser vista como uma mercadoria exposta para compra e venda. A OMC, por exemplo, vislumbrou nisso a possibilidade de obter lucro porque teria clientes em abundância devido às possibilidades de expansão do ensino superior, conforme afirma o pesquisador Santos (2015).

A educação superior brasileira se redefiniu para poder se encaixar nas prerrogativas impositivas do capital. Além do mais, enfrentou o processo de privatização mais aceleradamente a partir da década de 1990 com a Lei n. 9.394/1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), advinda das proposituras da economia neoliberal, o que desencadeou alterações importantes para a educação superior nas IFES brasileiras. Houve redefinição, do mesmo modo, no Estado que se esquivou de suas incumbências nesse nível de ensino, repassando-as para o empresariado, ao mesmo tempo em que propicia um corte de verbas obrigando as IES públicas do país a fazerem cobranças para o ingresso e manutenção de cursos de pós-graduação, a título de exemplo.

O cenário do governo FHC trouxe, além de corte de verbas para as universidades públicas, a redefinição do Estado sob os ideais do neoliberalismo, no período anterior à propositura do Programa de Expansão REUNI. Dessa maneira, o contexto do governo sob a presidência de Fernando Henrique Cardoso era de efetivação de consideráveis ajustes estruturais e fiscais com vistas a reduzir os gastos públicos, a obtenção do equilíbrio orçamentário, a privatização dos serviços públicos, dentre outros, corroborando, assim, para a reconfiguração da educação superior, direcionando-a de maneira mais concentrada para o ensino superior noturno e na esfera privada.

Destarte, a tônica das reformas, durante os oito anos do governo FHC, foi direcionada ao corte dos recursos financeiros sob a interveniência dos ajustes da economia neoliberal proveniente das determinações do Banco Mundial, principalmente. O viés neoliberal, portanto, introjetado na presidência de FHC, dizia respeito à crise do Estado de Bem-Estar na perspectiva keynesiana e social-democrata, como afirma Chauí (2001, p. 17). Segundo ela, foi um momento em que:

a gestão dos fundos públicos era feita pelo Estado como parceiro e regulador econômico, que operava a partir da ideia e da prática de planejamento econômico e da redistribuição da renda por meio de benefícios sociais conquistados pelas lutas sindicais e populares dos anos 1930-1940. Sua certidão de nascimento foi a crise capitalista do início dos anos 70, quando o capitalismo conheceu, pela primeira vez, um tipo de situação imprevisível, isto é, baixas taxas de crescimento econômico e altas taxas de inflação, a famosa estagflação (CHAUÍ, p. 17).

A perspectiva neoliberal se materializou, substancialmente, no momento do enfrentamento da crise desencadeada no sistema capitalista mundial. Os reflexos para as diretrizes da educação brasileira foram prementes, a começar pela aprovação da Lei Ordinária no Congresso Nacional, nominada de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Lei nº 9.394/96 de 17 de dezembro de 1996, validada pelo Presidente da República no dia 20 de dezembro de 1996 e com a publicação no dia 23 de dezembro do mesmo ano, no Diário Oficial da União. É recorrente o entendimento de que esse documento foi elaborado e direcionado aos ideais do Banco Mundial sob a perspectiva da economia globalizada e, dessa

maneira, não demonstrava em suas propostas o atendimento aos anseios da sociedade (MACIEL, 2008).

Segundo Silva Júnior (2005), FHC, ao fazer aliança com organismos estrangeiros, colocou em evidência

com muita capacidade política e administrativa, a tradução brasileira da mundialização do capital, com graves consequências para a economia brasileira (que se desnacionalizou e se desindustrializou), para a democracia (que agora é desenvolvida em uma sociedade desorganizada) e para as esferas sociais de atividade humana, que se passaram a organizar fortemente pela lógica mercantil (SILVA JÚNIOR, 2005, p. 17).

Tratando-se da área da educação, tal aliança desencadeou as reformas de todos os níveis de ensino, seja na esfera pública ou na privada, muito embora o setor privado tenha ficado mais evidente, na medida em que seus representantes, conforme Silva Júnior (2005, p. 17), assumiram uma “posição hegemônica na esfera educacional e indicando, a longo prazo, o predomínio de traços culturais privados em toda a esfera educacional”.

Segundo esse mesmo autor, anterior ao período da expansão do REUNI, o documento norteador dessas reformas foi o “Planejamento político-estratégico do MEC (1995-1998)” produzido em meados do ano de 1994, na mesma época em que se discutia o “Plano decenal de educação para todos”<sup>11</sup>, além da Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional. Plano decenal esse que, de modo estratégico, foi utilizado como pano de fundo político para as reformas que o governo FHC vislumbrava levando em consideração o contexto mundial. Tais reformas são consideradas como sendo “a institucionalização do processo socializador decorrente da universalização do capitalismo, produzindo a contradição com o trabalho simples protoforma do ser social, que se põe na reprodução social” (SILVA JÚNIOR, 2005, p. 49), o que sintetiza o intento e a prioridade do governo FHC para com as políticas educacionais no país, as quais, de maneira explícita, contribuíram para o contingenciamento orçamentário das IFES dirimindo a sua autonomia.

---

<sup>11</sup> O Plano Decenal do governo FHC “foi apresentado como a expressão brasileira do movimento planetário orquestrado pela Unesco, Bird/Banco Mundial assumido pelo Brasil como orientador das políticas públicas para a educação que resultaram na reforma educacional brasileira dos anos 1990” (SILVA JÚNIOR, 2005, p. 42).

O governo Lula se destacou, dentre outros fatores, com o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e com o aumento gradativo das universidades públicas federais. No entanto, conforme Sguissardi (2006), não procurou instaurar políticas contrárias à economia neoliberal na administração pública; houve a continuidade do pensamento neoliberal econômico na mesma linha do governo de FHC.

Por outro lado, o plano de governo para a educação superior na presidência de Lula, que era o de manter o aumento do sistema educacional no nível superior no segmento público, diferenciou-se e deu destaque ao projeto de lei da reforma desse nível de educação, embora com a regulação e o controle mais contundente do sistema federal público e privado pelo SINAES.

É importante ressaltar que os impactos para a educação superior no país, como discorre Vieira (2011), à semelhança das reformas do ensino superior francês, foram marcados por cobranças para que as IES públicas funcionassem em prol de resultados, de eficiência e produtividade ao estilo empresarial, que buscava essencialmente o lucro. Tal fator se traduziu no aumento das atribuições do professor universitário que passou a acumular funções a fim de responder à gestão universitária – a qual passou a regular, controlar e avaliar o trabalho docente como se as IES públicas fossem empresas privadas – sob a influência do programa de expansão, quanto à eficácia de suas ações.

Observa-se, ainda, uma similaridade na produção acadêmica da ANPEd do GT11 e dos Eixos 2 e 4 dos Anais da Rede *Universitas/Br*, nos textos que abordam a temática da expansão da educação superior e o REUNI, como: Bessa (2015), Mota Junior e Maués (2010), Vieira (2011), Maués (2015), Arruda e Gomes (2012), dentre outros, quando apresentam os problemas da realidade brasileira relacionados, dentre outros fatores, à crise econômica que incidem na escassez orçamentária para gerir os recursos financeiros que subsidiam as condições laborais do magistério superior no âmbito das IFES e assimetria dessa produção acadêmica também no que diz respeito ao enfrentamento das dificuldades pelos universitários que, em sua maioria, não costumam adaptar-se ao rito da universidade e evadem em busca de uma vaga no mercado de trabalho, como vemos em Vieira (2011).

Em se tratando da realidade brasileira, especificamente, soma-se aos problemas de crise financeira, ao longo da década de 2000, aqueles que atingem a

educação superior mais nitidamente, tais como a regulação educacional com a avaliação, como explicam Mota Junior e Maués (2010).

Para esses autores, essa ferramenta reguladora da educação se constituiu em restrição para o exercício do magistério superior tanto para os que atuavam e/ou atuam na graduação nas salas de aula e nas orientações de TCC's e nos projetos de extensão e de pesquisa, quanto para aqueles que ministravam e/ou ministram aulas na pós-graduação. Sem uma saída efetiva, esses docentes se viram na obrigatoriedade de produzir exacerbadamente para garantir a subsistência dos programas *stricto sensu*, tendo que enfrentar constrangimentos e, muitas vezes, ações coercitivas.

As adversidades apontadas na produção acadêmica da área da educação superior costumam se vincular ao somatório de fatos relacionados à crise econômica mundial com repercussões advindas da globalização, as quais induziram as reformas do ensino superior e a reforma do Estado, com implicações importantes para o desenvolvimento do país. Os impactos disso, para a educação superior, surgiram com o processo de expansão desse nível de ensino, o REUNI em especial, na medida em que houve o aumento exponencial de acesso à universidade pública concorrendo, por outro lado, para um ensino superior de qualidade duvidosa, já que as IFES do país passaram a ter como finalidade a rapidez da formação discente para atender, principalmente, às designações do Banco Mundial. (MOTA JUNIOR; MAUÉS, 2010).

Diante disso, a política educacional do ensino superior no país passou a utilizar as diretrizes provenientes do capital, em que a globalização econômica imperava e/ou impera, de modo que a educação superior se colocou, como ressalta Maués (2015), enquanto um insumo fundamental para fazer a moeda crescer, o que concorreu para deixar pouca margem de autonomia para a universidade, tendo em vista a imposição para as IFES se adequarem ao modelo de gestão mercantil cuja meta exaltava a competição e produção em massa; uma realidade que se tornou nítida e se legitimou com a expansão da educação superior no país com o REUNI.

No caso da UFPB o crescimento foi substancial no número de matrículas, que passou de 16.296, em 2007, para 26.667 em 2012, tanto na capital quanto no interior, revelando um acréscimo de 10.371 matrículas, como ressaltam Jezine; Farias; Felinto (2015).

Para a compreensão dessa expansão significativa, na educação superior, procuramos a produção acadêmica do Grupo de Trabalho (GT) 11 Política da Educação Superior da ANPEd, que se destaca nas pesquisas sobre a ampliação desse nível de educação. A seguir apresentamos um quadro-síntese dessa produção acadêmica:

**Quadro 2:** Quadro-síntese das perspectivas teórico-metodológicas da produção acadêmica do Grupo de Trabalho (GT) 11 Política da Educação Superior da ANPEd - (2010-2015) sobre REUNI

| Temática                                            | Objetivo                                                                                                                                    | Categorias de análise<br>(Do texto lido)       | Metodologia                             | Perspectiva Teórica              | Coleta de dados<br>(ferramentas)                               | Referência Bibliográfica                                                                                                                                                                                                                                |
|-----------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------|-----------------------------------------|----------------------------------|----------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| REUNI                                               | Debater sobre a expansão da educação superior pública no Brasil                                                                             | Expansão Educação Superior REUNI               | Estudo de caso                          | Materialismo histórico-dialético | Entrevistas com docentes<br>Documentos oficiais                | MEDEIROS, L.G.M. REUNI: uma nova regulação para a expansão da educação superior pública ou um maior controle das universidades federais? In: 35ª REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – ANPED, Porto de Galinhas, PE, 2012 |
| O REUNI no contexto da prática                      | Compreender os efeitos do REUNI                                                                                                             | Reuni Educação Superior                        | <i>Policy cycle</i><br>Modelo analítico | Perspectiva a bourdieusiana      | Entrevistas                                                    | ARRUDA, A.L.B.; GOMES, A.M. Democratização do acesso à educação superior: o reuni no contexto da prática. In: 35ª REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – ANPED, Porto de Galinhas, PE, 2012.                               |
| Expansão e internacionalização da Educação Superior | Analisa a Expansão da educação superior, a partir do Processo de internacionalização que vem ocorrendo com os incentivos do governo federal | Expansão Educação Superior Internacionalização | Pesquisa documental                     | Teoria Marxista                  | Documentos oficiais<br>Documentos de Organismos Internacionais | MAUÉS, Olgaíses Cabral. Expansão e a internacionalização da educação superior. In: 37ª REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – ANPED, Florianópolis, SC, 2015.                                                              |

**Fonte:** Levantamento das produções científicas do GT 11 Política da Educação Superior da ANPEd

Nos quadros situados ao final, nos Apêndices, encontram-se discriminados os textos que correspondem aos Eixos 2 e 4 dos Anais do XXII e XXIII do Seminário

Nacional da Rede *Universitas/BR*<sup>12</sup>, que abordam as temáticas sobre a expansão, educação superior e REUNI. Fazem parte desses quadros, também, uma compilação de artigos do XXI Seminário dessa Rede publicado em 2014, por não ter sido disponibilizado na íntegra os seus Anais no site da Rede *Universitas/BR*<sup>13</sup> ocorrido em 2013.

A produção acadêmica dos autores que fazem parte dessa Rede, por sua vez, que endossa a questão da expansão da educação superior no país, encontra-se disponível na web<sup>16</sup> e dela obtivemos os textos em pdf, perfazendo um total de 57 (cinquenta e sete) trabalhos apresentados. Dentre os quais escolhemos aqueles que direcionavam a discussão sobre o Programa de Expansão do governo federal, o REUNI, em especial.

A seguir, apresentamos o quadro representativo das perspectivas teóricas e metodológicas dos artigos utilizados. Tal representação teórica e metodológica da produção acadêmica da Rede *Universitas/BR* sobre o REUNI, permite que nos defrontemos com as contribuições relevantes desse Programa de Expansão para as IFES brasileiras.

---

<sup>12</sup> “a partir do GT-11 da ANPEd, foi criado o UNIVERSITAS-BR, que congrega um grupo de quase uma centena de pesquisadores que trabalham diretamente com a **educação superior**, há mais de 20 anos, contribuindo efetivamente para a produção do conhecimento nessa área “ (MAUÉS; SOUZA; SEGENREICH, 2015, p. 8, grifo nosso).

<sup>13</sup> Site: [http://www.redeuniversitas.com.br/p/home\\_22.html](http://www.redeuniversitas.com.br/p/home_22.html)

**Quadro 3:** Quadro-síntese das perspectivas teóricas e metodológicas da produção acadêmica da Rede *Universitas/BR* (2013-2015) sobre REUNI

| Temática                                                                                   | Objetivo                                                                                                                | Categorias de análise Dos textos lidos                 | Metodologia                                            | Perspectiva Teórica | Coleta de dados (ferramentas)                                                     | Referência Bibliográfica                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                |
|--------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------|---------------------|-----------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| O reuni na UFES: primeiras aproximações                                                    | Constatar o que foi objetivado de 2008 a 2012 na UFES com a adesão ao REUNI                                             | REUNI<br><br>Expansão Educação Superior Democratização | Pesquisa quali-quantitativa<br><br>Técnica Grupo Focal | Teoria Marxista     | Fontes documentais                                                                | MARTINS, Raísa Maria de Arruda; SILVA JÚNIOR, João dos Reis. Desenho do reuni na UFES: primeiras aproximações. In: SEMINÁRIO DA REDE UNIVERSITAS/BR EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR E DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: TENSÕES E DESAFIOS, 22., Natal, RN. <b>Anais...</b> Natal (RN): Rede Universitas/BR, 2014. p. 609 – 628.                                                  |
| Programa de apoio a planos de reestruturação e expansão das universidades federais (REUNI) | Investigar estratégias de expansão adotadas pelas instituições de ensino superior público a partir do caso da UFRN      | REUNI<br><br>Expansão<br><br>Contrato de Gestão        | Pesquisa quali-quantitativa                            | Teoria Marxista     | Dados estatísticos<br><br>Documentos oficiais                                     | SILVA, J. S. da; CASTRO, Alda M. D. A. Programa de apoio a planos de reestruturação e expansão das Universidades federais (REUNI): um estudo da expansão na UFRN. In: SEMINÁRIO DA REDE UNIVERSITAS/BR EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR E DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: TENSÕES E DESAFIOS, 22., Natal, RN. <b>Anais...</b> Natal (RN): Rede Universitas/BR, 2014. p. 153-177. |
| Reflexões sobre a interiorização em uma universidade federal                               | Análise o processo de interiorização da UFMA, a partir do Reuni, nos Campi de Chapadinha, Bacabal, Codó e São Bernardo. | IFES<br><br>Interiorização Expansão                    | Pesquisa Qualitativa<br><br>Estudo de Caso             | Teoria Marxista     | Documentos oficiais<br><br>entrevistas semi estruturadas com discentes e docentes | BESSA, Camila et al. "E pro interior, vamos expandir de qualquer jeito"... In: SEMINÁRIO DA REDE UNIVERSITAS/BR POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: A EXPANSÃO PRIVADO-MERCANTIL EM QUESTÃO, 23., Belém, PA. <b>Anais...</b> Belém (PA): Rede Universitas/BR, 2015. p. 452 – 467.                                                                                 |
| As políticas de expansão da educação superior nas universidades públicas federais          | Discute as políticas de expansão na educação superior após marco regulatório na década de 1990                          | Expansão Educação superior IFES                        | Pesquisa Qualitativa                                   | Teoria Marxista     | Documentos oficiais<br><br>Entrevistas                                            | MEDEIROS, Luciene. As políticas de expansão da educação superior como indutoras de novas "arquiteturas acadêmicas"... In: SEMINÁRIO DA REDE UNIVERSITAS/BR POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: A EXPANSÃO PRIVADO-MERCANTIL EM QUESTÃO, 23., Belém, PA. <b>Anais...</b> Belém (PA): Rede Universitas/BR, 2015. p. 203 – 218.                                      |
| Reflexões sobre a expansão da universidade pública e do ensino superior no Brasil          | Discorre acerca da expansão das IFES públicas no Brasil                                                                 | Expansão Educação superior IFES                        | Pesquisa qualitativa                                   | Teoria marxista     | Fontes documentais                                                                | RÖTHEN, José Carlos; PINTO E SILVA, Eduardo. Apresentação: Reflexões sobre a expansão da universidade pública e do ensino superior no Brasil. In: RÖTHEN, José Carlos; PINTO E SILVA, Eduardo. (Orgs.). Políticas públicas para a educação superior. São Paulo: Xamã, 2014. p. 7 – 12.                                                                                  |

**Fonte:** Levantamento das produções científicas publicadas nos Anais da Rede *Universitas/BR* (2013-2015)<sup>14</sup>

<sup>14</sup> Disponível em: <http://www.redeuniversitas.com.br/>.

Os textos representados no Quadro 3 apontam para os dilemas que a área da Educação Superior enfrentou, com o crescimento de ingressantes a esse nível educacional, a partir da criação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), pelo Governo Federal, por intermédio do Decreto nº 6.096 de 24 de abril.

Martins e Silva Júnior (2014), por exemplo, buscaram compreender o processo de expansão da educação superior e a democratização do acesso a esse nível de ensino no contexto do governo Lula da Silva. Os autores viram que a democratização proporcionada pelas políticas públicas foi direcionada à possibilidade de ingresso pela população de menos poder aquisitivo, tais como os índios, os negros e discentes que provinham das escolas públicas. Para eles, o acesso ao ensino superior deveria “ser pensado pela inclusão em todos os sentidos e, principalmente, dar condições de pertencimento” (MARTINS; SILVA JÚNIOR, 2014, p. 772).

O estudo desenvolvido por Martins e Silva Júnior (2014), que discutiu a democratização na perspectiva inclusiva de ingresso à universidade pública enquanto pertencimento, reforçou a necessidade de dar um sentido diferente ao conceito de acesso por intermédio das políticas públicas, pois, segundo eles, as possibilidades de inserção através das políticas de expansão da educação superior, que permitem enxergar e valorizar as idiossincrasias dos sujeitos, tornaram-se mais relevantes do que o direcionamento do acesso por meio das capacidades individuais para o ingresso na universidade pública.

Na perspectiva de Medeiros (2015, p. 203), o Programa de Expansão, que é de considerável expressividade para o ingresso de discentes menos favorecidos ao ensino superior, o REUNI, foi indutor “de novas arquiteturas acadêmicas, sobretudo, nas universidades públicas federais”, entendidas como transformações estruturais da Educação Superior, sob o viés da institucionalização ou como novas formas de aferir a qualidade desse nível de ensino.

Para apreender sobre esses impulsionadores de novos modelos de organizações tanto acadêmicas quanto institucionais, Medeiros (2015) procurou amparo no “contexto das políticas de expansão da educação superior” da Rede *Universitas/Br*, mais especificamente em um dos subprojetos no qual essa rede desenvolve pesquisa: o subprojeto 02, voltado para estudar as “arquiteturas acadêmicas e suas relações com as políticas de expansão da educação superior”.

Ao desenvolver sua tese de doutorado em 2012, Medeiros (2015), revelou as origens do REUNI. Segundo ela esse Programa de Expansão surgiu a partir das proposituras do “Grupo de Trabalho Interministerial de 2003 em articulação com as propostas neoliberais que circulavam na América Latina e, particularmente, com a proposta da Universidade Nova”, cuja ênfase se encontrava na “reestruturação da arquitetura acadêmica dos cursos superiores, referenciada no Processo de Bolonha” (MEDEIROS, 2015, p. 206).

Segundo essa autora, tudo o que se pensou, em termos de expansão da educação superior no Brasil, resultou das ações direcionadas à internalização desse nível de educação, na medida em que as políticas para a educação superior foram submetidas aos regulamentos construídos com base na Declaração de Bolonha.

O documento em questão derivou do acordo entre ministros de educação europeus, 29 ao todo, com a finalidade de propiciar o crescimento da competitividade na Europa levando em consideração os patamares socioeconômicos e o contexto da sociedade do conhecimento. Os objetivos considerados essenciais dessa Declaração (1999), foram os seguintes:

- Adopção de um sistema de graus de acessível leitura e comparação, também pela implementação do Suplemento ao Diploma, para promover entre os cidadãos europeus a empregabilidade e a competitividade internacional do sistema europeu do Ensino Superior;
- Adopção de um sistema essencialmente baseado em dois ciclos principais, o graduado e o pós-graduado. O acesso ao segundo ciclo vai requerer o termo com êxito dos estudos do primeiro ciclo, com a duração mínima de três anos. O grau conferido, após o primeiro ciclo, será também relevante para o mercado europeu do trabalho como nível apropriado de qualificação. O segundo ciclo deverá conduzir aos graus de mestre e/ou doutor como acontece em muitos países europeus;
- Estabelecimento de um sistema de créditos - como, por exemplo, no sistema ECTS - como um correcto meio para promover a mobilidade mais alargada dos estudantes. Os créditos podem também ser adquiridos em contextos de ensino não superior, incluindo a aprendizagem ao longo da vida, desde que sejam reconhecidos pelas respectivas Universidades de acolhimento;
- Promoção da mobilidade, ultrapassando obstáculos ao efectivo exercício da livre mobilidade, com particular atenção:  
aos estudantes, no acesso às oportunidades de estudo e formação, bem como a serviços correlativos;

aos professores, investigadores e pessoal administrativo, no reconhecimento e na valorização dos períodos passados num contexto europeu de investigação, de ensino e de formação, sem prejuízo dos seus direitos estatutários;

- Promoção da cooperação europeia na avaliação da qualidade, com vista a desenvolver critérios e metodologias comparáveis;
- Promoção das necessárias dimensões europeias do Ensino Superior, especialmente no que respeita ao desenvolvimento curricular, à cooperação interinstitucional, aos esquemas da mobilidade e aos programas integrados de estudo, de formação e de investigação (DECLARAÇÃO, 1999, p. 2).

Conforme Medeiros (2015, p. 207), esses objetivos refletem o interesse dos países que assinaram a Declaração de Bolonha em propiciar uma “mudança estrutural na organização curricular dos cursos superiores” para que se tornassem mais competitivos e estivessem em pé de igualdade com os Estados Unidos, em especial.

## 2.2.2 Lócus da pesquisa

As entrevistas foram realizadas no município de João Pessoa, CAMPUS I da Universidade Federal da Paraíba, mais precisamente no Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA). Este surgiu com a criação da Universidade Federal da Paraíba (UFPB)<sup>15</sup>, cujo funcionamento se deu pela Lei Estadual 1.366, de 02 de dezembro de 1955 e posteriormente foi federalizada com a aprovação e promulgação da Lei nº 3.835 de 13 de dezembro de 1960.

Com a federalização, a UFPB reformulou sua estrutura acadêmica por intermédio da Resolução n.º 12/73 e passou a dividi-la em CENTROS, dentre eles o Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA). O CCSA, no início de suas atividades, possuía dois Departamentos: Administração e Contabilidade com os seus respectivos Cursos de Administração e de Ciências Contábeis. Posteriormente, mais um curso passou a integrar o referido departamento; trata-se do Curso de Biblioteconomia e Documentação que funcionava anteriormente, quando foi criado, na Faculdade de Filosofia.

---

<sup>15</sup> Informação contida no Site: <http://www.ccsa.ufpb.br/ccsa/contents/menu/institucional/historico-1>

O CCSA, por meio da Resolução nº 230/1980 do CONSUNI, teve seu primeiro Regimento aprovado sob a Direção do Professor Berilo Ramos Borba no período de 1977 a 1980. Nesse período, os cursos que faziam parte desse Centro eram: Economia, criado pelo Decreto lei nº 30.236 de 04 de dezembro de 1951; Administração, em 23 de junho de 1963; Ciências Contábeis, Biblioteconomia, criado 06 de janeiro de 1969 e Direito, cuja criação data de 1973. Quando o Centro de Ciências Jurídicas (CCJ) foi criado pela portaria nº 90/88 do CONSUNI em 1988, no Reitorado de Antônio de Souza Sobrinho, o Curso de Direito foi desvinculado do Centro de Ciências Sociais Aplicada e passou a se integrar ao CCJ.

Com o crescimento expressivo do número de alunos e professores, o CCSA sentiu necessidade de se reestruturar e criou novos Departamentos. Foram eles: Departamento de Administração; Departamento de Biblioteconomia e Documentação, atual Departamento de Ciência da Informação; Departamento de Economia; Departamento de Finanças e Contabilidade; Departamento de Relações Internacionais e Departamento de Gestão Pública.

Além desses Departamentos, o CCSA da UFPB/CAMPUS I conta com os seguintes cursos de graduação: Administração; Arquivologia; Biblioteconomia; Ciências Atuariais; Ciências Contábeis; Ciências Econômicas; Tecnologia em Gestão Pública e Relações Internacionais. E, para contribuir com a formação de Ensino Superior de maneira mais consubstanciada, o Centro dispõe ainda dos Cursos de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, Mestrado e Doutorado, com os seguintes Programas: Programa de Pós-graduação em Administração (PPGA); Programa de Pós-graduação em Economia (PPGE); Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação (PPGCI); Programa de Pós-graduação em Ciências Contábeis (PPGCC) e o Mestrado Profissional em Economia do Setor Público. E, por fim, o Mestrado Profissional em Organizações Aprendentes (MPGOA), desenvolvido em parceria com o Centro de Educação.

A infraestrutura do CCSA, por sua vez, também comporta laboratórios que subsidiam todas as áreas e conta com alguns de alta complexidade, como o Laboratório de Conservação e Restauro que tem como finalidade o atendimento às especificidades dos Cursos de Documentação do Centro.

### 2.2.3 População e amostra

A população desta pesquisa é composta, tão somente, pelos professores lotados no DCI/CCSA, que conta 43 (quarenta e três) ao todo. Do total de professores lotados, 36 são docentes efetivos e 07 (sete) se encontram na condição de substitutos, com contrato temporário. A preferência do estudo por esses sujeitos foi intencional, por pertencerem a esse ramo do conhecimento.

Para a amostra, todavia, foi preciso seguir alguns critérios de inclusão e exclusão dos atores inseridos nesta averiguação. Para os critérios de inclusão, levamos em consideração o seguinte: serem lotados como docentes efetivos em regime de Dedicção Exclusiva (DE) no Departamento de Ciência da Informação da UFPB/CAMPUS I e possuírem mais de 15 anos de serviço nessa IES.

A escolha por esse espaço temporal de anos de atuação no magistério superior dos sujeitos da investigação no DCI/CCSA/UFPB-CAMPUS I, se deve ao fato deles terem experienciado as transformações na educação superior tanto no período anterior ao Programa de Expansão do Governo Federal implementado em 2007, quanto no período pós REUNI. Esclarecemos, que apenas 8 (oito) docentes se enquadraram nesses critérios.

Para os critérios de exclusão, por sua vez, atentamos para os seguintes fatores: não poderiam fornecer informações pertinentes ao programa de expansão (REUNI), os docentes lotados no DCI/UFPB-CAMPUS I com contratos temporários que, pelo tempo curto de atividade na IES, inviabilizaria o repasse de informações do período anterior e posterior à implementação do REUNI. Por fim, também não poderiam participar do estudo os professores estrangeiros e/ou que estivessem em intercâmbio.

### 2.2.4 O processo de realização de entrevistas

Para obter o depoimento dos participantes da pesquisa, optamos pela entrevista semiestruturada. Por se tratar de um instrumento de coleta de dados, que dentro de um plano de estudo qualitativo, constitui-se em uma “das principais técnicas de trabalho em quase todos os tipos de pesquisa utilizados nas ciências

sociais”, é uma ferramenta que apresenta uma vantagem singular em se tratando do que se quer colher dos participantes da pesquisa, bem como permite captar imediatamente a informação que se deseja “com qualquer tipo de informante e sobre os mais variados tópicos”, conforme Lüdke e André (1986, p. 33, 35).

Para essas autoras, quanto mais o dispositivo de coleta de dados se mostra flexível e menos estruturado, as informações que o investigador quer alcançar são conquistadas com mais conveniência. Esse é mais um motivo de termos escolhido a entrevista semi-estruturada para a concretização do estudo.

Por outro lado, por ser esta uma investigação que envolve seres humanos, faz-se necessário atentar para o posicionamento ético do (a) pesquisador (a), que se traduz, por exemplo, no respeito ao sigilo e ao anonimato dos membros do estudo, de modo a não os identificar no momento da análise e construção dos dados da pesquisa.

Segundo Biklen e Bogdan (1994, 77), as “identidades dos sujeitos devem ser protegidas, para que a informação que o investigador recolhe não possa causar-lhes qualquer tipo de transtorno ou prejuízo”. Por isso, optamos por utilizar caracteres aleatórios para representar os sujeitos da pesquisa com destaque para a obscuridade da identificação, como realçamos acima, e assim poder cumprir com a questão ética, principalmente para a divulgação das informações obtidas, como explicado no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), de acordo com a Resolução nº 466/12<sup>16</sup>.

O TCLE elaborado levou em consideração os critérios dessa Resolução, que remete à exposição de intenções da investigação e aos dados do pesquisador (a), assim como põe em evidência os objetivos da proposta de trabalho e esclarece acerca da não obrigatoriedade do participante do estudo em cooperar, mas, que deve ter sua anuência na aplicação da ferramenta de coleta de dados.

Isso posto, passamos aos procedimentos para a recolha de dados com os seguintes desdobramentos: com a facilidade do correio eletrônico, buscamos os e-mails dos docentes que compunham o quadro de servidores do magistério superior do DCI, os quais estão disponibilizados no site desse departamento, o que possibilitou o contato de maneira mais ágil para o agendamento das entrevistas

---

<sup>16</sup> Trata-se de uma Resolução do Conselho Nacional de Saúde (CNS) efetivada em 12/12/2012, para atender às exigências do Conselho de Ética em Pesquisa (CEP) da UFPB/CAMPUS I ao submeter os projetos de pesquisa.

semi-estruturadas. Elas foram desenvolvidas em locais e horários estipulados antecipadamente pelo próprio participante do estudo, com a duração de uma hora e vinte minutos aproximadamente. Para isso, utilizamos um gravador de voz digital Sony px240. Ao dar início às entrevistas, aos participantes da pesquisa foi lida e entregue uma cópia do TCLE assinado pela pesquisadora e por cada um deles confirmando a sua colaboração.

Antes da realização, porém, aplicamos um pré-teste com a finalidade de observar a clareza e o entendimento das questões por parte do docente. Durante a feita desse recurso de coleta de dados, conseguimos um olhar mais criterioso dos itens elaborados que conduziram à gravação dos depoimentos, de maneira que foi possível confirmar o que os metodólogos costumam sugerir aos pesquisadores no que diz respeito ao emprego de um pré-teste: rever o que não ficou nítido na pergunta a ser lançada para a obtenção das narrativas.

#### 2.2.5 Caracterização dos atores da pesquisa

Expusemos nos critérios de inclusão no item 2.2.3, que os participantes do estudo deveriam ter exercido o magistério em torno de 15 anos na UFPB-CAMPUS I, considerando, principalmente, que esse espaço temporal atenderia ao que nos propunhamos a investigar a respeito da expansão do REUNI. Dentre os 43 docentes do DCI/CCSA/UFPB apenas 8 (oito) atendiam ao critério estabelecido, os quais estão representados por números, no quadro a seguir, para preservar as suas identidades e manter o sigilo:

**Quadro 4:** Representação dos sujeitos da investigação na execução da entrevista

| <b>Docentes</b> | <b>Atuação</b>                                                             | <b>Titulação</b> |
|-----------------|----------------------------------------------------------------------------|------------------|
| <b>1</b>        | Graduação (Biblioteconomia e Arquivologia)<br>Mestrado e Doutorado (PPGCI) | Doutorado        |
| <b>2</b>        | Graduação (Biblioteconomia e Arquivologia)                                 | Doutorado        |
| <b>3</b>        | Graduação (Biblioteconomia e Arquivologia)<br>Mestrado e Doutorado (PPGCI) | Pós -Doutorado   |
| <b>4</b>        | Graduação (Biblioteconomia e                                               |                  |

|   |                                                                                                        |               |
|---|--------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------|
|   | Arquivologia)<br>Encargos Administrativos                                                              | Doutorado     |
| 5 | Graduação (Biblioteconomia e Arquivologia)<br>Mestrado e Doutorado (PPGCI)<br>Encargos Administrativos | Doutorado     |
| 6 | Graduação (Biblioteconomia e Arquivologia)<br>Mestrado e Doutorado (PPGCI)                             | Pós-Doutorado |
| 7 | Graduação (Biblioteconomia e Arquivologia)<br>Encargos Administrativos<br>Mestrado (PPGCI)             | Doutorado     |
| 8 | Graduação (Biblioteconomia e Arquivologia)<br>Encargos Administrativos                                 | Doutorado     |

**Fonte:** Dados da pesquisa.

Os sujeitos da investigação atuam na área da Ciência da Informação e desenvolvem o ofício profissional da docência tanto no Curso Graduação em Arquivologia quanto no Curso de Graduação em Biblioteconomia do Departamento de Ciência da Informação (DCI) no CCSA/UFPB-CAMPUS I, bem como na Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI)<sup>17</sup> *stricto sensu*, mestrado e doutorado, cuja área de concentração atualmente, é: Informação, Conhecimento e Sociedade, que possui três linhas de pesquisa, quais sejam:

LINHA 01: Informação, Memória e Sociedade;

LINHA 02: Organização, Acesso e Uso da Informação;

LINHA 03: Ética, gestão e Políticas de Informação.

Os docentes trabalham na liderança dos seguintes Grupos de Pesquisa: Da informação ao conhecimento; GECIMP - Grupo de Estudos e Pesquisa em Cultura, Informação, Memória e Patrimônio; GIACO - Informação, Aprendizagem e Conhecimento; Rede de Pesquisa e (In)Formação em Museologia e Patrimônio (REDMUS).

E, além de exercerem as atividades de ensino, pesquisa e extensão, todos os sujeitos do estudo já tiveram e/ou têm encargos administrativos nas funções de: Chefe de Departamento; Vice-Chefe de Departamento; Vice-Reitora; Direção de

<sup>17</sup> Informação disponível no Site do PPGCI/UFPB: <http://www.ccsa.ufpb.br/ppgci>

Centro (Acessor/gerente), Vice-Coordenação do Curso de Biblioteconomia; Coordenação do PPGCI; Vice-Coordenação do PPGCI.

Convém ressaltar que, durante o desenvolvimento da pesquisa e realização da entrevista, todos se encontravam exercendo suas atividades profissionais da docência universitária, porém, após a conclusão das entrevistas semiestruturadas dois (2) docentes participantes do estudo se aposentaram e, dentre esses, um voltou como professor voluntário.

### **2.3 Coleta e análise de dados**

Na etapa de construção da análise de dados, utilizamos as informações contidas no Projeto UFPB/REUNI-2007 que dá o detalhamento do orçamento parcial e global para a obtenção dos recursos orçamentários da implementação do Programa do Governo Federal, além de traçar o panorama para a contratação de Pessoal Docente e Técnico-Administrativo para a melhoria da gestão acadêmica; criação de novos cursos de graduação e plano de infraestrutura para a construção das obras de ampliação dos Centros, por exemplo.

Obtivemos dados orçamentários da PROPLAN/UFPB relacionados à ampliação de infraestrutura física (ver Quadro 11), e dados orçamentários para a expansão no CAMPUS I da UFPB por Centro (ver Quadro 12), bem como dados de Nomeação de professores advindos do REUNI por Centro e Programa (ver Quadro 13) além dos dados de Relatórios de Gestão 2008 a 2016, (ver Quadro 10). Consultamos o site da PROPLAN/UFPB, no qual estão disponibilizados os nove Relatórios em pdf. O fato desses dados supracitados estarem no site da instituição, facilitou a compilação. Entretanto, tivemos dificuldade de extrair informações referentes aos anos de 2003 a 2006 que antecederam a adesão da UFPB ao REUNI, pois, além de não constarem no site, os responsáveis por essas informações, os servidores da instituição, afirmaram não possuir os dados solicitados, além de não esclarecerem onde poderíamos encontrá-las.

É importante frisar que, embora o espaço temporal deste estudo não abarcar o interstício entre os anos de 2003 a 2006, seria avultoso que dispuséssemos de uma base documental da gestão da UFPB nesses anos, para que pudéssemos acentuar a realidade da IES no período anterior ao Programa de expansão do

governo federal. Todavia, deparamo-nos com a obscuridade do que ocorreu na universidade federal paraibana no que concerne ao orçamento e infraestrutura desse período.

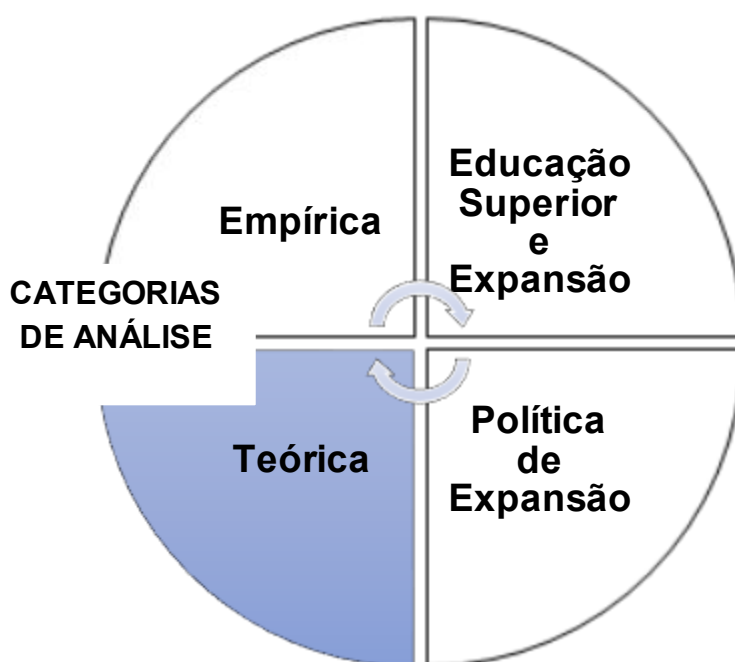
Buscamos ainda, como fonte de informação, os depoimentos dos 8 participantes da investigação. Por esse estudo estar inserido no âmbito da pesquisa do tipo qualitativa, obtivemos maior viabilidade na interação com os sujeitos da pesquisa. Para conseguirmos apreender como um trabalho de tese se estrutura, em relação ao fundamento da abordagem fenomenológica, foi necessária uma significativa aproximação com o fenômeno a ser pesquisado, qual seja, a expansão do REUNI.

### 2.3.1 Das categorias de análise

Dentro da orientação da pesquisa qualitativa, fizemos as transcrições das entrevistas semiestruturadas para elencarmos em cada questão, 07 (sete) ao todo, os pontos semelhantes e divergentes dos relatos em que pudéssemos enxergar as metas estabelecidas e assim obter as condições necessárias para compor a discussão e análise teórica dos resultados. Desse modo, para cada questionamento do roteiro da entrevista semiestruturada, procuramos categorizá-lo com o objetivo de tecer uma argumentação consubstanciada pelo estado da arte.

As entrevistas foram embasadas a partir da categoria teórica e Política de expansão, bem como de duas categorias empíricas de análise, são elas: **educação superior** e **expansão**, extensamente discutidas nas pesquisas de Léda e Mancebo (2009); Mancebo (2013; 2015); Ávila (2013); Paula (2015); Chaves e Guimarães (2015); Amaral (2017); Jezine e Bittar (2013) e Jezine e Santos (2019), Cabral Neto e Castro (2014), Medeiros (2015; 2012), Martins e Silva Júnior (2014), Pereira e Castro (2014), Silva e Castro (2014), Maués; Souza; Segenreich (2015), Botelho e Carvalho (2014), Costa; Braga; Léda (2014), Guimarães; Monte; Farias (2014), Maciel e Mazzilli (2010), Maués (2011; 2015), Waismann e Corsetti (2013), Anelli Jr. e Silva Jr. (2014), Mota Jr. e Maués (2010), dentre outros autores fundamentais para a compreensão dessas categorias citadas e que fizeram parte de nossa fundamentação teórica.

**Figura 1:** Categorias de Análise do Estudo



**Fonte:** Construído a partir de norteadores da pesquisa

### 2.3.2 Categorização das entrevistas

Nossa investigação perpassou por questões relacionadas ao REUNI com sua proposta de expansão e reestruturação da educação superior no país, por isso buscamos analisar os impactos das metas do Projeto de Expansão do Governo Federal no Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) da UFPB/CAMPUS I no interstício de 2006 a 2015.

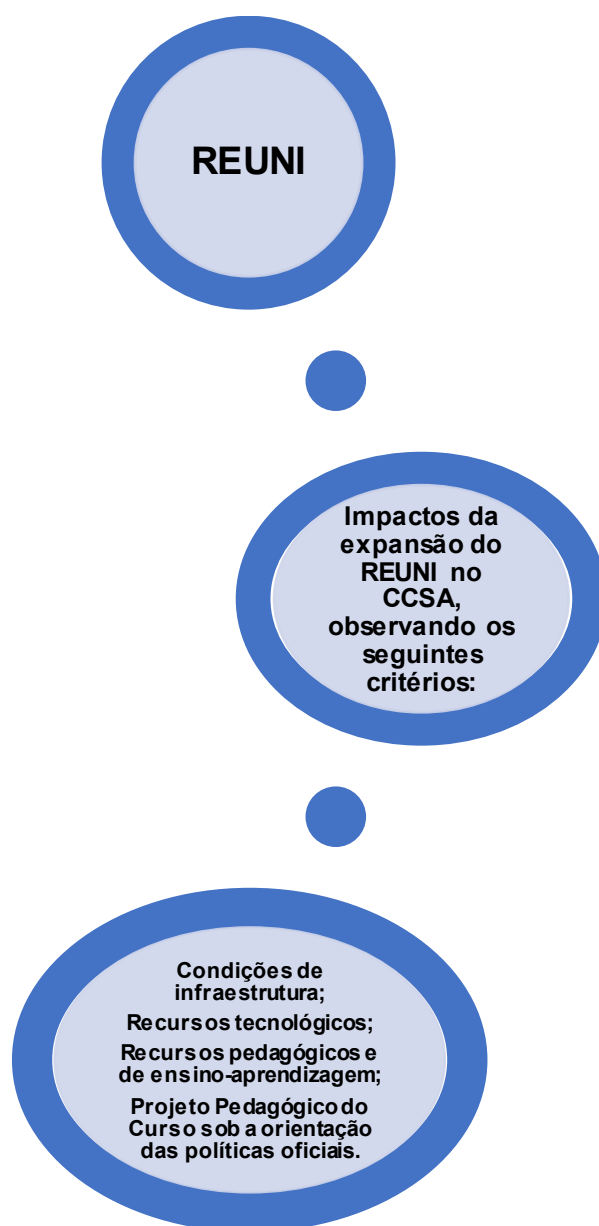
Mediante tal proposta, elaboramos um roteiro de entrevista que buscou identificar o impacto da expansão do REUNI, para além dos documentos oficiais, ou seja, através da perspectiva de quem vive o cotidiano universitário, os docentes. Para tanto, o emprego da técnica de Análise de Conteúdo se mostrou oportuno para proporcionar a compreensão das narrativas dos sujeitos da pesquisa, pertinentes ao objeto de estudo e extrair deles a percepção do impacto que o REUNI trouxe para a o CCSA/UFPB/CAMPUS I, especificamente.

Os objetivos da Análise de Conteúdo (AC), na perspectiva de Bardin (1977) por exemplo, voltam-se para a ultrapassagem da incerteza e o enriquecimento da

leitura, e isso se efetiva quando julgamos enxergar na mensagem algo muito pessoal que possa ser compartilhado. Outro objetivo está relacionado ao entendimento de que uma leitura mais cuidadosa tende a elevar a produtividade. No aspecto qualitativo, por sua vez, a Análise de Conteúdo tem como ponto de partida diversos pressupostos, que ao examinar um texto eles servirão de base para assimilar o seu significado simbólico.

Em seguida, passamos a categorizar as entrevistas para avaliar os impactos da expansão do REUNI no CCSA/UFPB/CAMPUS I, segundo a opinião dos participantes do estudo, relacionados aos seguintes indicadores: condições de infraestrutura; recursos tecnológicos; recursos pedagógicos e de ensino-aprendizagem; Projeto Pedagógico do Curso sob orientação das políticas oficiais.

**Figura 2:** Categorização do Roteiro de Entrevista



**Fonte:** Construído com base no roteiro de entrevista

### 3 A TRAJETÓRIA DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL NO CONTEXTO DA GLOBALIZAÇÃO

*Porque o governo não cuida?! Ah, eu sei que não é possível. [...] Uma coisa é pôr ideias arranjadas, outra é lidar com país de pessoas, de carne e sangue, de mil-e-tantas misérias... Tanta gente — dá susto se saber — e nenhum se sossega: todos nascendo, crescendo, se casando, querendo colocação de emprego, comida, saúde, riqueza, ser importante, querendo chuva e negócios bons...”*

*Guimarães Rosa.*

---

Iniciamos este capítulo sob a direção da compreensão de alguns elementos econômicos e sócio-políticos que, por consequência, ocasionaram a reestruturação do ensino superior no Brasil que teve como contexto a reestruturação capitalista de cunho produtivista e mercadológico, o processo de globalização e o neoliberalismo. Para tanto, iniciamos uma reflexão sobre o contexto político e econômico que dá início ao processo de globalização e, posteriormente, enfatizamos a trajetória do ensino superior brasileiro nos moldes neoliberais. Por fim, situamos o cenário das políticas de expansão, especialmente o REUNI, enquanto política pública voltada para o setor público.

#### 3.1 Fatores contextuais políticos e econômicos do processo da globalização

A literatura da área da educação relacionada ao processo de expansão das universidades brasileiras deixa claro que para compreender a educação superior seria preciso ressaltar que fatores como escassez de recursos ou falta de investimento financeiro, e o que ocorre no seu entorno, têm correlação com as transformações provenientes do processo de globalização econômica que permeiam a sociedade contemporânea mundial. Assim, damos início à Fundamentação Teórica tecendo considerações sobre o cenário econômico e político que circunda a mundialização do capital.

É comum encontrar o termo globalização atrelado às transformações oriundas das áreas sociais e econômicas que a sociedade contemporânea em todo o globo terrestre tem se defrontado ao longo dos anos. Historicamente, tais alterações no mundo do trabalho se inseriram nos rumos do capitalismo, bem como na economia de mercado, o que contribuiu para gerar consequências complexas para as nações, uma vez que fazia parte de um processo ligado ao “sistema econômico capitalista e à ideologia neoliberal”, como evidenciam Campos e Canavezes (2007, p. 10).

Nesse caso, compreende-se por globalização: “desterritorialização, ou seja, as relações entre os homens e entre instituições sejam elas de natureza econômica, política ou cultural, [às quais] tendem a desvincular-se das contingências do espaço”<sup>18</sup> (CAMPOS; CANAVEZES, 2007, p. 10).

Essa linha de desvinculação de espaço para fazer funcionar permutas econômicas entre as nações, davam-se de modo análogo a uma balança, pois, quando havia um esfacelamento da economia em determinada parte da Ásia ou da América do Norte, por exemplo, ocorria um déficit no outro lado do globo. Assim funcionava a engrenagem da globalização em que, tanto os indivíduos quanto as organizações, interligavam-se:

não só na esfera das relações econômicas, mas também ao nível da interação social e política. Ou seja, acontecimentos, decisões e atividades em determinada região do mundo têm significado e consequências em regiões muito distintas do globo (CAMPOS; CANAVEZES, 2007, p. 10).

Nos dias atuais, essa dinâmica da globalização acirra a competitividade diante do avanço científico e tecnológico onde a troca de informações acontece numa velocidade tão significativa, que facilita a relação comercial entre os países e as instituições. Sem o desenvolvimento na área da tecnologia da informação e comunicação, certamente ocorreria um descompasso no crescimento global, o que não permitiria, em tempo hábil, um desenvolvimento econômico capaz de promover crescimento nas relações entre as nações.

Contudo, diante do novo paradigma que surgiu com as novas tecnologias de informação e comunicação, a globalização passou a servir de objeto de gestão na medida em que os produtos agrícolas ou manufaturados passaram a serem

---

<sup>18</sup> Esse conceito de Globalização é o que adotamos para a presente investigação

destinados aos países desenvolvidos e não aos emergentes, levando em consideração os altos salários e a qualificação profissional também mais elevados dos países de primeiro mundo, enquanto que aos emergentes, por não terem salários e nem qualificação de mão de obra suficientes, sobram-lhe “as fases de produção, montagem e preparação para a comercialização”, o que os deixa sem condições de competir no mercado de trabalho em pé de igualdade. (CAMPOS; CANAVEZES, 2007, p. 19).

Dentro desse ponto de vista, o conhecimento e a educação se tornaram o cerne da mundialização do mercado econômico e não poderiam ficar alijados pela interligação que havia e/ou há do desenvolvimento tecnológico, com a educação e com o conhecimento como modo de intercâmbio não só de informações, como também de bens e serviços das nações mais ricas.

Mencionar, por conseguinte, o processo globalizante do campo político e econômico, no sentido de compreendê-lo, é importante por se tratar de um fator que está associado “às mudanças que ocorreram para a transformação dos sistemas de ensino superior”. Transformações essas que influenciaram, principalmente, a expansão da educação superior no país, conforme o pensamento de Cabral Neto e Castro (2014, p. 203), as quais foram necessárias para fazer emergir a sociedade do conhecimento.

Sob esse aspecto, reiteramos a relevância do entendimento acerca do processo da globalização, pois, o impacto de não compreender como a engrenagem desse processo funciona, implica numa possível leitura distorcida no que refere ao declínio do capital que atinge os setores políticos e econômicos mundiais. Desse modo, a não percepção devida das implicações conflitantes de crises em escala global desses setores citados, contribuem para que mudanças vitais, com o objetivo de reverter os problemas gerados por esses colapsos, para a área da educação superior, não sejam efetivadas.

Área essa que exerce um papel fundamental para o desenvolvimento de qualquer nação e que, todavia, costuma ser alvo da escassez de recursos orçamentários provenientes do fenômeno globalizante, principalmente no que tange aos países emergentes.

Dentro desse panorama, a dinâmica da globalização tem implicações em dois cenários: o político e o econômico. A primeira ideia é relacionada ao contexto político, que se dá pela via do neoliberalismo, considerado por Harvey (1989) como

um projeto político construído pelos capitalistas ao se sentirem sob a ameaça econômica e política nos anos 1960 e 1970, cujo objetivo era combater e frear quaisquer poderes que a classe trabalhadora pudesse obter. Esse pensamento proveio da época expansionista do pós-guerra que, segundo Harvey (1989, p. 119), “teve como base um conjunto de práticas de controle do trabalho, tecnologias, hábitos de consumo e configurações de poder político-econômico, e de que esse conjunto pode com razão ser chamado de fordista-keynesiano”.

O ideal fordista vislumbra a produção de massa expressiva, bem como o consumo de massa cuja política se voltava para o controle e a gerência do trabalho cujo objetivo era a criação de uma sociedade moderna, democrática, racionalizada e populista. Essa ideia impulsionou e estabeleceu o dia de oito horas de trabalho a cinco dólares para fazer com que o trabalhador tivesse disciplina para operacionalizar a linha de montagem com alto desempenho. No entanto, suas escolhas políticas baseadas no acaso e no imprevisto desencadearam a crise do capitalismo manifestada em meados de 1960. Um período agitado, segundo Harvey (1989), no qual houve uma racionalização do processo de trabalho em larga escala em detrimento da administração científica de Taylor.

O pensamento do economista Keynes, por sua vez, surgiu nesse ínterim para tentar estabilizar o capitalismo através de diversas estratégias científicas e do uso do poder estatal para evitar possíveis repressões, bem como encontrar saídas institucionais, políticas e sociais para “regulamentar as condições essenciais de [...] reprodução” do capitalismo. (HARVEY, 1989). Para esse autor, houve um enfraquecimento no conjunto de práticas fordistas que propiciou a mudança para um regime de acumulação flexível.

A despeito disso, a predominância do capitalismo em esfera global, no campo econômico, torna-se manifesta através da ideia de que aquilo que se produz e tudo o que envolve o processo de trabalho para extrair dele o lucro, vem a ser controlado pelo mercado competitivo e globalizado. Tal competitividade, característica do capitalismo – aguçado pela globalização –, passa a ocupar um espaço importante para todo país que intenta se enquadrar na produção de bens e serviços e assim conseguir adentrar o mercado internacional. Para tal, todavia, tornar-se-ia imperativo que a economia de cada nação viesse a ser conduzida na perspectiva de que “tanto em cooperação quanto em concorrência com os demais”, poderia a nação “concorrer e fortalecer sua posição relativa com a finalidade de adquirir maior poder de

barganha no indispensável processo de negociação”, conforme Cabral Neto e Castro (2014, p. 203).

Para Cabral Neto e Castro (2014), portanto, é condição *sine qua non* que cada país possua uma política de competitividade por intermédio do investimento na sua capacidade tecnológica. Todavia, há uma evidência de que os países não fazem parte da economia global de modo equânime, sendo as nações mais abastadas líderes do âmbito econômico mundial. Segundo os autores:

a inserção do país na Divisão Internacional de Trabalho acontece de forma periférica, caracterizada por relações internacionais articuladas por laços de dominação e dependência, o que possibilita, para algumas nações, a imposição a outras de seus próprios interesses (CABRAL NETO; CASTRO, 2014, p. 205 - 206).

Esse argumento de Cabral Neto e Castro (2014) reflete, principalmente, o cenário brasileiro que, em virtude do processo de globalização do capital em crise, expõe de forma mais aguda a fragilidade do país sul-americano que não detém o mesmo poder econômico das nações de moeda mais forte como a União Européia, os EUA e alguns países Asiáticos como China e Japão, etc.

Dessa maneira, acentuam-se as diferenças do Brasil com esses países de maior poder aquisitivo no que se refere ao investimento na formação de capital humano, como também poderia explicar os problemas que o Brasil enfrenta perante a gestão de sua educação superior pública, em que pese todo o dinheiro investido para a expansão do REUNI. Desse modo, pressupõe-se que o governo brasileiro continua a não privilegiar a educação superior para contribuir com o desenvolvimento científico e tecnológico nacional, na medida em que a proposta de expansão do Governo Federal não teve continuidade efetiva, para que o país não precisasse depender do conhecimento científico e tecnológico dos países de primeiro mundo e pudesse construir uma política de competitividade de fato.

### **3.2 A lógica neoliberal na trajetória do ensino superior brasileiro**

Ao direcionarmos o olhar para a trajetória do ensino superior no Brasil, conforme Schwartzman (2015), podemos inferir que o processo de expansão da

universidade brasileira foi marcado por uma estrutura mercantilista. Isto porque, até a década de 1960, apenas 2% da população brasileira tinha acesso ao ensino superior, o que, numericamente, corresponde a 260 mil estudantes de uma população de 18 a 24 anos.

Acreditamos que a expansão das IFES no Brasil tenha obtido a influência do viés mercantil pelo fato de os organismos multilaterais recomendarem aos países pobres a lógica neoliberal, cujo objetivo é o de transformar a educação superior em “um serviço e como tal [seguir] as regras do mercado no tocante à compra e venda de “mercadoria”. (MAUÉS, 2015, p. 2). Foi o que os países ricos fizeram quando se reorganizaram em blocos para introduzir o capitalismo sob a égide neoliberal.

Dessa maneira, as reformas universitárias instauradas no Brasil atenderam às recomendações desses órgãos estrangeiros a fim de fazer a educação se adequar ao pensamento neoliberal, mesmo com todo antagonismo existente. No que concerne à expansão, é relevante destacar que, historicamente, o ano de 1964 marca a trajetória do ensino superior brasileiro porque justamente nesse ano “foram promovidas ações [para] que expandissem a educação superior” conforme Amaral (2016, p. 719).

Contudo, essa expansão se deu com as IES brasileiras descontextualizadas do contexto social e econômico nacional e favoreceu uma minoria, como declara Fávero (2006). Esse fato marcou a trajetória da educação superior nacional.

Diante da descontextualização das IES públicas perante a realidade da nação, a educação superior adotou ideais e moldes estrangeiros distantes das necessidades específicas do país, forçando as políticas públicas educacionais para a educação superior a introduzirem preceitos impositivos provindos de organismos internacionais, sem levar em consideração os interesses da nação brasileira.

Isso teve início com o acordo do MEC/USAID em nome de uma modernização para o sistema de ensino superior no Brasil, onde os Estados Unidos cooperaram para que a relação da educação nesse nível de ensino se vinculasse à questão do desenvolvimento, objetivando, com isso, demarcar o tecnicismo no ensino e, estrategicamente, intervir hegemonicamente na América Latina. De acordo com Fávero (2006), isso se deu conforme três linhas de atuação:

assistência técnica; assistência financeira, traduzida em recursos para financiamento de projetos e compra de equipamentos nos EUA,

além da assistência militar, concretizada pela vinda de consultores militares norte-americanos ao Brasil e do treinamento de militares brasileiros nos Estados Unidos, assim como do fornecimento de equipamentos militares (FÁVERO, 2006, p. 30).

Para essa autora, o MEC buscou orientação americana com o objetivo de introduzir mudanças na parte administrativa das universidades brasileiras “cujos princípios básicos deveriam ser o rendimento e a eficiência”. O *Plano Atcon*, então, surgiu com recomendações voltadas para as questões do ensino superior e as instituições universitárias com o documento intitulado ‘Rumo à Reformulação Estrutural da Universidade Brasileira’, para que tanto o ensino superior, quanto as instituições universitárias fossem direcionadas “às necessidades do país” (FÁVERO, 2006, p. 31). Contudo, o projeto de Reforma Universitária sob a consultoria dos Estados Unidos da América (EUA), tinha como propostas:

a defesa dos princípios de autonomia e autoridade; dimensão técnica e administrativa do processo de reestruturação do ensino superior; ênfase nos princípios de eficiência e produtividade; necessidade de reformulação do regime de trabalho docente; criação de centro de estudos básicos [...] a criação de um conselho de reitores das universidades brasileiras.

Percebemos, diante disso, que a sugestão dos EUA para inclusão de um projeto de Reforma Universitária e a defesa da autonomia das universidades, por exemplo, reforçam a atuação imperialista exercida sobre os países periféricos. Segundo Paula (2015):

um dos principais alvos das orientações do BM para a manutenção de um padrão dependente de Educação Superior dos países da periferia do capitalismo é a intervenção direta na autonomia universitária. Levando em consideração as orientações dos organismos internacionais – **especialmente o BM**, que opera para a reformulação do papel do Estado, as políticas direcionadas para o ensino superior caracterizadas como “educação terciária” e um conglomerado de reformulações desta política de ensino superior, podemos destacar dois eixos essenciais: primeiro a diversificação das instituições de ensino superior (IES) e dos cursos; e segundo a diversificação das suas fontes de financiamento. Não podemos deixar de mencionar também que a orientação do BM engendrou um alargamento da mercantilização da educação, em especial da educação superior (p. 68, grifo nosso).

Na década de 1990 no Brasil, o Ministério de Educação subordinou-se aos ditames de organismos estrangeiros como o Banco Mundial, cujas indicações foram dirigidas para a diversificação das fontes de financiamento das IES nacionais, inserindo os próprios discentes nos gastos das universidades e prevendo o estreitamento da relação entre o financiamento fiscal e os resultados, sugerindo, com isso, a necessidade de se redefinir o papel governamental relacionado à educação superior a fim de criar uma política educacional voltada para a qualidade e para a equidade nesse nível de ensino. De acordo com Gregório e Rodrigues (2015), o BM tentou expandir,

de fato em suas diretrizes que o padrão a ser seguido [seria] o modelo estadunidense de universidade, baseado na diversificação de instituições e cursos, e que os países periféricos não [deveriam] desenvolver pesquisa e desenvolvimento a fim de alcançar novas tecnologias, mas, apenas se moldarem às mudanças do mercado de trabalho, para atenderem as necessidades do capital (GREGÓRIO; RODRIGUES, 2015, p. 51).

A influência do BM, ao expandir o modelo de educação dos Estados Unidos da América, pode ter sido vital para a expansão de “centros universitários e institutos, amparado na crítica do alto custo das universidades que se dedicam à pesquisa nos países em desenvolvimento, incluindo o Brasil”, como destacaram Botelho e Carvalho (2014, p. 16).

A educação superior pública, portanto, cada vez mais no centro das atenções de órgãos internacionais, no sentido de atrelá-la ao contexto mercantil, teve seu processo de mercantilização reforçado, principalmente, como evidenciou Mancebo (2015), pelo interesse do BM em países emergentes que pudessem contribuir com o arrefecimento da crise da economia global por intermédio da educação superior.

Para isso, costumava e/ou costuma fazer análises inconsistentes dos gastos públicos brasileiros, como ressaltou Amaral (2017), o que influencia/influenciou para que ocorressem cortes de recursos para as universidades públicas federais, obrigando-as ano a ano a conterem os seus gastos levando-as, assim, ao desmonte.

Outro órgão internacional que se inseriu na recomendação da centralidade da educação superior foi a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) que surgiu no final da Segunda Grande Guerra (1939-1945),

num período em que os Estados Unidos se consagrava como potência econômica e militar global, devido ao crescimento de suas indústrias.

De outro lado, foi por intermédio do contrato de gestão, previsto na Constituição Federal no seu § 8º do artigo 37, introduzido pela Emenda Constitucional nº 19/1998, que os serviços públicos no Brasil fixaram suas metas. Trata-se de um:

ajuste firmado pelo Poder Público com órgãos e entidades da Administração direta, indireta e entidades privadas qualificadas como organizações sociais [...] Nestes contratos são fixadas metas de desempenho na consecução de seus objetivos, e em contrapartida, tem-se a ampliação da autonomia gerencial, orçamentária e financeira, ou mesmo, prestação de variados auxílios.

Sob esse ajuste citado, os serviços públicos do país ficaram condicionados, continuamente, ao cumprimento de metas que se traduziram em cobranças por eficiência e alcance de resultados, os quais atuaram como pré-requisitos de obtenção orçamentária e financeira que propiciassem o funcionamento das instituições públicas. O ajuste teve origem no direito francês que visava obter o controle administrativo de suas empresas estatais, embora já tivesse sido utilizado como instrumento para atrelar a programas governamentais de algumas empresas do setor privado que dependiam da ajuda financeira do Estado.

### **3.3 Ensino superior brasileiro e as políticas de expansão**

A partir das dinâmicas delineadas pelo Brasil, através das diretrizes estrangeiras, é que a política de expansão da educação superior nacional se delimitou por meio das Reformas Educacionais ocasionadas pelas Reformas do Estado, sendo a primeira reforma universitária datada de 1968, cujo objetivo era o de proporcionar uma solução para a crise que se instaurara.

Contudo, em que pese as Reformas que ocorreram no âmbito da educação superior, a partir de um fenômeno de expansão ocorrido, prioritariamente, no setor privado, abriu-se um espaço para o caráter mercadológico no ensino superior. Até a

década de 1970, portanto, a expansão do ensino superior prevaleceu no setor privado, o que poderíamos pressupor que o projeto de mercantilização da educação superior no Brasil, instaurou-se inicialmente com o golpe militar.

Sobre o fenômeno de ampliação da educação superior, há o destaque para o fato de que na década de 1970, o ensino privado correspondia a 214.865 matrículas de um total de 425.478 matrículas do ensino superior brasileiro. Na década de 1980, esse número passa a ser de 885.054 matrículas de um total 1.377.286, ou seja, 64% do total de matrículas passou para o setor privado. (SAMPAIO, 20--)<sup>19</sup>.

Observa-se, assim, que o processo de mercantilização do ensino superior se concentrou, conforme Tachibana e Komatsu (2015), a partir da relação público-privado visualizada nos dados sobre a expansão de matrículas dos cursos presenciais entre 1930 a 1990.

**Tabela 1:** Matriculados na graduação presencial (1930-1990)

| ANO  | Organização Administrativa |       |             |       | Total de matrículas |
|------|----------------------------|-------|-------------|-------|---------------------|
|      | Público (%)                |       | Privado (%) |       |                     |
| 1930 | 18.986                     | 56,3% | 14.737      | 43,7% | 33.723              |
| 1945 | 21.307                     | 51,6% | 19.968      | 48,4% | 41.275              |
| 1960 | 59.624                     | 58,6% | 42.067      | 41,4% | 101.691             |
| 1965 | 182.696                    | 56,2% | 142.386     | 43,8% | 325.082             |
| 1970 | 210.613                    | 49,5% | 214.865     | 50,5% | 425.478             |
| 1980 | 492.232                    | 35,7% | 885.054     | 64,3% | 1.377.286           |
| 1985 | 556.680                    | 40,7% | 810.929     | 59,3% | 1.367.609           |
| 1990 | 578.625                    | 37,6% | 961.455     | 62,4% | 1.540.080           |

**Fonte:** Construído com base no texto “Ensino Superior no Brasil” Tachibana; Menezes Filho; Komatsu (2015).

A expansão exponencial que houve do ensino superior privado tornou-se, então, uma tendência principalmente no período pós década de 1990, quando houve

<sup>19</sup> Século provável da publicação de Sampaio, tendo em vista que a obra não tem data.

o crescimento significativo dessas instituições, sendo possível deduzir esse fato pelo cenário de transformações socioeconômicas que ocorreram provenientes do neoliberalismo, e que viriam impactar o modelo de gestão educacional a partir da década anterior a 1990.

Foi um período, principalmente, do enfrentamento de uma crise crescente na economia do capital, o que cooperou para que houvesse um decréscimo econômico substancial nos países centrais e periféricos, como discorre Stroppler (2012). Uma crise econômica que teve seu início muitos anos antes, na década de 1970, com os Estados Unidos da América fazendo uso de estratégias para ter de volta o poderio do sistema mundial.

Nessa época, os fatos históricos apontam para uma transição relevante entre “a crise do Estado de Bem-Estar Social, assentado no modelo fordista- keynesiano da 2ª Revolução Industrial, e a implementação do novo regime de acumulação, desencadeado pelos EUA”. De maneira que nesse novo regime, sob a influência da revolução da tecnologia, do avanço científico e da informação, ocorreu a mundialização financeira vinculada a uma inovada forma de produção e de consumo (STROPPER, 2012, p. 45).

As repercussões para a educação superior no Brasil tiveram estreita relação com esses fatos que ocorreram na economia. Uma nova configuração do capital deixou para trás o seu caráter industrial, como ressaltou Vieira (2011, p. 2), para introduzir a “ideia da valorização econômica da inteligência”. O foco central passou a ser a ingerência de lucros, especialmente para as empresas que tinham o domínio das novas tecnologias e faziam uso delas em suas atividades.

Em se tratando da educação superior no país, importantes alterações ocorreram tais como, a expansão desse nível de educação ter se dado no mesmo patamar “das mudanças contemporâneas ocorridas na produção e valoração do capital [...] e ter sido **atravessada** pela reforma gerencialista do Estado, posta em movimento em 1995, pelo então ministro Bresser Pereira (e em curso até os dias atuais)” (MANCEBO, 2015, p. 2-3, grifo da autora).

Nesse ambiente de crise, o século XX foi o palanque do enfrentamento da crise econômica pelas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) no Brasil, as quais se viram coagidas a se adequarem às transformações neoliberais e a passarem pelo mesmo crivo das modificações que transcorreram na produção do capital, atreladas à reforma gerencial do Estado. (MANCEBO, 2015).

As redefinições do papel do Estado, por sua vez, no que concerne à sua relação com a sociedade e o próprio mercado, aconteceram no rumo do processo de globalização, sob o olhar impositivo internacional, para que os Estados Nacionais descentralizassem as responsabilidades, com o foco em resultados e em processos eficientes, como destacam Mota Jr. e Maués (2010).

Diante de um Estado submisso ao comando de organismos estrangeiros, de acordo com a literatura da educação, houve o fortalecimento de uma política de ensino superior em conformidade com os ideais externos à realidade nacional, cuja finalidade era a de promover intervenções nas questões internas da nação. Em meio a esse intervencionismo dos organismos internacionais na educação superior, a década de 1990 foi a plataforma de intensificação das dificuldades enfrentadas pelo sistema capitalista mundial, de maneira que a concepção de mercado passou a interferir na educação superior pública brasileira. Desse modo, a universidade se viu inserida na esteira de:

oligopólios (número reduzido de grandes empresas que atuam num segmento de mercado), que passaram a ter o controle de mercado da educação superior do país [...] a financeirização, com a entrada dos grandes conglomerados na Bolsa de Valores e [...] a internacionalização – com a participação de capital estrangeiro nas mantenedoras ou nas empresas educacionais – e que remete à desnacionalização (MANCEBO, 2015, p. 4).

Para a Mancebo (2015), essa situação que envolveu a universidade no segmento mercantil, cooperou para a ampliação de instituições privadas ao invés da promoção de investimento nas IES públicas. Elas viram seus investimentos públicos serem reduzidos, enquanto as IES privadas obtinham isenções fiscais e previdenciárias.

Entretanto, em função da crise vivenciada pelo setor privado/mercantil de ensino superior e a redução de investimentos públicos nas IES públicas, surge o Programa Universidade para Todos (PROUNI) e o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), para que a ampliação de oferta e preenchimento de vagas não ficassem “ociosas nas IES privadas”, como destacou Ávila (2013, p. 12). Isso, de fato, foi atenuado, pois, o setor privado foi contemplado

com uma Política voltada para o acesso e o financiamento de matrículas em instituições privadas, como vemos em destaque no Quadro 5 a seguir.

**Quadro 5:** Políticas públicas de acesso e financiamento

| <b>Políticas Públicas de expansão</b>      | <b>Objetivo do programa</b>                                                                                                                                                                                            | <b>Setor contemplado</b>                                                                                             |
|--------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Programa de Financiamento Estudantil- FIES | <p>Criado em 1999, o FIES é um programa do Ministério da Educação que tem por objetivo o financiamento da graduação.</p> <p>O FIES foi consolidado através da Lei nº <u>10.260</u>, de <u>12 de Julho</u> de 2001.</p> | Setor privado - Política destinada à expansão de matrículas, no setor privado, por meio de financiamento estudantil. |
| Programa Universidade para Todos- PROUNI.  | Criado em 2005, o PROUNI é um Programa do Ministério da Educação dedicado à distribuição de bolsas integrais e parciais.                                                                                               | Setor Privado- Política destinada a expansão de matrículas, no setor privado, por meio de concessão de bolsas.       |

**Fonte:** Brasil (2001; 2005).

A partir da segunda metade da década de 1990, percebe-se uma consolidação da inserção do público e do privado no cenário nacional. Uma época em que o país “assistiu a um novo e expressivo surto de expansão da educação superior, notadamente pela via privada”, na visão de Souza (2010, p. 4), fato esse apresentado pelo governo de FHC, ao ter propiciado as reformas do ensino superior para se inserir com mais propriedade aos interesses e pressupostos neoliberais do Banco Mundial (BM).

O ano de 1990, tido como um período de turbulência econômica mundial com a crise do capitalismo, reforça o fato de ter concorrido de maneira desmedida com a reconfiguração do panorama expansionista da educação superior ao combinar:

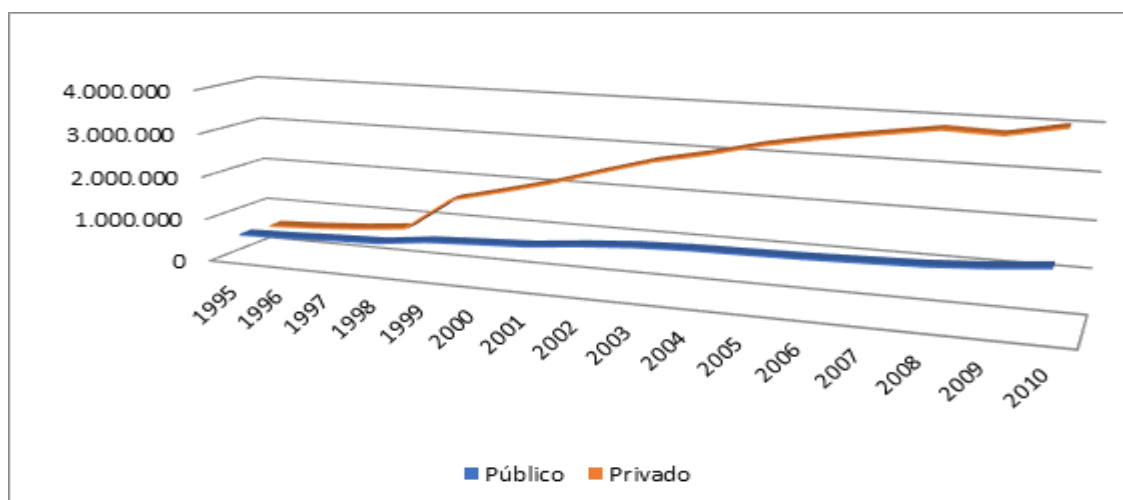
diversos fatores numa escala que envolveu desde o barateamento da mão de obra por meio da reestruturação dos processos de trabalho, a flexibilização do trabalho e da produção de mercadorias, até a monumental desregulamentação, de que as aberturas do mercado externo, as políticas de ajuste fiscal e as privatizações, incluindo as dos serviços públicos transferidos para a esfera privada (MANCERO, 2015, p. 141).

Para a autora, os sistemas educacionais foram amplamente afetados e forçosamente impelidos a direcionarem as suas gestões aos mesmos parâmetros empresariais e mercantilistas, contribuindo dessa forma para destituir “o caráter de instituição da sociedade voltada para a formação humana e para a produção do conhecimento engajado na solução de problemas nacionais” (MANCERO, 2015, p. 142). Ressalta-se, portanto, o fato da década de 1990 ter sido preponderante para que isso ocorresse, pois as lutas empreendidas pelos movimentos sociais, sindicais, políticos e da classe intelectual no Brasil, foram forçados a arrecadar recursos no mercado cuja função caberia ao Estado.

Esse fato é lembrado por Anelli Jr. e Silva Jr. (2014), para quem o capitalismo imerso nas iniciativas de expansão das IES, no governo de Lula da Silva, por exemplo, concorreu para que o Estado mantivesse um distanciamento da universidade pública para dar lugar ao empresariado, transferindo-o a responsabilidade com as questões educacionais através de propostas de política educacional voltadas a um modelo conhecido como “*Estado mínimo*, [trazendo] como consequência para a educação, a valorização dos mecanismos de mercado [...] em detrimento do lugar e do papel do Estado como poder público” como argumentaram Maciel e Mazzilli (2010, p. 1).

O fenômeno do crescimento expressivo do ensino superior brasileiro aparece enquanto uma tendência, conforme se vê na apresentação do gráfico de evolução de matrículas, no período de 1995 a 2010, a partir dos dados do INEP:

**Gráfico 1:** Evolução das matrículas nos cursos de graduação presenciais por setor. 1995- 2010



**Fonte:** Instituto Nacional de Estudo e Pesquisas Anísio Teixeira- INEP

Mesmo que o Gráfico 1 apresente um espaço temporal distinto do período que esta investigação se propõe a estudar, optamos por mostrá-lo pelo fato dele reforçar o que argumentamos sobre o caráter mercadológico que passou a marcar a expansão do ensino superior brasileiro. Estimou-se, portanto, um crescimento de 108, 65% do setor público, enquanto no setor privado, a estimativa foi de 276, 74%, mais que o dobro do setor público, no dado período. Salientamos também, a tendência de continuidade de aumento no setor privado entre os governos FHC e Lula, sendo verificado até o final de 2010 que, 74,2% das matrículas no ensino superior estavam na área privada, sendo apenas 25,8% no setor público (MANCEBO, 2013).

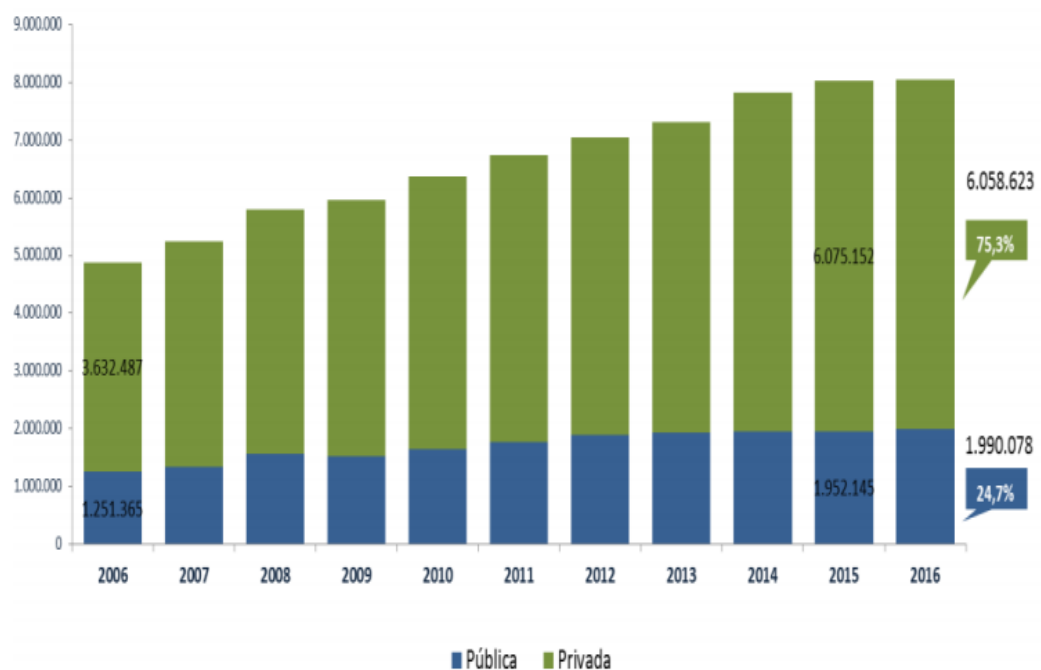
De acordo com o Gráfico 1, vê-se que ele aponta para um salto quantitativo da expansão do setor privado entre os anos de 1998 e 2000, fenômeno que se deu pela aprovação da Lei de diversificação institucional nº 9293/94. Reforçamos também, como fenômeno, o processo acentuado de expansão no setor público, devido a implementação do programa Expandir que deu origem ao REUNI, questão sobre a qual nos debruçaremos adiante.

Segundo os dados mais recentes de expansão, disponibilizados pelo Censo da Educação Superior (2016), observa-se que o setor público sofreu uma queda percentual pós 2010 e, em contrapartida, o setor privado seguiu em crescimento. Esse dado corresponde a 75,3% contra 24,7%, que, numericamente, significa um

total de matrículas de 6.058.623 no setor privado e 1.990.078 no setor público. (INEP, 2016).

A seguir, apresentamos o Gráfico 2 com a representação desses dados, bem como o Quadro 6 posteriormente, que permite que constatemos a elevação surpreendente de matrículas nos Cursos de Graduação presenciais:

**Gráfico 2:** Evolução de matrículas por organização administrativa (2006- 2016)



**Fonte:** BRASIL. INEP. Censo da Educação Superior (2016).

**Quadro 6** - Evolução das matrículas nos Cursos de Graduação Presenciais por Organização Acadêmica em números absolutos – (2000 – 2018)<sup>20</sup>

| Ano  | Brasil    |           |
|------|-----------|-----------|
|      | Público   | Privado   |
| 2000 | 887.026   | 1.807.219 |
| 2001 | 939.225   | 2.091.529 |
| 2002 | 1.051.655 | 2.428.258 |
| 2003 | 1.136.370 | 2.750.652 |
| 2004 | 1.178.328 | 2.985.405 |
| 2005 | 1.192.189 | 3.260.967 |
| 2006 | 1.209.304 | 3.467.342 |
| 2007 | 1.240.968 | 3.639.413 |
| 2008 | 1.273.965 | 3.806.091 |
| 2009 | 1.351.168 | 3.764.728 |
| 2010 | 1.461.696 | 3.987.424 |
| 2011 | 1.595.391 | 4.151.371 |
| 2012 | 1.715.752 | 4.208.086 |
| 2013 | 1.932.527 | 5.373.450 |
| 2014 | 1.961.002 | 5.867.011 |
| 2015 | 1.952.145 | 6.075.152 |
| 2016 | 1.990.078 | 6.058.623 |
| 2017 | 2.045.356 | 6.241.307 |
| 2018 | 2.077.481 | 6.373.274 |

Fonte: BRASIL. INEP. **Sinopses Estatística do Censo da Educação Superior**. Brasília: 2000 a 2018.

Com a ampliação de matrícula em Cursos de Graduação presenciais como vemos nos números representados no Quadro 6, percebemos que o intento do Programa de expansão do REUNI para as IFES, contemplou uma de suas metas, qual seja, a democratização do acesso por meio de política de inclusão no país. Tal meta proveio de um projeto de educação superior pautado, em primeiro lugar, numa política educacional voltada para o contexto nacional, regional e local com a finalidade de contribuir com o desenvolvimento do país, que no caso do Brasil se coloca na condição de emergente, em que pese a disparidade de crescimento de matrículas do setor privado de 6.373.274 em relação ao setor público com 2.077.481. Esse contexto nos remete a compreender no item a seguir, sobre o projeto de educação superior com base nos pressupostos de organismos internacionais.

<sup>20</sup> Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior-sinopse>. Acesso em: 10 out. 2018.

### **3.4 Um projeto de educação superior delimitado pelos Organismos Multilaterais**

A educação superior no âmbito nacional, segundo Maués (2015), tomou o rumo que os organismos estrangeiros consideraram como “capazes de promover o desenvolvimento econômico e social” e, dessa maneira, foi influenciada pela globalização da economia que visava transformar o setor da educação em uma mercadoria.

Para Maués (2015, p. 7), as rotas que a educação superior se viu obrigada a adotar foram provenientes, principalmente, da:

globalização e a mundialização da economia que transforma esse setor em uma mercadoria. [...] essa situação é o relevo que alguns organismos passam a conferir a esse nível de ensino, atribuindo-lhe a capacidade de promover o desenvolvimento econômico e social.

Essa é uma realidade que tem se destacado na temática desenvolvida sobre a educação superior no país, como enfatizam Maués (2015), Waismann e Corsetti (2013), dentre outros, quando se trata da política de expansão sob a influência das agências estrangeiras na educação superior nacional, às quais buscam correlacionar a questão econômica global com a necessidade desse setor de ensino se infiltrar no mercado. Não só a OCDE, mas, o Banco Mundial/Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), por intermédio de suas proposituras neoliberais teve um papel considerável na expansão das IES brasileiras. (WAISMANN; CORSETTI, p. 2013).

Nesta perspectiva, a educação superior pública adota e se materializa no contexto mercantil:

uma vez que a defesa do público não-estatal evidencia o processo de mercantilização da educação, [...] que sendo difundida em nome da autonomia financeira, matrículas, mensalidades, cursos pagos, consultorias e outros, ocorre o aprofundamento do processo de privatização da educação superior (SOUZA, 2015, p. 262).

Segundo Souza (2015, p. 263), as orientações dos organismos internacionais só reforçam o processo de mercantilização da educação cuja lógica dá ênfase à privatização do ensino superior vendendo como se isso significasse democratização desse nível de ensino “em que a equidade substitui o discurso da universalidade do acesso à educação”. Desse modo, o processo intervencionista internacional nas políticas nacionais de educação concorre “para a consolidação da globalização do capital”.

Na visão de Waismann e Corsetti (2013), por sua vez, o Banco Mundial interveio de modo categórico na elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/1996, na questão da desregulação do mercado e privatização das empresas estatais como também na redução das políticas sociais nacionais. Com sua aprovação, foi criado o Decreto n. 2.306, de 19 de agosto de 1997, que direcionava a educação superior para o lucro reforçando as recomendações estrangeiras para inserir a mercadorização do ensino superior.

A causa para essa intervenção é, também, decorrente da crise do Estado Brasileiro que, por sua vez, acarretou complicações ao sistema educativo do país, considerado extremamente deficitário pelos organismos externos. Uma das suas principais críticas foi relacionada à baixa Relação Aluno Professor (RAP) nas universidades públicas, que poderia incidir em um problema financeiro insolúvel, como reforça Amaral (2003).

A afirmativa do documento do BM dá ênfase a essa relação aluno professor: “En muchos países en desarrollo la enseñanza superior se caracteriza por la baja relación entre estudiantes y personal docente, servicios subutilizados, duplicación de programas, elevadas tasas de deserción y repetición” (BANCO MUNDIAL, 1995, p. 3). No nosso país, a ampliação dessa Relação Aluno Professor se inseriu nas premissas desse organismo estrangeiro a partir da década de 1990, época em que o MEC buscou criar uma estratégia de expansão do ensino superior público por intermédio da “otimização dos recursos disponíveis e da diversificação” (MINTO, 2006, p. 203).

Retomando a questão dos órgãos externos na política nacional, observa-se que o BM propôs a reforma da educação superior para os países periféricos para que neles fosse evidenciado o incentivo para uma maior diferenciação de instituições, incluindo principalmente as instituições privadas; incentivos também para que as instituições públicas pudessem diversificar as fontes de financiamento,

com a participação dos estudantes nos gastos e a estreita relação entre o financiamento fiscal e os resultados, por exemplo; que se redefinisse, além disso, o papel do governo no ensino superior e, por fim, que se adotassem políticas que priorizassem os objetivos de qualidade e equidade. (BANCO MUNDIAL, 1995, p. 4).

Percebe-se, desse modo, a forte influência do neoliberalismo. Uma ideologia da fase crítica do capitalismo cujo início se deu no período pós-guerra idealizada por um grupo que se contrapunha a Keynes na questão do Estado de bem-estar social. (PERONI, 2003). E que corresponde à ideia da valorização do tradicionalismo na organização e na sociedade, predispondo-se a enxergar o regime democrático como um meio apenas de atender aos interesses dos indivíduos e sua propriedade, na medida em que vê na inflação o maior responsável pela crise que se estabeleceu e/ou se estabelece no capitalismo, tendo em vista que os políticos nesse regime buscam responder aos anseios de seus eleitores e com isso provocam a desestabilização da economia, causando, ao mesmo tempo, o desemprego em demasia. (PERONI, 2003).

De certo modo, é possível entender porque os debates em torno da educação superior brasileira costumam considerar que essa situação levantada pela autora, só tem contribuído para o retrocesso relacionado às conquistas que a classe trabalhadora alcançou ao longo dos anos, uma vez que o capital em evidência sobrepuja os direitos e conquistas sociais adquiridos. O que reforça, por outro lado, que o aumento da expansão da educação superior privada se comparada à educação superior pública é inferior, principalmente, devido aos “mecanismos diversos concedidos pelo Estado à iniciativa privada, [o que] contribui para a exclusão cada vez maior da classe trabalhadora a uma educação superior de qualidade acirrando-se as desigualdades sociais” (SOUZA, 2015, p. 263).

Revela-se, portanto, uma posição contraditória o Estado incentivar a expansão das instituições privadas no país, tendo em vista que elas não têm como finalidade precípua a preocupação com a formação do indivíduo na perspectiva do conhecimento e do aspecto intelectual, como enfatiza Ávila (2013, p. 18), e sim, na “perspectiva de “empreendedorismo” e “produtividade” [às quais] são estruturadas por princípios de eficácia organizacional”.

A afirmativa de Ávila (2013) corrobora para o entendimento de que o país, no que concerne às questões educacionais, busca atender às prerrogativas dos órgãos reguladores, em especial a dos estrangeiros, tendo em vista que o interesse por

inserir questões mercadológicas como o empreendedorismo e produtividade nas políticas da educação superior é especialmente para atender às cobranças internacionais.

Não surpreende que o ensino superior tenha passado a se configurar como alternativa fundamental para solucionar as dificuldades econômicas que se instauraram mundialmente, como acentuamos anteriormente. Com isso, os impactos em relação à expansão da educação superior brasileira se destacam, principalmente, no que concerne à defesa de uma educação mercantilista e capitalista de modo que possa contribuir com a “criação de um mercado mundial de educação” (MAUÉS, 2015, p. 7).

No entanto, a instituição com essa conotação mercantil, no nosso entendimento, não haveria como se preocupar com os fatores indissociáveis da universidade, o ensino, a pesquisa e a extensão na mesma dimensão. O direcionamento de seus cursos ao se voltarem para os negócios, em sua maioria, “evitam perspectivas teóricas que não sejam imediatamente aplicáveis e relevantes ao trabalho, da mesma forma que não há necessidade de pesquisa por parte dos professores, nem existe qualquer expectativa de serviço à Comunidade”. (CARVALHO, 2012, p. 5).

Por outro lado, a formação brasileira se viu na obrigatoriedade de aperfeiçoar o tempo destinado à educação, isto é, necessitaria apressar a conclusão dos cursos de formação acadêmica para poucos anos, ao invés de priorizar a sua qualidade, cuja ênfase seria, conforme Maués (2015, p. 15, grifo nosso), “para acentuar a **qualidade** demandada pelo processo de mercantilização”. Por isso, fica perceptível, mais uma vez, que a influência dos organismos estrangeiros além de terem o aval do Estado brasileiro – que estava de certa forma de mãos atadas quanto à dependência financeira dos países ricos – conseguiram contribuir para o movimento expansionista da educação superior no nosso país por intermédio da iniciativa privada, sobretudo, para atender, fundamentalmente, ao interesse do mercado.

O Fundo Monetário Internacional (FMI) também teceu recomendações para que os países emergentes, assim como a OCDE, a partir da década de 1990, fossem os responsáveis por apressar o desenvolvimento da economia, bem como por disseminar as políticas neoliberais. Para isso, a fala oficial apregoava ser imperativo haver a reforma do Estado com iniciativas que propiciassem a diminuição de gastos públicos, para que se pudesse superar a crise na economia. Deste modo,

a lógica do mercado deveria “se sobrepor ao Estado” para que este pudesse ser eficiente além de “se inserir no processo de globalização”, fenômeno tido como preponderante para um novo desenho dos Estados nacionais. (SILVA; CASTRO, 2014, p. 155).

Vale frisar, além disso, que as propostas do MEC relacionadas à política de expansão do REUNI, segundo Arruda e Gomes (2012, p. 4-5), tiveram a influência desses organismos estrangeiros, às quais foram recontextualizadas para atender às especificidades do país, a exemplo do aumento do acesso de “grupos sociais tradicionalmente menos privilegiados à educação superior, combate as taxas de evasão e repetência [...] igualdade de acesso, baseada no princípio do mérito”. Confirma-se, por conseguinte, que as propostas dos documentos internacionais tiveram uma considerável autoridade na construção da política do REUNI e no atendimento ao modo de regulação, controle e produtividade das IES no país.

Diante do quadro de expansão no Brasil fica nítido que, atrelado a ele, esteve o modelo de financiamento público reorganizado, de forma distinta, para a rede pública e para o setor privado. Como se pode observar, a rede privada obteve inúmeros benefícios que estimularam cada vez mais a sua expansão, a exemplo das isenções fiscais, enquanto que, na esfera pública, o financiamento trouxe consigo novas “exigências de eficiência e eficácia empresariais, expansão com contingenciamento de gastos”, conforme o argumento de Mancebo (2015, p. 15).

Nessa circunstância, percebe-se que as sequelas para a prática educativa decorrentes do processo de expansão proveniente do REUNI, tanto no segmento público quanto no privado, vincularam-se às dificuldades para exercer a docência no ensino superior devido ao aumento do número de ingressos e às mínimas condições para ofertar um ensino em que fosse evidenciada a qualidade desse ofício na universidade. Além do mais, tende a refletir o continuísmo das influências externas por intermédio das agências internacionais nas políticas nacionais de educação, ao evidenciar o caráter assistencialista como sugere o Banco Mundial.

De acordo com Vale (2012), foram os anos 1990 que demarcaram o ciclo de expansão do segmento privado-mercantil no país. Um período, por conseguinte, de turbulência econômica e influenciada, especialmente, pela crise do capitalismo que, de acordo com Mancebo (2015, p. 141), incitou importantes reconfigurações no cenário expansionista:

combinando diversos fatores numa escala que envolveu desde o barateamento da mão de obra por meio da reestruturação dos processos de trabalho, a flexibilização do trabalho e da produção de mercadorias, até a monumental desregulamentação, de que as aberturas do mercado externo, as políticas de ajuste fiscal e as privatizações, incluindo as dos serviços públicos transferidos para a esfera privada (MANCEBO, 2015, p. 141).

Para Mancebo (2015), a educação superior no nosso país não ficou imune a esses fatores de reestruturações provenientes da crise do capitalismo. Segundo ela, os sistemas educacionais foram amplamente afetados e forçosamente impelidos a passar por processos de interesses privados ligados à irrupção expansionista desse nível de ensino, contribuindo para que as IES, de modo exacerbado, direcionassem as suas gestões aos mesmos parâmetros empresariais e mercantilistas. Essa situação, em sua visão, só veio a contribuir e a fazer desaparecer “o caráter de instituição da sociedade voltada para a formação humana e para a produção do conhecimento engajado na solução de problemas nacionais” (MANCEBO, 2015, p. 142).

No ponto de vista da autora, apesar das lutas empreendidas pelos movimentos sociais, sindicais, políticos e da classe intelectual no Brasil, o ano de 1990 inaugurou, de fato, o caráter mercantilista da educação superior, vinculado, diretamente, ao elemento expansionista por intermédio do setor privado e pela inserção do modelo empresarial na gestão das instituições públicas, às quais se viram obrigadas a angariar recursos no mercado, cuja responsabilidade anterior caberia ao Estado. Esse fato é também abordado por Anelli Jr. e Silva Jr. (2014). Segundo eles, com o capitalismo imerso nas iniciativas de expansão das IES, tanto no governo FHC quanto no de Lula, o Estado manteve um distanciamento da universidade pública para dar lugar ao empresariado, transferindo a este último, a responsabilidade com as questões educacionais.

No Brasil, o Estado quando convoca as universidades, não atua desinteressadamente visto que se trata do “processo de inovação de produtos e processos de produtividade e competitividade”. Segundo Oliveira e Ferreira (2014, p. 192), o Estado se utilizou de um discurso instigador para exaltar a importância da IES para o desenvolvimento econômico do país, colocando o conhecimento como ponto chave de contribuição para o crescimento da economia e da sociedade. Contrariando, assim, os critérios de cientificidade da universidade, de modo que ela

precisaria, na visão de Oliveira e Ferreira (2014), inteirar-se e desempenhar um papel empreendedor para bem cumprir as regras mercadológicas e empresariais que correspondessem aos interesses do mercado externo.

Nesse ponto, percebe-se que o Estado brasileiro se apresentou de forma análoga a um instrumento de duas faces na medida em que de um lado agia como órgão regulador das políticas educacionais do país e por outro se via imbricado na teia dos pressupostos das agências internacionais em tempos de mundialização do capital. Desse modo, ele passou a fazer parte, portanto, de um “projeto do mundo capitalista que prevê mudanças no campo da política, economia e cultura [...] [de tal modo que] a educação possui um lugar estratégico: a preparação de mão de obra para o mercado” (JEZINE; SERRANO, 2013, p. 187).

Diante de um Estado contraditório e centralizador, sob o comando de organismos estrangeiros, as políticas educacionais do ensino superior estiveram sob as influências externas e ficaram subservientes às orientações intervencionistas desses órgãos internacionais. Ratifica-se, assim, o intervencionismo estrangeiro como o agente principal responsável por condicionar as universidades brasileiras a serem pragmáticas e utilitaristas na oferta de seus serviços, contribuindo para beneficiar as práticas universitárias sob o viés mercantilista da educação superior.

A reforma do Estado brasileiro tinha como meta fundamental a racionalização dos recursos, de modo que foi preciso mudar “a administração pública como opção para enfrentar a crise fiscal, reduzir os gastos públicos e aumentar a eficiência dos serviços prestados”, como afirmaram Oliveira e Ferreira (2014, p. 193). Com isso, seria possível se ajustar às modificações contínuas da economia global e, sobretudo, poderia atender às agendas dos organismos estrangeiros como o BIRD e o FMI destinadas aos países emergentes como o Brasil.

Não se percebeu, nessas propostas, que a população tenha sido considerada e muito menos o segmento educacional em se tratando de ganhos substanciais que auxiliassem no desenvolvimento da nação no campo científico e tecnológico. Ao invés de propiciar mudanças no sentido de pensar, dentre outros fatores, práticas educativas do ensino superior, dentro do contexto da realidade brasileira, que pudesse atender a contento às prerrogativas e solicitações da categoria docente em todos os seus níveis, isso não ocorreu, posto que o governo propôs alterações que atuaram na contramão dos interesses do campo da educação, e por outro lado, da população do país.

Essa argumentação anterior aponta para a adoção da ideologia neoliberal nos dois mandatos de FHC, principalmente, nas questões das políticas educacionais do ensino superior no Brasil, embora não possamos deixar de considerar as suas iniciativas de criar o PROUNI e o FIES, os quais foram de utilidade para o governo posterior como plataforma política, como reforça a literatura da educação superior.

A herança que se pôde perceber do governo FHC, portanto, foram as reformas do ensino superior, cujo início se deu nos anos de 1990, às quais trouxeram consigo o:

‘meganegócio da educação’, apoiado oficialmente quase como uma política de Estado para o setor, [que] transformou-se em uma das mais importantes atividades econômicas do país [com] as vagas oferecidas pelo setor particular [se convertendo em] um dos pilares de sustentação da pretensa e alardeada ‘democratização’ do acesso ao ensino superior (MINTO, 2006, p. 256, grifo do autor).

É nesse cenário de “meganegócio da educação” que a política de expansão do REUNI foi formulada e implementada, e é sobre ele que nos debruçaremos a seguir.

### **3.5 O REUNI como política para a expansão das Universidades Federais**

Para a qualificação da força de trabalho nas IES, os sistemas das universidades públicas federais se viram diante de um quadro de competitividade no campo de ação da expansão do ensino superior brasileiro, que decorria, igualmente, do quadro de competição do setor econômico mundial proveniente do “processo de globalização [dos] desajustes estruturais do mercado de trabalho e o estabelecimento de novos padrões de competência internacional”, como reforçam Cabral Neto e Castro (2014, p. 204).

Contudo, mesmo diante do aumento exponencial de instituições de nível superior, como destacaram Cabral Neto e Castro (2014), a crise econômica mundial que impactou as nações de maneira negativa, provocou mudanças substanciais

para a educação superior das IES públicas federais brasileiras, a exemplo dos escassos recursos para financiar a democratização do acesso.

De modo que as modificações nessas IES transcorreram *pari passu* em meio ao estabelecimento de programas do governo, cujo interesse era passar a ideia do favorecimento da educação enquanto um bem público. Para esses autores, no entanto, o governo se empenhou especificamente em fazer com que o setor privado continuasse a se desenvolver plenamente, mais precisamente as instituições particulares, que passaram a desfrutar “da flexibilização das normas e do uso dos recursos públicos, ampliaram-se de forma acentuada, tornando-se hegemônicas no processo de ampliação da educação superior” (CABRAL NETO; CASTRO, 2014, p. 220).

Contraditoriamente, porém, a expansão da educação superior trilhou outro caminho, conforme esses mesmos autores, ao impedir que houvesse de fato “uma democratização do acesso que continua limitado e entregue, majoritariamente, à iniciativa privada” (CABRAL NETO; CASTRO, 2014, p. 220).

O antagonismo existente na trajetória do processo expansionista da educação superior no Brasil é reforçado por Cabral Neto e Castro (2014), na medida em que a expansão pretendida para as universidades públicas federais se ateve parcialmente porque, segundo eles, as universidades privadas tiveram maior engajamento e benefícios financeiros para se promoverem e se expandirem, como denota uma das premissas da proposta do governo federal, no Decreto nº 6.096/2007, em seu Art. 1º, qual seja:

Fica instituído o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI, com o objetivo de **criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação**, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais (DECRETO nº 6.096, 2007, grifo nosso).

Por outro lado, é recorrente a aceitação de que a educação como um todo, no núcleo de seu crescimento, tem em seu bojo o capitalismo, e que este possui um papel basilar na vida dos indivíduos e no avanço na sociedade do conhecimento. Como consequência, a educação superior se insere nesse contexto para que haja

vantagem e aumento dos setores produtivos para o país, tendo em vista que quanto mais se tem domínio do conhecimento mais capacidade os indivíduos têm de contribuir com o desenvolvimento econômico, pois, a partir do conhecimento adquirido, eles se constituem em geradores de produtos e bens de consumo, os quais serão revertidos em lucro e riqueza. É assim que Porto e Régnier (2003) discorreram acerca da educação superior no âmbito global e nacional. Para eles:

Esta centralidade dos elementos cognitivos e informacionais como variáveis-chave para a formação de riqueza e desenvolvimento coloca no âmago das transformações, como agentes especialmente relevantes, as instituições responsáveis pela produção e circulação do conhecimento, especialmente as instituições de pesquisa e ensino (com destaque para as instituições de ensino superior) (PORTO; RÉGNIER, 2003, p. 7)

No contexto do ensino superior na Europa, por exemplo, onde a educação superior passou a desempenhar uma função preponderante para o desenvolvimento da economia e para a construção da sociedade do conhecimento, as “políticas educativas, nomeadamente no ensino superior” fizeram acontecer a “Convenção de Bolonha, em junho de 1999, que [explicava] a importância que assumiu a *Declaração de Bolonha*” conforme Cabrito (2009, p. 37, grifo do autor). Vale reiterar, portanto, que o intento de Bolonha surgiu só após a Organização Mundial do Comércio (OMC) expor a educação como um serviço, procurando regulamentar as suas decisões na perspectiva do processo da globalização da economia, como argumentou Maués (2015).

A finalidade precípua dessa Declaração de Bolonha foi combater a crise da economia mundial e fazer com que a União Européia (UE) atrelasse a educação superior à “formação de adultos, a aprendizagem ao longo da vida e a formação profissional [...] [bem como às] competências que as sociedades e os indivíduos [precisavam] para construir a sociedade do conhecimento” conforme Cabrito (2009, p. 37).

O bloco europeu denotava possuir significativa expectativa nesse aspecto de vincular a educação superior para dirimir as agruras da crise global da economia, com isso, ele intencionava obter uma economia mais competitiva e produtiva que pudesse tornar a sociedade Européia competitiva para alcançar o mercado

internacional. Diante disso, as mudanças no mundo do trabalho na Europa foram substanciais e a partir daí as influências para a educação superior no Brasil se fizeram presentes.

No nosso país, por sua vez, é com o surgimento do REUNI no ano de 2007, por meio do Decreto nº 6.096 de 2007<sup>21</sup>, como ressaltamos na introdução deste estudo, que desponta a primeira política pública voltada para a expansão do setor público no Brasil o qual passou a vigorar enquanto Política Pública de Expansão do Setor Público, cujo objetivo era o de fazer expandir as universidades federais brasileiras, contemplando o número de vagas e cursos de graduação, em especial, para a ampliação do acesso a estudantes que desejassem adentrar no setor público de ensino superior.

A política de expansão do REUNI se apresentou, então, sob o discurso da promoção da qualidade da educação superior pública, por meio de: a) ampliação da oferta de vagas; b) redução da taxa de evasão e ocupação das vagas ociosas; c) da reestruturação acadêmica via revisão da estrutura curricular acadêmica; d) reorganização e diversificação dos cursos de graduação; e) renovação pedagógica da educação superior através da articulação entre a educação superior, o ensino técnico profissional e o ensino médio, inserção de novas metodologias de ensino e formação pedagógica; f) mobilidade inter e intra-estrutural por meio da promoção da mobilidade estudantil entre cursos e programas; g) suporte a pós-graduação; h) compromisso social das instituições em busca da democratização da educação superior via políticas de inclusão que possibilitem a inserção dos grupos marginalizados (negros, indígenas, pessoas com deficiência, pessoas com poder aquisitivo baixo, dentre outros) (BRASIL, 2007).

Com base nas metas estabelecidas, o documento do REUNI previu um investimento total de 2 bilhões de reais, no período de 2008 a 2011, valor ultrapassado, segundo Oliveira *et al.* (2014). Esse programa de expansão investiu mais de 3,5 bilhões de reais em ampliação de vagas, estrutura das universidades, contratação de novos professores e técnicos administrativos.

Desta feita, para conduzir as IFES do país a adotarem o contrato de gestão com base no Plano Diretor de Bresser Pereira, as instituições foram submetidas não só a terem um comprometimento como também deveriam cumprir “as metas

---

<sup>21</sup> Informação disponível em: <http://www.mec.gov.br/>.

acordadas para fazerem jus aos recursos financeiros extras” (CHAVES; GUIMARÃES, 2015, p. 305). Para esses autores, foi dessa forma que se transferiu para a administração pública “na relação entre MEC e as Universidades Federais, a lógica empresarial/gerencial”, cujo objetivo era a obtenção de resultados por intermédio da permuta de financiamento, com vistas ao gerenciamento das IES públicas.

Cabral Neto e Castro (2014) ratificam que essas instituições ficaram condicionadas ao cumprimento de metas caso quisessem obter ajuda de custo para financiar os gastos necessários ao seu funcionamento. Segundo eles:

as universidades tiveram também de se reestruturar do ponto de vista da gestão universitária, criando mecanismos para controlar e acompanhar o cumprimento das metas. Essa dinâmica significa a introdução da lógica dos resultados nos serviços públicos, o constante monitoramento e o controle desses resultados, sendo necessário torná-los quantificáveis para, assim, auferir os ganhos de eficiência e efetividade das políticas (CABRAL NETO; CASTRO, 2014, p. 210).

O REUNI, portanto, implantado nas universidades federais brasileiras como “um contrato de gestão entre o Ministério da Educação (MEC) e as referidas universidades, condicionando boa parte do financiamento dessas IES à execução de metas de expansão de vagas discentes e de reestruturação político-pedagógica”, como destaca Mancebo (2015, p. 7), teve em torno de 20% do aumento dos recursos para as despesas de custeio e pessoal para isso.

Passou a ser o modelo adotado, então, o contrato de gestão para gerir a educação no Brasil contribuindo para que o REUNI promovesse a expansão da educação superior, tanto pela ampliação da rede física, quanto pela via da racionalização, otimização dos recursos humanos e dos espaços físicos existentes, introduzindo, assim, um paradigma de gestão gerencialista voltado para o controle dos resultados nas universidades.

O Programa de expansão contribuiu, dessa maneira, para mudar a forma de gerenciamento do serviço público nas IES, tendo em vista a adoção de um modelo de gestão gerencial, ressaltando a adesão ao contrato de gestão. De acordo com Silva e Castro (2014, p. 174), sob essa perspectiva “a universidade se torna mais ágil em relação aos processos, buscando a eficiência e eficácia dos seus serviços”.

Desse modo, as universidades se viram obrigadas a se resignarem às decisões institucionais no que concerne ao pacto de metas e atendimento dos instrumentos de controle e avaliação, caso contrário, não haveria a contrapartida do repasse dos recursos. (PEREIRA; CASTRO, 2014).

Ainda assim, o processo de expansão do REUNI não foi capaz de sanar as discrepâncias na relação público-privado, como foi observado nas pesquisas da ANPEd do GT 11 e Rede *Universitas/BR* nos Eixos 2 e 4 que integram a preocupação com a educação superior no país, a exemplo da argumentação de Chaves e Guimarães (2015, p. 302). Para eles, no decurso dos anos de 1997 a 2013, “o setor público apresentou um crescimento de 42,7% em relação ao número de instituições, e de 134,2% de expansão das matrículas, enquanto as IES privadas cresceram 203,3%, e as matrículas nesse setor expandiram 268,7%”.

Para esses autores, o processo de expansão da educação superior brasileira como também o contexto da crise econômica globalizada expôs as contradições provenientes da economia capitalista enquanto um sistema desumano, pois, embora tivesse cooperado para o progresso das forças de produção, ao mesmo tempo colaborou com o aumento da miserabilidade da população não só nacional, mas, também global.

Situação que se coaduna com a hegemonia nos setores da economia e da política. Conforme Harvey (2008), a concepção hegemônica passou a fazer parte da ideologia neoliberal, valendo-se dos instintos e dos valores humanos para utilizá-los como o ponto central dos “ideais políticos da dignidade humana e da liberdade individual, tomando-os como ‘os valores centrais da civilização’ ”.

Salientamos, contudo, que a expansão do setor público foi marcada por uma série de incongruências. A universidade pública brasileira, por exemplo, com as reestruturações efetivadas por meio da implementação do REUNI, foram evidenciadas, sobretudo, enquanto políticas pensadas para alcançar o nível de competitividade global. Ainda assim, o acesso ao ensino superior foi expandido em larga escala com o intuito de colaborar com a diminuição das desigualdades sociais e propiciar mais adequadamente as oportunidades de emprego e renda, como argumenta Ferreira (2010), dentre outros.

O governo Lula, por sua vez, “implementou mecanismos de impacto na redução do índice da miséria absoluta com a ‘elevação do valor real do salário mínimo, que alcançou 85% entre 2013 e 2014’”, conforme Brzezinski (2018, p. 96 -

97). E, para além dessas políticas sociais que visavam atenuar a situação de miséria da população de baixo poder aquisitivo, vários programas foram implementados, dentre eles o REUNI, com a finalidade de expandir as universidades e os institutos federais de educação, como ressaltado amplamente na literatura.

Entretanto, segundo Martins e Silva Júnior (2014) foram criadas expectativas profundas por parte da maioria da população para que a eleição de Lula pudesse transformar os rumos da nação brasileira. Para esses mesmos autores, uma outra parte da população não viu com simpatia as ações efetivadas durante o período de oito anos de governo Lula da Silva, tendo em vista que essas ações:

em nenhum momento, indicaram que o objetivo era colocar em prática um novo projeto de país, com base em uma ideologia diferente daquela que vinha orientando, até então, os governos do Brasil. O que se viu, entretanto, foi um governo que quis manter a ordem instituída (MARTINS; SILVA JÚNIOR, 2014, p. 624).

De outro lado, para corroborar com os argumentos mais assertivos acerca do Programa de expansão instituído pelo Governo Lula, sintetizamos os resultados do REUNI, através das suas metas que foram estabelecidas com o objetivo de expandir e ampliar a oferta de vagas e dos cursos de graduação; de incentivo à mobilidade estudantil e democratização da educação superior via políticas de inclusão, com vista ao aumento gradativo de estudantes em vulnerabilidade social e também direcionada ao suporte à Pós-Graduação *stricto sensu*.

As metas relacionadas à renovação pedagógica serão analisadas no capítulo posterior, a partir das entrevistas com os docentes, tomando como campo de análise a expansão no CCSA da UFPB/CAMPUS I. A seguir, no Quadro 7, direcionamos a atenção aos dados quantitativos de expansão do REUNI no país. Vejamos:

**Quadro 7:** Resultados do REUNI, a nível Brasil, de acordo com as metas estabelecidas no Plano de reestruturação

| BALANÇO DO PERÍODO DE EXPANSÃO DO REUNI NO BRASIL |                                                                                                            |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |
|---------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Período                                           | Meta                                                                                                       | Resultado                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |
| Período pré e pós expansão<br><br>(2006-2013)     | Ampliação da oferta de vagas                                                                               | <p>A evolução de matrículas no setor público, a nível Brasil, registrou crescimento, em números absolutos, de 1.209.304 a 1.932.527, no período de 2006 a 2013.</p> <p>Ao tomarmos apenas as instituições federais (IFES) esses números correspondem a 589.821 para 1.045.507, no mesmo período, o dado equivale a um crescimento de 77,2% (JEZINE; FELINTO; FARIAS, 2013).</p> <p>A maior parte das matrículas realizadas no setor público estão concentradas nas universidades, 53,4% de acordo com o censo da Educação Superior de 2013 (INEP, 2013).</p>                                                                                                     |
|                                                   | Reorganização e diversificação dos Cursos de Graduação                                                     | <p>O crescimento no número de cursos de graduação na rede federal deu um salto quantitativo, em números absolutos, de 3.030 para 5.978, no período de 2007 a 2012 (INEP, 2007; 2012).</p> <p>No ano de 2013 houve uma queda do número de cursos nas IFES, que passaram de 5.978 para 5.968 (INEP, 2013).</p>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |
|                                                   | Mobilidade inter e intra-estrutural por meio da promoção da mobilidade estudantil entre cursos e programas | <p>Em 2007 o Governo Federal cria o Plano nacional de Assistência Estudantil (PNAES), pela Portaria Normativa MEC n. 39 de 12/12/2007 e em 2010 reconhecido pelo decreto nº 7.234.</p> <p>A política surge com o objetivo de apoio à permanência, por meio de subsídio financeiro, aos alunos de baixa renda que estão matriculados nas IFES (BRASIL-INEP, 2010).</p> <p>Segundo o MEC, o investimento em políticas de assistência estudantil, após criação do PNAES que, por sua vez, integra as diretrizes do REUNI, quadruplicou. Sendo investidos mais de 1 bilhão de reais em cinco anos, no período de 2008 a 2012.</p>                                    |
|                                                   | Suporte à Pós-Graduação                                                                                    | <p>*Há uma evolução quantitativa nos cursos de pós graduação <i>stricto sensu</i>. Em números o aumento corresponde a 2.842, em 2006, e 3.866, em 2011.</p> <p>*O domínio do setor privado não expande a pós graduação. O setor público vem a ser o responsável pela maior parte da distribuição dos cursos <i>stricto sensu</i>, totalizando um percentual de 89,6% no ano de 2011.</p> <p>*O estímulo na oferta de bolsas de estudos, entre os anos 2000 e 2011, saltou de R\$ 813 milhões para R\$ 2.973 milhões. Estima-se que 70 mil alunos foram contemplados entre mestres e doutores.</p> <p>*A estimativa é de que a Pós Graduação cresceu 128%, no</p> |

|  |                                                                      |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |
|--|----------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|  |                                                                      | <p>período de 1998 a 2010.</p> <p>*A expansão no quantitativo de docentes acompanha todo o processo, que na graduação passou de 28.824, em 1998, para 65.882, em 2010 (CIRANI; CAMPANARIO; SILVA, 2015).</p>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |
|  | <p>Democratização da educação superior via políticas de inclusão</p> | <p>Com a adoção das políticas de cotas nas universidades federais, a inserção dos grupos marginalizados (negros, indígenas, pessoas com deficiência, pessoas com baixo poder aquisitivo, dentre outros) seguiram em crescente aumento nas IFES desde a implementação do REUNI. No ano de 2012 a política de cotas se consolidou com a implementação da Lei nº 12.711/2012.</p> <p>Houve uma continuidade na inserção desse público desde o ano de 2012, de modo que no ano de 2018, o número de estudantes negros (somatória de pardos e pretos, segundo IBGE) nas universidades federais somou 51,2%; 64,7% advieram de escolas públicas e 70,2% possuíam renda per capita de 1,5 Salário Mínimo, segundo a Andifes (2018).</p> |

**Fonte:** Construído a partir das pesquisas do GEPESS acerca dos resultados alcançados pelas metas do REUNI.

O Programa de expansão para as IES públicas e privadas do país, que teve sua implantação no governo Lula da Silva, entre os anos de 2007 a 2012, como destacamos no decurso do texto, estabeleceu algumas metas a serem desempenhadas pelas instituições que deveriam aderir ao programa. A contrapartida para isso foi acrescentar os recursos orçamentários das IES. (OLIVEIRA; FERREIRA, 2013, p. 198).

Para obter tais recursos as IES, obrigatoriamente, deveriam atingir as metas do programa de expansão com destaque para a redução da evasão dos discente, pelo aumento do número de concluintes, além do acréscimo da quantidade de aluno por docente, fato que pode ser comprovado nos principais resultados dispostos no quadro acima.

A literatura da área da educação superior, mostrou-se enfática quanto ao impacto notório provocado pelo REUNI nas IES, principalmente por ele ter sido o “responsável pelo aumento de aproximadamente 70% das matrículas presenciais na rede federal, entre 2007 (ano da criação do Programa) e 2013”, como afirmou Mancebo (2015, p. 7). Muito embora não tivesse acompanhado os percentuais de crescimento do setor privado, que visava de forma torpe os interesses do capital.

É fato que o Reuni veio para modificar profundamente o modo de gestão universitária e, atrelado a isto, instigar a necessidade de se debater sobre as implicações advindas das suas transformações, considerando, ademais, suas especificidades no âmbito dos centros universitários, como é o foco desta pesquisa.

De acordo com Lima e Machado (2015), quando analisaram as problemáticas relacionadas ao caráter gerencialista do REUNI, concluíram que:

A despeito do viés gerencialista, é importante ressaltar a importância da cobrança que fez as universidades de maior atenção às dimensões qualitativas decorrentes do processo de expansão dos cursos e vagas, que incluem esforços de **aperfeiçoamento e atualização curricular, assistência estudantil e apoio pedagógico docente**, especialmente aos professores com ingresso recente na carreira. (LIMA; MACHADO, 2015, p. 403, grifo nosso).

A cobrança pelos esforços supracitados recaiu sobre a prática educativa do professor do ensino superior, fato que nos levou a problematizar sobre as consequências do REUNI no âmbito do CCSA/UFPB-CAMPUS I, a partir desta perspectiva.

#### 4 OS IMPACTOS DA EXPANSÃO DO REUNI NO CCSA/UFPB-CAMPUS I

*“Aqui eu podia por ponto. Para tirar o final, para conceber o resto que falta [...] é pôr atenção no que contei, remexer vivo o que vim dizendo. Porque não narrei nada à-toa: só apontação principal, ao crer posso. Não desperdiço palavras” (ROSA, 2001, p. 324-325).*

---

Neste capítulo, procuramos discutir acerca dos impactos do REUNI na realidade local e, posteriormente, buscamos analisar as entrevistas realizadas com os oito docentes do DCI/UFPB, observando as implicações da implementação da política de expansão na perspectiva daqueles que vivenciam o cotidiano da prática educativa, tomando como foco de análise o caso do CCSA na UFPB/CAMPUS I no Estado da Paraíba, cujo processo de expansão que ocorreu no entorno foi delimitado pelas influências macro sociais, as quais se destacaram no cenário nacional.

Ao observarmos os impactos da expansão a nível regional, especialmente no Nordeste e na Paraíba, verificamos que houve uma tendência de crescimento célere do setor privado, tal como percebido também a nível nacional, o que denota a inserção de uma lógica do projeto de cunho neoliberal atingindo do macro ao microssocial (JEZINE; SANTOS, 2019).

Entretanto, vê-se que a Paraíba se diferenciou do Nordeste, pois o crescimento acelerado do setor privado só conseguiu ultrapassar o setor público a partir de 2015, conforme a Tabela 2. Esse dado indicou uma significativa atuação da educação superior pública no Estado, com o protagonismo da UFPB no aumento de oferta de matrículas.

A seguir, na Tabela 2, é retratado o aumento da distribuição de matrículas no ensino superior conforme a organização administrativa dos anos de 2000 a 2018:

**Tabela 2:** Expansão de matrículas por organização administrativa, Nordeste e Paraíba. Números absolutos (2000- 2018)

| Ano      | Nordeste      |               | Paraíba       |               |
|----------|---------------|---------------|---------------|---------------|
|          | Público       | Privado       | Público       | Privado       |
| 2000     | 271.795       | 141.914       | 33.486        | 9.150         |
| 2001     | 285.646       | 174.669       | 30.822        | 11.124        |
| 2002     | 316.645       | 225.764       | 33.618        | 13.882        |
| 2003     | 339.536       | 285.156       | 36.240        | 16.418        |
| 2004     | 345.508       | 334.521       | 36.044        | 16.589        |
| 2005     | 352.757       | 385.505       | 37.816        | 19.799        |
| 2006     | 356.278       | 439.862       | 38.788        | 23.480        |
| 2007     | 367.735       | 485.584       | 42.763        | 26.960        |
| 2008     | 383.539       | 529.154       | 45.282        | 30.733        |
| 2009     | 409.393       | 556.109       | 44.834        | 32.995        |
| 2010     | 438.090       | 614.071       | 53.036        | 35.870        |
| 2011     | 471.209       | 667.749       | 62.328        | 39.319        |
| 2012     | 499.721       | 713.798       | 64.885        | 42.724        |
| 2013     | 561.175       | 960.531       | 71.366        | 59.767        |
| 2014     | 5 82.852      | 1.064.031     | 74.412        | 69.777        |
| 2015     | 590.489       | 1.104.191     | 75.880        | 77.736        |
| 2016     | 586.670       | 1.115.008     | 74.297        | 79.195        |
| 2017     | 601.423       | 1.145.233     | 72.234        | 83.354        |
| Cresc. % | <b>121,3%</b> | <b>707,7%</b> | <b>115,7%</b> | <b>811,0%</b> |

**Fonte:** BRASIL. INEP. **Sinopses Estatística do Censo da Educação Superior:** 2000 a 2018. Brasília: Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior-sinopse>. Acesso em: 10 out. 2018.

No ano de 2012, o número de matrículas, na Paraíba, correspondia respectivamente a 42.724 no setor privado e 64.885 no setor público, como pode ser observado na tabela acima. A predominância do setor público no Estado segue até o ano de 2015, quando o setor privado predomina com um total de 77.736 contra 75.880.

Dados atualizados por Jezine e Santos (2019) demonstram que no período de 2010 a 2017 o setor privado cresceu 132,4%, enquanto a expansão de matrículas no setor público cresceu apenas 36,2%. Os autores atestam ainda que o processo de expansão acelerado do setor privado tem gerado uma falha no sistema ocasionando um vácuo no preenchimento das vagas ofertadas neste nível de ensino. Na relação público-privado, as vagas ociosas correspondem a 15% das vagas no setor público, enquanto que o setor privado apresenta 57,4% (JEZINE; SANTOS, 2019).

A pesquisa chama a atenção para as contradições que envolvem o discurso da expansão e da democratização do acesso via privatização do ensino, tendo em vista que o Estado costuma injetar capital financeiro por meio de políticas sociais como Fies e Prouni sem, contudo, dar o retorno qualitativo do capital investido.

Ao examinarmos a evolução de matrículas presenciais no setor público, especialmente na UFPB, no recorte de análise de implementação do REUNI (2007-2012), é onde pôde-se constatar a representatividade da instituição. Ao compararmos as matrículas da UFPB com o número total de matrículas no setor público, representado no Quadro 9, vê-se que no ano de 2007 a UFPB representava 38,1% das matrículas no estado, e nesse mesmo ano, o número aumenta e passa a ser 42,05%.

De outro lado, é preciso evidenciar o peso institucional que a UFPB possui na oferta da educação superior no estado da Paraíba, bem como a possibilidade da expansão de vagas obtidas através do REUNI, mesmo diante dos paradoxos supracitados na relação público-privado. Fica perceptível o impacto produzido por esse Programa de expansão quando se observa a evolução, por exemplo, de matrículas em cursos presenciais da UFPB no período de implementação do REUNI, como demonstrado no Quadro 8.

**Quadro 8:** Evolução das matrículas com a implementação do REUNI (2007-2012) – cursos presenciais da UFPB

| <b>Ano</b>  | <b>Matrícula</b> |
|-------------|------------------|
| <b>2007</b> | 16.296           |
| <b>2008</b> | 17.467           |
| <b>2009</b> | 21.636           |
| <b>2010</b> | 24.263           |
| <b>2011</b> | 26.069           |
| <b>2012</b> | 27.288           |

**Fonte:** Dados retirados do trabalho de Jezine; Farias; Felinto (2015) sobre expansão e permanência

Embora a expansão do REUNI na UFPB, como um todo, envolvendo todos os *Campi*, não seja o cerne de nossa investigação, consideramos relevante fazer referência ao balanço geral do processo de expansão possibilitado por esse Programa do Governo Federal no âmbito dessa IFES. Pudemos visualizar os avanços delineados pelas suas metas, tais como: a ampliação da oferta de vagas e de cursos de graduação, a mobilidade estudantil por meio de programas

institucionais e a democratização do acesso por meio de política de inclusão. No Quadro 9, a seguir, há o demonstrativo dos principais resultados:

**Quadro 9:** Principais metas alcançadas pela expansão do REUNI na UFPB

| <b>BALANÇO REUNI NA UFPB</b> |                                                                                                                    |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |
|------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Período</b>               | <b>Meta</b>                                                                                                        | <b>Resultados</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                |
| <b>(2007-2012)</b>           | <b>Ampliação da oferta de vagas</b>                                                                                | <p>No período de 2007 a 2012, a UFPB passou a representar 38,1% para 42,05% no número de matrículas do setor público no Estado da Paraíba.</p> <p>Em números absolutos de matrícula, a UFPB passou de 16.296 em 2007, para 26.667 em 2012 (somando o quantitativo da capital e do interior), um acréscimo de 10.371 matrículas (JEZINE; FARIAS; FELINTO, 2015)</p>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |
|                              | <b>Reorganização e diversificação dos cursos de graduação</b>                                                      | <p>Dados analisados por Castelo Branco e Jezine (2013) comprovam que houve significativo impacto na diversificação dos cursos de graduação na UFPB, no período de 2006 a 2012. Houve um aumento de 44 novos cursos de graduação presenciais no dado período, considerando:</p> <p><b>Campus I-</b> João pessoa: cresceu de 61 cursos em 2006, para 93 em 2012;</p> <p><b>Campus II-</b> Areia: cresceu de 4 cursos de graduação em 2006, para 7 em 2012;</p> <p><b>Campus III-</b> Bananeiras: Cresceu de 3 cursos para 5, no período de 2006 a 2012.</p> <p><b>Campus IV-</b> Litoral Norte: O número de cursos de graduação dobrou de 7 para 14, no período de 2006 a 2012.</p>                                                                                                                                                                                                                |
|                              | <b>Mobilidade inter e intra-estrutural por meio da promoção da mobilidade estudantil entre cursos e programas;</b> | <p>Ao analisar o programa PNAES, fruto das metas estabelecidas pelo REUNI e instituído no ano de 2010 pela Lei 7.234, Macedo (2017) conclui que, entre o período de 2012-2016, a UFPB presenciou uma progressão no repasse de recursos orçamentários para a Assistência Estudantil. Para a autora, o Programa de assistência, colaborou significativamente com o desempenho acadêmico do estudante, cujo índice de aprovação se revelou acima dos 70% daqueles beneficiados pela política. Outro estudo com enfoque para a mobilidade estudantil entre curso e programas, no contexto da expansão, foi o de Jezine; Farias e Felinto (2015). As autoras analisaram os programas acadêmicos da UFPB no período de 2010 a 2014, e concluíram que houve um crescimento gradativo na oferta de bolsas, apesar dos programas acadêmicos não corresponderem à dinâmica da expansão no que concerne</p> |

|  |                                                                      |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |
|--|----------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|  |                                                                      | ao quantitativo de matrículas.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |
|  | <b>Democratização da educação superior via políticas de inclusão</b> | <p>A meta da democratização por meio de políticas de inclusão na UFPB pôde ser averiguada a partir de mudança no perfil do alunado. Segundo a análise realizada no período de 2008 a 2013:</p> <p>Houve uma queda no número de estudantes brancos matriculados na referida instituição. Em contrapartida, ficou perceptível o aumento de estudantes de cor parda, os quais no ano de 2013 chegaram a 46,6%. Tal crescimento foi atribuído à política de cotas instaurada na UFPB em 2011. Quanto aos discentes oriundos de escola pública houve uma ampliação de 36% para 53,1%, e aqueles candidatos com renda familiar de até dois salários mínimos, o crescimento foi de 34,9% para 58,4%. (NAKAMURA, 2014), (CASTELO BRANCO; JEZINE, 2013).</p> |

**Fonte:** Construído a partir das pesquisas realizadas no âmbito do GEPESS<sup>22</sup> acerca dos resultados alcançados pelas metas do REUNI.

A expansão do acesso no contexto da UFPB, analisados por Castelo Branco e Jezine (2013, p. 78), atestam que a questão da democratização criou complexas relações na esfera da universidade paraibana, especialmente, no que se refere ao aspecto dos discentes. Vale destacar, que embora não menosprezemos a contribuição do REUNI para a inclusão dos grupos socialmente vulneráveis, é fato que o aumento do quantitativo estudantil juntamente com a mudança no perfil dos alunos que adentraram e/ou adentram à universidade via políticas sociais, geraram demandas para além da capacidade laboral dos docentes do magistério superior, que até então não lhes eram exigidas de modo exacerbado. Em consequência disso, o professor universitário na UFPB, de modo geral, passou a ter que lidar com a sobrecarga de trabalho expressa pela,

diversificação das atividades; a ampliação do número de alunos sem o correspondente aumento efetivo de servidores técnicos e docentes; conjugado com jornada extra mediante a invasão da vida privada pelo trabalho em casa; e acentuado pelas novas tecnologias da informação (ROCHA, 2018).

<sup>22</sup> Grupo de Estudos e Pesquisas em Política de Educação Superior e Sociedade (GEPESS) sob a Coordenação da Professora Dra. Edineide Jezine Mesquita Araujo do PPGE/CE/UFPB-CAMPUS I

Dentro dessa perspectiva, o processo de expansão do REUNI, no nosso entendimento, expôs a lógica neoliberal evidenciada pela exigência por produtividade do trabalho do professor do ensino superior sob a égide empresarial, pautada em uma diretriz gerencialista que apregoava e/ou apregoa o quantitativo em detrimento do qualitativo.

Acreditamos que isso tenha contribuído para a incongruente lógica mercantilista e sua implementação nas IFES através do REUNI, como ressaltaram Leda e Mancebo (2009). Elas chamaram a atenção para as dificuldades que esse Programa de expansão viria a acarretar para aqueles docentes mais desavisados, principalmete no que se referia às “propostas de aumento do acesso de camadas populares à universidade pública, a eliminação do vestibular, uma formação ampla, aumento dos índices de aprovação, dentre outros aspectos sedutores”. Segundo essas mesmas autoras, os docentes menos atentos foram aqueles que mais tenderam a aderir às metas do referido Programa. Pareciam ter esquecido que tais propostas de ampliação das IFES já estiveram no rol das lutas daqueles que buscavam defender a universidade pública (LEDA; MANCEBO, 2009, p. 57).

De outro lado, Leda e Mancebo (2009) fizeram um alerta sobre o fato da expansão da universidade necessitar ser subsidiada, na mesma medida, pelo aumento expressivo dos recursos orçamentários no que se referia à questão do aumento do quadro docente efetivo, para que o professor conseguisse fazer parte da IES de maneira permanente, tendo em vista ser esse um dos pilares para o alcance de uma expansão de qualidade acadêmica. Considerando este cenário, buscamos, no próximo item, observar quais os impactos e implicações o REUNI trouxe para o CCSA da UFPB/CAMPUS I.

#### **4.1 A questão quantitativa no caso da expansão do REUNI no CCSA da UFPB/CAMPUS I**

Para conseguirmos a elucidação da questão problema que apresentamos na introdução do trabalho, fomos às fontes documentais da UFPB/CCSA/CAMPUS I, tais como o próprio Projeto REUNI-UFPB de 2007 de adesão ao REUNI; uma pesquisa contendo informações sobre a opinião de 60 coordenadores dos cursos de graduação de todos os centros na UFPB/CAMPUS I para o Programa de Incentivo

ao Aumento da Taxa de Sucesso (PITS), tanto com o intuito de saber sobre as condições de trabalho do professor na perspectiva dos discentes; bem como ter acesso aos dados de gestão pela PROPLAN do período de implantação e pós REUNI.

Essas informações oficiais e institucionais foram consultadas no Arquivo da Reitoria, com o acesso direto aos documentos que regulamentaram o REUNI e sua implementação na instituição com a permissão formal da Coordenadora do Arquivo Geral da Reitoria, além dos dados referentes ao Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) relacionados à expansão do REUNI, assim como informações requeridas sobre o assunto na Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento (PROPLAN)<sup>23</sup>.

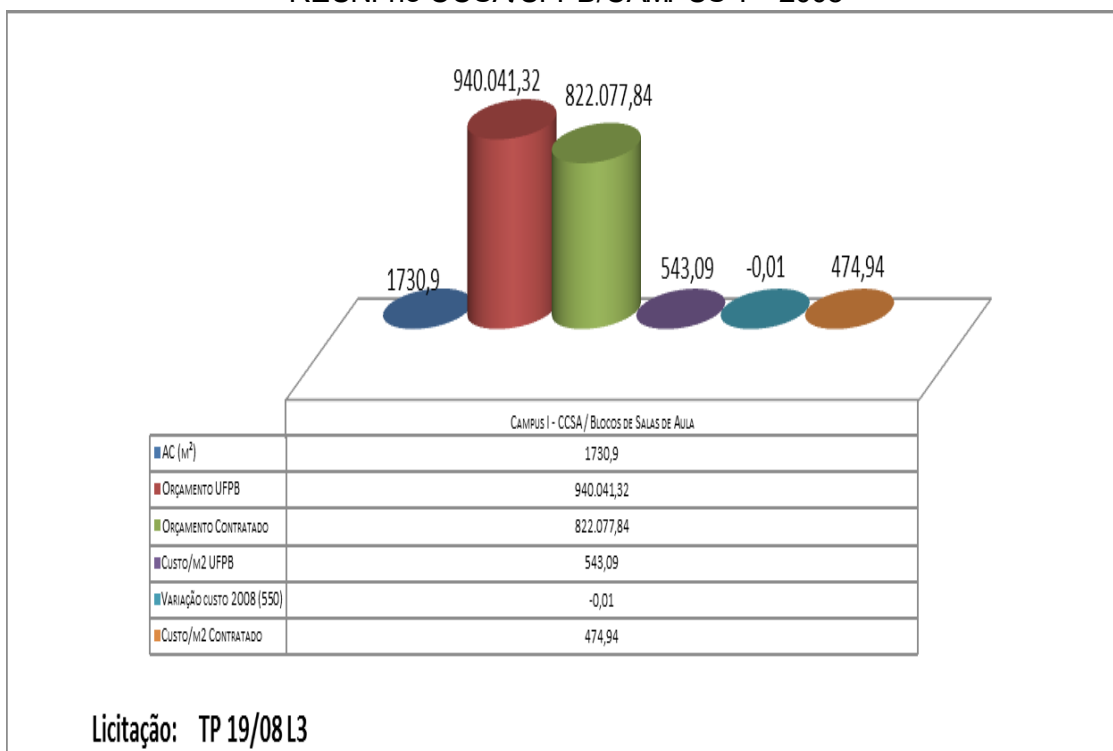
Para o alcance dos objetivos específicos também nos voltamos para os documentos sobre a expansão do REUNI existentes no Arquivo da Reitoria, complementando com as informações disponibilizadas nos Relatórios de Gestão de 2008 a 2016 que estão acessíveis no site da UFPB. Quanto às informações dos participantes do estudo, especificamente, para a identificação de suas designações de funções administrativas, elas foram disponibilizadas na secretaria do DCI e Coordenação do Curso de Graduação em Biblioteconomia.

De outro lado, a partir da consulta ao Arquivo Geral da Reitoria sobre o REUNI e também pelas informações obtidas do responsável pela PROPLAN na gestão atual sobre os recursos orçamentários oriundos do REUNI para a UFPB-CAMPUS I, pudemos visualizar a dimensão do investimento proveniente dos recursos financeiros do Programa de Reestruturação e Expansão das IFES correlacionados às construções no Campus I, especialmente, dos quais o Centro de Ciências Sociais Aplicadas onde o Departamento de Ciência da Informação (DCI) se insere, foi contemplado com a construção de mais salas de aula:

---

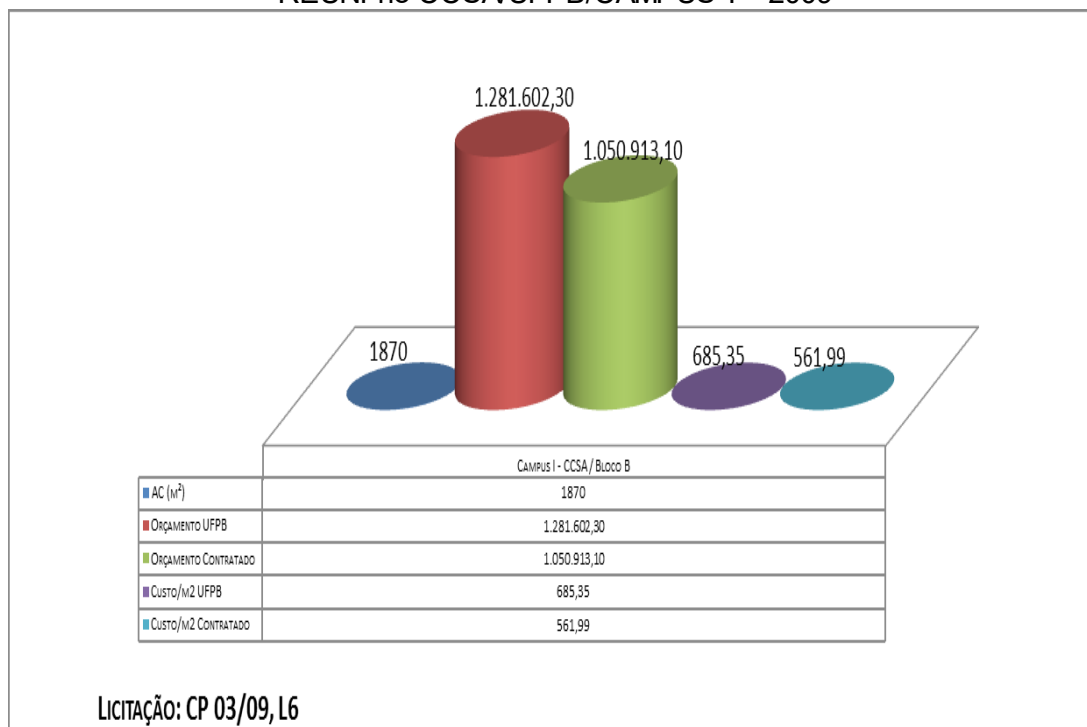
<sup>23</sup> Site disponível em: [www.proplan.ufpb.br](http://www.proplan.ufpb.br).

**Gráfico 3:** Demonstrativo dos recursos orçamentários para as Obras provenientes do REUNI no CCSA/UFPB/CAMPUS I – 2008



**Fonte:** Da Pesquisa. Dados obtidos da PROPLAN/UFPB-CAMPUS I.

**Gráfico 4:** Demonstrativo dos recursos orçamentários para as Obras provenientes do REUNI no CCSA/UFPB/CAMPUS I – 2009



**Fonte:** Da Pesquisa. Dados obtidos da PROPLAN/UFPB-CAMPUS I

Ao analisarmos os gráficos 3 e 4 constatamos que nos anos de 2008 e 2009, período de implementação do REUNI, o CCSA/UFPB-CAMPUS I vivenciou um aumento substancial orçamentário para as obras provenientes do Programa de expansão. De maneira que, o valor contratado no ano de 2008 foi de de 822. 077,84, valor que aumenta para 1.050.913,10, no ano de 2009.

Além disso, os dados apresentados no Quadro 10 demonstram o investimento que a UFPB obteve para o crescimento da instituição no período da implementação do REUNI e de sua consolidação entre os anos de 2008 a 2016<sup>24</sup>.

**Quadro 10:** Componentes de Gestão da UFPB/CAMPUS I (2008 – 2016)

| Ano  | Centros | Alunos Matriculados | Servidores Docentes efetivos | Graduação (Cursos Presenciais) | Produção Acadêmica (artigo completo publicado em periódico) | Laboratórios  | Bibliotecas Central/ Setoriais | Núcleo de Pesquisa |
|------|---------|---------------------|------------------------------|--------------------------------|-------------------------------------------------------------|---------------|--------------------------------|--------------------|
| 2008 | 11      | 21.152              | 1.713                        | 67                             | 2.275                                                       | 126           | 1/3                            | 18                 |
| 2009 | 12      | 23.605              | 1901                         | 114                            | 1.925                                                       | 126           | 1/3                            | 18                 |
| 2010 | 12      | <b>26.242</b>       | <b>2.033</b>                 | <b>111</b>                     | <b>1.925</b>                                                | <b>333</b>    | 1/14                           | 18                 |
| 2011 | 16      | <b>29.441</b>       | <b>2.142</b>                 | <b>123</b>                     | <b>1.998</b>                                                | <b>333</b>    | 1/14                           | 18                 |
| 2012 | 16      | <b>31.837</b>       | <b>2.248</b>                 | <b>128</b>                     | <b>2.187</b>                                                | <b>333</b>    | 1/14                           | 18                 |
| 2013 | 16      | <b>32.829</b>       | <b>2.380</b>                 | <b>130</b>                     | <b>2.593</b>                                                | 333           | 1/14                           | 18                 |
| 2014 | 16      | <b>30.583</b>       | <b>2.399</b>                 | <b>127</b>                     | 2.350                                                       | <b>513</b>    | 1/14                           | <b>24</b>          |
| 2015 | 16      | <b>31.123</b>       | <b>2.435</b>                 | <b>127</b>                     | <sup>25</sup>                                               | <b>513</b>    | 1/14                           | 24                 |
| 2016 | 16      | 29.753              | 2.473                        | 112                            | 1.958 <sup>26</sup>                                         | <sup>27</sup> | 1/14                           | 30 <sup>28</sup>   |

**Fonte:** Relatório de Gestão 2008 a 2016.

<sup>24</sup> Todos os Relatórios de Gestão da UFPB estão disponíveis no site da PROPLAN: <http://www.proplan.ufpb.br/proplan/contents/menu/ploplan/relatorio-de-gestao>

<sup>25</sup> Os dados da produção acadêmica referem-se ao ano de 2014, pois, até o fechamento do Relatório, os dados de 2015 ainda não estavam consolidados pela PRPG. Os dados são retirados da Plataforma Sucupira, nesta, por sua vez, não foi possível fazer a coleta nos formatos dos anos anteriores, bem como não são contabilizados os Programas em associação.

<sup>26</sup> Referente ao ano de 2015.

<sup>27</sup> Não colocado no relatório de 2016.

<sup>28</sup> Envolve pesquisa e extensão.

E como vimos no Projeto UFPB-REUNI de 2007, o recurso financeiro para expandir essa IFE dependeria do contrato de gestão entre o MEC e a universidade, e isso ocorreu com a UFPB. Os números de ampliação, que vão desde o aumento de Centros até os Núcleos de Pesquisa como discriminados no Quadro 10, denotam, a princípio, que foi vantajosa a adesão da referida universidade ao Programa do Governo Federal.

É possível notar que, na UFPB, o Programa de expansão do REUNI em sua execução proporcionou um crescimento expressivo, seja na contratação de novos professores, seja na construção de novas obras, tais como salas de aula, laboratórios, aumento de Cursos presenciais e, sobretudo, de alunos que ingressaram a partir da proposta do REUNI.

O Quadro 10 e o gráfico 5 (representação dos dados do Quadro 10) mais adiante, ainda dão demonstração do acréscimo orçamentário do REUNI que foi investido na prática, como sinalizamos anteriormente, onde se pôde verificar que a expansão na Universidade Federal paraibana se consolidou já nos primeiros anos de implementação do aludido programa, com o número de Centros, por exemplo, os quais passaram de 11 para 16 entre os anos de 2008 a 2011 e ainda se mantém. Os números de Cursos de Graduação também foram aumentados significativamente entre 2008 e 2012; passando de 67 para 128, e em 2013 aumentou para 130, muito embora não tenha havido alterações no número de Cursos de Graduação de 2014 até 2015.

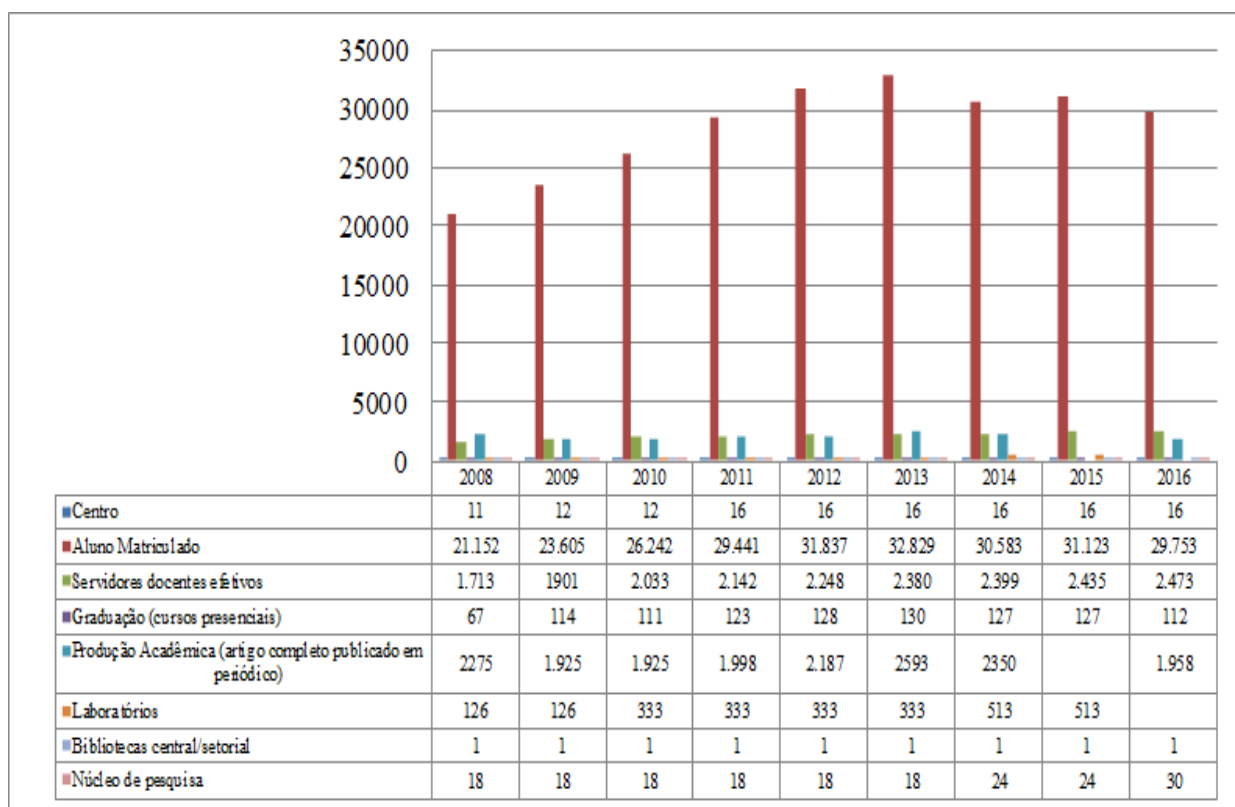
No ano seguinte, em 2016, no entanto, é que houve uma queda mais acentuada no número de cursos se comparado aos anos de 2014 a 2015, isto é, passou de 127 cursos para 112, dado que se pressupõe ter ocorrido por uma possível extinção de Cursos no nível de Graduação na UFPB no período pós REUNI.

Um dado interessante a ser analisado consiste na relação entre o número de docentes efetivos e o número de produções acadêmicas, tendo em vista que o crescimento gradativo dos docentes não estabelece relação com o crescimento no número de publicações científicas, ao contrário, tem-se uma queda entre os anos de 2009 a 2011. A relação entre o crescimento de docentes e a queda nas publicações chama a nossa atenção, principalmente quando se trata do resultado de estudos desenvolvidos e divulgados com a temática do REUNI, que apontam para o aumento

do alunado para cada professor, e, no nosso entender, isso tende a prejudicar a tríade ensino, pesquisa e extensão.

Contudo, é importante observar que na proposta de adesão a esse programa foram projetados o aumento total de alunos de graduação presencial/matriculas em torno de 20.599 em 2007 para 35.155 em 2012, esperava-se que houvesse um incremento da ordem de 13.566 dessas matrículas. No entanto, como podemos ver no Quadro 10, o total de alunos matriculados foi de 31.837 e não de 35.155 como almejado no projeto desta IES em 2007. O que pode indicar, por exemplo, que não houve um planejamento adequado para a adesão ao Programa do Governo Federal, e de certo modo, corrobora com o depoimento de um dos participantes da investigação quando afirma que “no caso da Paraíba, em especial, a expansão era necessária, entretanto, ela não foi planejada”.

**Gráfico 5:** Representação dos componentes de Gestão da UFPB – CAMPUS I



**Fonte:** Relatório de Gestão 2008 a 2016.

O crescimento substancial em consequência do orçamento que se verificou no período de implementação do REUNI, deu possibilidade para a efetividade do processo de expansão no que tange à construção de obras. Esse fato contribuiu, por conseguinte, para o alcance da meta da expansão na oferta de vagas e culminou no aumento considerável no número de matrículas. Nosso intento, portanto, com esses gráficos foi o de demonstrar aqueles dados que contemplaram as narrativas dos participantes da pesquisa no que concerne ao espaço temporal desta investigação, bem como ressaltar a ampliação de construções de mais prédios para os Centros comportarem o acesso dos novos graduandos à UFPB.

No que diz respeito à infraestrutura, pudemos notar que houve um acréscimo expressivo de obras, demonstrado através do crescimento relevante no número de laboratórios, por exemplo.

O Quadro 11, a seguir, corrobora com a expansão significativa no CCSA/UFPB-CAMPUS I, em torno de 3.300,00 m<sup>2</sup>, cerne da investigação.

**Quadro 11:** Ampliação por m<sup>2</sup> no CAMPUS I/UFPB por Centro

| Campus/Centro         | Programa do REUNI | Realizado<br>REUNI 2008 a 2012 |                  |                      |
|-----------------------|-------------------|--------------------------------|------------------|----------------------|
|                       |                   | em R\$1,00                     | em m2            | em R\$1,00           |
|                       | em m2             |                                |                  |                      |
| <b>Campus I- CCSA</b> | <b>3.300,00</b>   | <b>1.815.000,00</b>            | <b>6.658,90</b>  | <b>4.569.222,77</b>  |
| Campus I- CCHLA       | 6.000,00          | 3.300.000,00                   | 5.879,40         | 5.050.358,81         |
| Campus I- CE          | 3.305,00          | 1.817.750,00                   | 4.654,66         | 2.778.489,52         |
| Campus I- CCJ         | 2.000,00          | 1.100.000,00                   | 2.933,00         | 2.432.706,00         |
| Campus I- CT          | 5.614,00          | 3.087.700,00                   | 7.474,56         | 4.509.776,95         |
| Campus I - CCEN       | 2.613,00          | 1.437.150,00                   | 2.301,90         | 1.978.324,56         |
| Campus I -CCS         | 4.244,00          | 2.334.200,00                   | 4.906,00         | 3.142.580,71         |
| Campus I-CCM          | 3.340,00          | 1.837.000,00                   | 4.275,00         | 3.147.845,79         |
| Campus I- CTDR        | 3.709,00          | 2.039.950,00                   | 4.035,26         | 2.899.424,29         |
| Campus II -CCA        | 3.896,00          | 2.142.800,00                   | 4.019,00         | 3.452.490,33         |
| Campus II -CCHSA      | 3.129,00          | 1.720.950,00                   | 3.187,73         | 2.175.879,72         |
| <b>TOTAIS</b>         | <b>41.150,00</b>  | <b>22.632.500,00</b>           | <b>50.325,41</b> | <b>36.137.099,45</b> |

**Fonte:** Da pesquisa. Com base nos dados obtidos da PROPLAN/UFPB-CAMPUS I.

Desses dados destacados no Quadro 11, depreende-se que houve, a princípio, um planejamento para a implementação do REUNI na UFPB, pois, de acordo com o projeto desse Programa de Expansão havia a prerrogativa de que o atendimento ao contrato de gestão deveria existir entre o MEC e as IFES do país, de modo que a UFPB precisaria fazer a projeção de suas necessidades que pudessem justificar a obtenção do financiamento. A literatura situada nesse assunto confirma essa condicionalidade, a exemplo de Silva e Castro (2014, p. 164). Segundo essas autoras, o REUNI condicionou “o financiamento ao cumprimento de metas previamente acordadas nos Contratos de Gestão”.

A UFPB definiu, então, o seu limite para o financiamento, de 2008 a 2011, no valor máximo correspondente a R\$ 67.830.000,00, seguindo as Diretrizes Gerais do MEC para o REUNI, que determinava “o total de recursos para investimentos definido em função do número de novas matrículas projetadas na razão aritmética de R\$ 5.000,00 por cada uma dessas matrículas” (UNIVERSIDADE, 2007, p. 6).

Além disso, e diante da premente carência de execução de contratos para as reformas de diversos serviços, bem como na necessidade de compra e instalação de equipamentos, o Projeto REUNI-UFPB buscou não apenas apresentar o intento da UFPB em viabilizar as reformas infraestruturais, com as construções de salas de aula, laboratórios, ambientes dos professores, biblioteca, dentre outros, mas, sobretudo, deu destaque para a viabilização das despesas e custeios que fundamentariam o crescimento das atividades acadêmicas para atender igualmente ao que se propunha “em termos de melhoria da gestão acadêmico-administrativa institucional no sentido da modernização, eficiência e qualidade” (UNIVERSIDADE, 2007, p. 7).

Nos quadros 11 e 12 são apresentados, portanto, os dados do processo de expansão relacionados às novas áreas construídas por m<sup>2</sup>, por Centro e ano de licitação. É possível constatar que o CAMPUS I da UFPB sofreu modificações em todos os Centros, entre os anos de 2008 a 2011, na medida em que foram ampliados cerca de 54.029,67 m<sup>2</sup>, considerando construções de prédios de salas de aulas, centros acadêmicos, ambiente dos professores, laboratórios, prédios administrativos, auditórios, dentre outros. Quando observamos o caso específico do CCSA, podemos inferir que a ampliação ocorreu principalmente na construção de blocos de sala de aula, como podemos ver no Quadro 12, a seguir:

**Quadro 12:** Dados da expansão de infraestrutura física por m<sup>2</sup> / UFPB e ano de Licitação

| <b>Campus/Centro</b>   | <b>Identificação da obra</b>                   | <b>AC (m<sup>2</sup>)</b> | <b>Data da licitação</b> |
|------------------------|------------------------------------------------|---------------------------|--------------------------|
| Campus I - CCEN        | Sala de aula do departamento de informática    | 115                       | 2008                     |
| Campus I - CCEN        | Const. do lab. e ambiente de prof. depart      |                           |                          |
|                        | de Estatística, mat e física                   | 788                       | 2008                     |
| Campus I - CCEN        | Const. dos ambientes dos prof. Dep. de química | 141,22                    | 2008                     |
| Campus I - CCS         | Blocos de Salas de aulas de Educação física    | 405                       | 2008                     |
| Campus I - CCS         | Const. de salas de aula de fisioterapia        | 337                       | 2008                     |
| <b>Campus I - CCSA</b> | <b>Blocos de Salas de aula CCSA</b>            | <b>1.730,90</b>           | <b>2008</b>              |
| Campus I - CE          | Const. do Bloco A                              | 499,02                    | 2008                     |
| Campus I - CE          | Const. do Bloco B                              | 997,64                    | 2008                     |
| Campus I - CT          | Const. do Bloco do CT                          | 2.476,96                  | 2008                     |
| CampusII -CCA          | Const. do lab. de Anatomia                     | 290,00                    | 2008                     |
| Campus II-CCA          | Const. do hospital veterinário                 | 940                       | 2008                     |
| Campus III-CCHSA       | Bloco de salas de aula                         | 890                       | 2008                     |
| Campus I - CCEN        | Construção dep. de Geociências                 | 385                       | 2009                     |
| Campus I - CCEN        | Construção do Bloco do DBM                     | 517,1                     | 2009                     |
| Campus-CCEN            | Construção do LEA                              | 333                       | 2009                     |
| Campus I-CCEN          | DSE- Sala de aula e Laboratório                | 189,59                    | 2009                     |
| Campus I-CCEN          | DSE- Sala de professor e laboratórios          | 705                       | 2009                     |
| CampusI-CE             | Bloco C                                        | 288                       | 2009                     |
| <b>Campus I- CCSA</b>  | <b>Bloco B</b>                                 | <b>1.870</b>              | <b>2009</b>              |
| Campus I- CT           | Bloco J                                        | 1.088                     | 2009                     |
| Campus I-CT            | Bloco K, L, M                                  | 3.910,00                  | 2009                     |
| Campus I -CCM          | Bloco novo CCM                                 | 4.275                     | 2009                     |
| Campus I - CCS         | Bloco de Fono e TO                             | 3.841                     | 2009                     |
| Campus I - CCS         | Auditório do CCS                               | 323                       | 2009                     |
| Campus I -CCHLA        | Bloco A -salas de aula                         | 916                       | 2009                     |
| Campus I -CCHLA        | Bloco B - Amb dos professores                  | 782,07                    | 2009                     |
| Campus I -CCHLA        | Bloco C- salas de aula e laboratórios          | 1.409                     | 2009                     |
| Campus I -CCHLA        | Bloco D -Biblioteca Setorial                   | 490                       | 2009                     |
| Campus I -CCHLA        | Bloco Mídias Digitais                          | 1.123,33                  | 2009                     |

|                       |                                               |                  |             |
|-----------------------|-----------------------------------------------|------------------|-------------|
| Campus I -CCHLA       | Bloco Escola de Música-                       | 2.044,39         | 2009        |
| Campus I -CCHLA       | Reforma e Ampliação dos auditórios (A e B)-   | 474,00           | 2009        |
| Campus II - CCA       | Salas de Aula do CCA                          | 651,14           | 2009        |
| Campus II - CCA       | Const. Do lab. de biologia vegetal d Zoologia | 663,66           | 2009        |
| Campus III-CCHSA      | Laboratório de Suino Cultura                  | 422              | 2009        |
| Campus III-CCHSA      | Construção do Lab. de Solos                   | 181,35           | 2009        |
| Campus III-CCHSA      | Lab. Anal. Fis-Qui de Alimentos               | 319              | 2009        |
| CTDR                  | Bloco de Laboratórios                         | 828,4            | 2009        |
| CTDR                  | BI A de Salas de Aula                         | 901              | 2009        |
| <b>Campus I- CCSA</b> | <b>Bloco D do CCSA</b>                        | <b>3.058</b>     | <b>2010</b> |
| Campus I- CE          | Bloco D do CE                                 | 2.870            | 2010        |
| Campus I - CTDR       | Blocos Administrativos CTDR                   | 630              | 2010        |
| Campus I - CTDR       | Bloco B de Salas de Aula do CTDR              | 476,3            | 2010        |
| Campus I - CTDR       | Ambiente dos Professores do CTDR              | 539,58           | 2010        |
| Campus I - CTDR       | Centro Academico                              | 261              | 2010        |
| Campus I-CCJ          | Bloco Salas de Aula CCJ Santa Rita            | 1.337            | 2010        |
| Campus I-CCJ          | Bloco Ambiente dos Professores CCJ Santa Rita | 753              | 2010        |
| Campus I-CCJ          | Bloco Auditório CCJ Santa Rita                | 677              | 2010        |
| Campus I-CCJ          | CA do CCJ SANTA RITA                          | 166              | 2010        |
| Campus II - CCA       | Bloco Dpt Biologia                            | 188              | 2010        |
| Campus III-CCHSA      | Bloco de Pedagogia e Administração            | 644,22           | 2010        |
| Campus III-CCHSA      | Lab Agro-Ecologia                             | 731,16           | 2010 I      |
| CAMPUS I- CTDR        | Biblioteca Setorial do CTDR                   | 399              | 2011        |
| CAMPUS I- CTDR        | Portal do CTDR                                | 155,7            | 2011        |
| CAMPUS II- CCA        | Biblioteca Setorial do CCA                    | 1.329            | 2011        |
|                       | Construção do Lab de Hidraulica,              |                  |             |
| CAMPUS II- CCA        | Irrigação e Construções Rurais                | 248              | 2011        |
| CAMPUS II- CCA        | Construção do Lab de Hidraulica,              | 400              | 2011        |
| <b>TOTAL</b>          |                                               | <b>54.029,67</b> |             |

**Fonte:** Da pesquisa. Dados obtidos da PROPLAN/UFPB-CAMPUS I.

Ao levarmos em conta a análise dos dados sobre o processo de expansão do REUNI nas IFES, torna-se indiscutível o impacto da política de expansão nessas instituições públicas em termos quantitativos. O REUNI foi um investimento na educação superior pública que mudou o quadro deste nível de ensino, ampliando os recursos que possibilitaram desde o crescimento orçamentário, o investimento em infraestrutura até a ampliação de ingresso com a mudança do perfil do alunado e, não menos importante, promoveu um aumento relevante no que concerne à nomeação de novos docentes.

Logo abaixo, no Quadro 13, podemos visualizar o quantitativo de nomeações de professores provenientes do REUNI entre os anos 2008-2011, por Centro e Programa:

**Quadro 13:** Nomeação de Novos Professores oriundos do REUNI na UFPB/CAMPUS I por Centro e Programa

|          | CENTRO | PROJETADO<br>ATÉ 2011 | NOMEADOS<br>ATÉ 2011 | TOTAL             | PENDENTES          |       |           |
|----------|--------|-----------------------|----------------------|-------------------|--------------------|-------|-----------|
|          |        |                       |                      |                   |                    |       |           |
| UAB      | CCEN   | 10                    | 5                    | 5                 | 5                  |       |           |
|          | CCHLA  | 12                    | 6                    | 6                 | 6                  |       |           |
|          | CCHSA  | 4                     | 2                    | 2                 | 2                  |       |           |
|          | CE     | 6                     | 3                    | 3                 | 3                  |       |           |
|          |        |                       |                      |                   |                    |       |           |
| EXPANSÃO | CCAE   | 130                   | 102                  | 102               | 28                 |       |           |
|          |        |                       |                      |                   |                    |       |           |
| REUNI    |        | PROJETADO<br>ATÉ 2011 |                      | NOMEADOS          |                    | TOTAL | PENDENTES |
|          |        | REUNI<br>ORIGINAL     | DEMANDA<br>CRUZADA   | REUNI<br>ORIGINAL | DEMANDA<br>CRUZADA |       |           |
|          |        |                       |                      |                   |                    |       |           |
|          | CCA    | 30                    |                      | 31                |                    | 31    | -1        |
|          | CCEN   | 37                    | 13                   | 34                | 9                  | 43    | 7         |
|          | CCHLA  | 47                    | 11                   | 43                | 9                  | 52    | 6         |
|          | CCHSA  | 22                    |                      | 21                |                    | 21    | 1         |
|          | CCJ    | 25                    | 3                    | 25                | 2                  | 27    | 1         |
|          | CCM    | 10                    |                      | 9                 |                    | 9     | 1         |

|       |             |           |          |           |          |           |          |
|-------|-------------|-----------|----------|-----------|----------|-----------|----------|
|       | CCS         | 26        | 8        | 26        | 6        | 32        | 2        |
|       | <b>CCSA</b> | <b>32</b> | <b>8</b> | <b>32</b> | <b>5</b> | <b>37</b> | <b>3</b> |
|       | CE*         | 33        | 4        | 27        | 4        | 31        | 6        |
|       | CT          | 46        | 5        | 46        | 3        | 49        | 2        |
|       | CTDR        | 20        |          | 15        |          | 15        | 5        |
| TOTAL |             | 328       | 52       |           | 38       |           | 33       |

**Fonte:** Da pesquisa. Dados obtidos da PROPLAN/UFPB-CAMPUS I.

No nosso entendimento, o REUNI deixa um legado importante para as universidades traduzido pela expressividade do orçamento financeiro disponibilizado pelo Governo Federal, mesmo que não tenha deixado qualquer indício para a sua continuidade, diante do caráter transitório de uma política que perdurou apenas por quatro anos, fato que consideramos ter contribuído para o comprometimento de seu processo de consolidação.

Ao olharmos para a trajetória histórica da educação superior no Brasil, podemos enxergar que o processo de expansão das IFES, por intermédio do REUNI, tornou-se um marco fulcral, fruto de lutas e reivindicações sociais que deram origem a uma perspectiva de educação superior de alcance das massas menos abastadas economicamente. E, por outro lado, o REUNI também simbolizou algo importante no que se refere ao investimento nas contratações de novos docentes, por exemplo, como destacam os dados contidos no Quadro 13, onde apresenta uma síntese dessas nomeações entre 2008 a 2011.

Entretanto, tal expansão desse nível de educação, inseriu-se em um contexto neoliberal que, por sua vez, influenciou a criação de um plano de reestruturação imerso numa lógica gerencialista, pondo em xeque o discurso da qualidade do ensino superior, passando a dar lugar ao viés mercantilista mesmo na educação pública, com destaque à primazia do quantitativo com prejuízo para o lado qualitativo da educação superior.

Queremos evidenciar, contudo, que não se nega a importância da política do REUNI, muito embora sua descontinuidade nos levou a pensar o Programa de Expansão como uma mera política de governo, na medida em que a falta de consolidação passou a colocar em perigo os avanços conquistados para a educação superior, ainda mais quando se observa um projeto de privatização que desponta para esse nível de ensino e que tem crescido cada vez mais conforme os números

apresentados seja na pesquisa em apreço como também na literatura da área da educação superior no país.

Todavia, pensar a universidade é refletir sobre o campo de contradições no qual ela se insere; no paradoxo entre uma instituição social e outra tida como uma organização, como destaca Chauí (2003). A primeira, oferta a educação enquanto um direito, mas, está inserida em uma sociedade que preza pelo capital e que busca continuamente colocar os direitos sociais, por exemplo, no contexto mercantilista. A segunda, em que a universidade é tida como uma organização, distingue-se de uma instituição na medida em que é definida pelo pragmatismo e é vista sob a perspectiva de uma instituição instrumental que centra sua atenção essencialmente na questão administrativa.

Diante disso, buscamos, por intermédio da visão dos atores da investigação, compreender os aspectos paradoxais que decorreram da implementação da política de expansão do REUNI, a partir do caso do CCSA/UFPB-CAMPUS I, mais especificamente, do Departamento de Ciência da Informação.

#### **4.2 A questão qualitativa no caso do CCSA/UFPB-CAMPUS I: análise e discussão dos resultados**

A investigação que desenvolvemos teve como *lócus* o Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) da Universidade Federal da Paraíba/CAMPUS I, onde o Departamento de Ciência da Informação (DCI) está inserido. É uma análise que faz uso das narrativas dos 8 (oito) docentes dessa IFES, os quais se constituíram nos participantes da pesquisa. Eles discorreram sobre a compreensão do processo de sua prática educativa e suas funções no DCI onde estão lotados; ponderaram sobre a infraestrutura e as condições laborais disponibilizadas pela gestão da UFPB/CAMPUS I, além de relatarem, sob suas perspectivas, acerca dos impactos do REUNI no CCSA/UFPB-CAMPUS I, nos anos da implantação desse programa de expansão, bem como nos anos de sua consolidação.

O perfil dos 8 (oito) docentes que fez parte da amostra está em consonância com as exigências para compor o quadro de servidores da universidade federal, isto é, serem concursados e contratados em regime de Dedicação Exclusiva (DE). Eles

atuam como docentes não apenas no Curso de Graduação em Biblioteconomia e Arquivologia, mas também no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI), mestrado e doutorado. Possuem mais de 15 anos de serviço na Universidade Federal da Paraíba e têm o título de doutor (seis docentes) e Pós-Doutor (dois docentes).

Assim, para que pudéssemos vislumbrar o alcance dos objetivos traçados para a esta investigação, passamos a demonstrar as respostas das questões que foram apresentadas durante a realização das entrevistas semiestruturadas, ao mesmo tempo em que procuramos nos inteirar dos impactos produzidos pelo Programa do Governo Federal no CCSA dessa IFES no CAMPUS I da seguinte forma:

Dividimos as 8 (oito) entrevistas em cinco eixos. No primeiro eixo buscamos identificar a perspectiva dos docentes sobre a implementação do REUNI no CCSA do CAMPUS I da UFPB; no segundo, procuramos saber sobre as mudanças que foram efetivadas no Centro com a implantação desse Programa de expansão; no terceiro e quarto eixos questionamos sobre as transformações que ocorreram na UFPB/CCSA-CAMPUS I tanto no período anterior ao REUNI quanto no período posterior a ele. E, por fim, o quinto eixo aborda sobre as condições de infraestrutura para o trabalho do professor após a implantação do REUNI no referido Centro.

#### 4.2.1 O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) implantado em 2007 na UFPB/CCSA/CAMPUS I

Os relatos contemplam as perspectivas dos sujeitos da investigação sobre o impacto da implementação do REUNI no CCSA. A Docente **6**, por exemplo, enfatiza as mudanças percebidas na sua estrutura física:

O REUNI foi um convênio do governo de Lula, que embora não agrade a todos, mas, foi um presidente que colaborou e contribuiu bastante com a educação. E apesar do desconhecimento dele dessa área, era bem assessorado e aprendeu a fazer educação. E nesse momento do governo dele, a universidade melhorou muito porque estava **sucateada (ênfase)**. Foi ele que deu o impulso, certamente e logicamente, com maior recurso para a educação e o **REUNI**

**coincidiu com o governo dele. Muitos cursos foram criados; muitas salas foram construídas**, ampliadas com o recurso. Então **houve uma ampliação, uma melhoria significativa** em todos os aspectos (DOCENTE 6, grifo nosso).

A Docente 6 relata sobre o processo de expansão, a partir do aumento no número de cursos e de salas, que foram possibilitados através dos recursos do REUNI. A partir dos dados da pesquisa contidos nos quadros apresentados anteriormente, é possível constatar o crescimento das obras investidas do recurso financeiro proveniente do REUNI para a ampliação de Salas de Aulas, ambientes para os professores do CCSA, laboratórios e novos Blocos. Os dados expostos nos Quadro 10, 11 e 12 reforçam o depoimento da Docente 6 e que confirmam de fato que o REUNI propiciou uma vultosa soma de recurso monetário direcionados para o referido Centro.

O impulso de maior recurso para a educação, como evidenciou a Docente 6, concretizou-se ao mesmo tempo em que acentuou o incremento de encargos para os docentes, tendo em vista que o acesso de candidatos ao ensino público gratuito à essa IFES foi volumoso.

A Docente 6, mensura, ainda, que o investimento obtido do REUNI se deu a partir de uma perspectiva de política governamental e não de uma política de Estado, atrelando a política de expansão ao governo Lula, na medida em que esse programa foi implementado neste governo. De fato, o REUNI pôde ser constituído como uma política governamental, tendo em vista que após 2012, ano de finalização do Plano, não foi continuado; não houve mais ingerência de crescimento das IFES por parte dos governos subsequentes.

O Docente 2, por sua vez, enfatiza outro aspecto: o plano de ação estratégica para o combate à evasão nos cursos de graduação do Centro. Destaque também dado pelo Projeto REUNI-UFPB (2007) ao fato da existência de evasão na universidade. Quando ele atuou como gestor do DCI, preocupou-se com essa questão com postura distinta do Pró-Reitor à época, que revelou a falta de tato para fazer o acolhimento de alunos calouros expondo a dificuldade que o Curso de Graduação em Biblioteconomia enfrentava quanto ao problema da evasão.

Ao se referir ao REUNI, o Docente 2 afirma que esse Programa de Expansão veio para consolidar os planos elaborados através do PDI. Entretanto, esse

entendimento não está em consonância com as pesquisas oriundas da ANPEd e Rede *Universitas*/BR. Segundo Martins e Silva Júnior (2014), no que diz respeito ao REUNI, ele é considerado “um dos instrumentos através dos quais a mudança na educação superior pública tem se objetivado”. Essas mudanças a que Martins e Silva Júnior (2014) se referiram como fruto do Programa de expansão são evidenciadas e se equiparam às narrativas dos participantes do estudo quando eles fazem referência ao REUNI como instrumento de consolidação da expansão, mas, não como a afirmativa do Docente 2 relacionando o REUNI ao PDI.

Antes do REUNI teve o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e o REUNI foi filho do PDI. Esse plano previu a ação estratégica decorrente de várias avaliações do ensino superior que vinha percebendo a precariedade que estava acontecendo no âmbito das Instituições Federais do Ensino Superior (IFES), visando um planejamento melhor do desenvolvimento institucional. Decorrente disso aí foi a primeira ação, inclusive no nosso caso do DCI, que começamos a pensar na criação do curso de Arquivologia porque na época o **curso de Biblioteconomia** funcionava nos dois turnos (vespertino e noturno) e estava ocorrendo **muita evasão**. Certa feita chegou um Pró-Reitor numa Calourada (recepção de calouros) a afirmar claramente e em bom tom que se o curso de Biblioteconomia continuasse com essa tendência de evasão, provavelmente seria extinto. Nessa época eu era gestor, então, tivemos a iniciativa de revigorar e otimizar os processos pedagógicos do curso; fazer um trabalho junto aos alunos; precisávamos pensar em outra demanda, que seria um outro curso vinculado ao departamento. Este, por sua vez, passou a ser chamado de Departamento de Ciência da Informação. Então, **o REUNI veio consolidar a iniciativa de expansão que no nosso caso deu certo com a criação do curso de Arquivologia**. (DOCENTE 2, grifo nosso)

A fala da Docente 6 complementa, então, o relato do Docente 2 ao destacar que o deslocamento do curso de Biblioteconomia para o turno da noite, possibilitou uma queda da evasão. Em contrapartida, com a criação de um novo curso (Arquivologia) no DCI fez com que o atendimento do alunado crescesse expressivamente no que se refere ao número de matrículas.

Houve antes disso, a passagem do curso de Biblioteconomia para um único turno, o noturno, porque nós percebemos por intermédio de um estudo de caso do perfil dos alunos, que a maioria trabalhava e

não podia frequentar o curso diurno. Com isso houve uma diminuição da evasão que antes era elevada na biblioteconomia. E com a adesão à instauração do curso de Arquivologia houve uma expansão do número de alunos. Só em Arquivologia nós temos mais de 342 alunos matriculados. E na época lá, a Biblioteconomia não chegava a um pouco mais de 100 alunos. Hoje são uns 200 e poucos em Biblioteconomia e 342 em Arquivologia; um atendimento de quase 600 alunos. Houve melhoria nisso aí. **O REUNI** no âmbito do PDI veio como uma solução estratégica do governo federal e, apoiado pela gestão local, deu um **novo ânimo para a consolidação do curso de Biblioteconomia** e a expansão com o curso de Arquivologia (DOCENTE 6, grifo nosso).

A Docente 3, em compensação, realiza uma crítica à aplicação dos recursos do REUNI. Segundo ela, houve uma mudança estrutural parcial, ou seja, a ampliação dos espaços ocorreu, mas, não com as devidas condições de estrutura para o professor exercer suas funções do magistério superior. Nesse ponto, ela cita a falta de ar condicionado nos prédios novos como uma das defasagens ou mesmo desvantagens de ter construções novas, embora, só aparentemente sem defeitos. Ela destaca, também, o empenho do departamento em angariar os recursos disponibilizados, tendo em vista que a distribuição não era equânime, o que implica dizer que os recursos foram ranqueados de acordo com a produção de cada Centro.

O REUNI, portanto, injetou bastante recurso. Foi **um programa que propiciou algumas melhorias na universidade mais estruturais, mais físicas** do que propriamente apoio acadêmico. Por exemplo, **vimos os prédios que hoje a gente ministra aulas que são inacabados. As salas de aulas são verdadeiros fornos nos prédios novos com os recursos do REUNI sem a mínima condição**, quer dizer, esse programa estava voltado só para as construções do que propriamente para dar apoio acadêmico. Essas construções também não eram direcionadas para biblioteconomia; fomos conquistando espaço aqui no CCSA. Em 28 anos de DCI foi sempre uma luta por conquistar esses espaços. É claro que a gente sabe que os diretores do CCSA que passaram por esse período a gente tinha o reconhecimento deles do quanto o DCI produz e contribui para o crescimento do CCSA, porque os recursos que vêm para o centro são ranqueados de acordo com a produção e o número de professores de cursos de cada departamento. Então, a gente conquistou mais porque a gente produziu mais. Hoje a gente tem um número significativo de professores e tudo isso fez com que a gente conseguisse, obviamente, com o empenho das chefias e coordenadores de cursos e foram ampliando esses espaços. (DOCENTE 3, grifo nosso)

Como já discutimos anteriormente, o REUNI surgiu a partir de contradições provenientes de um projeto neoliberal para o setor público e, nesse sentido, deu-se prioridade à produtividade, ou melhor, ao quantitativo em lugar do qualitativo. É sobre isso que a Docente 8 ressaltou ao falar sobre a falta de planejamento institucional para a expansão. Para ela:

a proposta do programa de expansão foi interessante porque havia muito tempo que as universidades não recebiam recursos tanto para obras como para a criação de novos cursos, que obviamente a criação de novos cursos dependeria de recursos extra orçamentárias para construção de sala de aula, contratação de professores e tudo isso demandaria uma infraestrutura. Entretanto, o que se observou é que **a expansão das universidades e a interiorização das universidades enquanto intenção tem mérito**. Mas, o que nós sabemos e nós ouvimos dizer, porque não tenho essa propriedade para falar, o que os professores falam, o que a imprensa fala é que **foi criada realmente essa questão da interiorização, mas, sem a mínima condição do trabalho**. Então, é muito bonito você dizer – ah, o governo Lula criou não sei quantos cursos, interiorizou, etc. Mas, isso é fácil. Como é que está funcionando isso? Porque até onde eu sei é muito precário. Eu acho a intenção é a melhor possível. Agora vamos ver na prática como isso está funcionando. (DOCENTE 8, grifo nosso).

É importante enfatizar que o REUNI não abarcou as particularidades das IES brasileiras, como sinaliza a literatura sobre o assunto. Ele é tido como um programa que surgiu em articulação à ideia neoliberal de reestruturação produtiva, propiciando um impacto direto nas condições do trabalho do professor universitário, principalmente no quesito autonomia, por exemplo, como reforçam Costa; Braga; Léda (2014, p. 121), tendo em vista que os docentes passaram a atuar de forma institucionalizada desse processo, isto é, submetidos aos ditames institucionais guiados por uma política nacional.

O que nos fez enxergar, a partir disso, é que o REUNI trouxe alterações significativas nas políticas educacionais do ensino superior do país evidenciadas pela primazia direcionada ao montante de ingresso nas IES públicas, mas, não foi priorizada a qualidade do ensino e, sim, a quantidade; fato que poder-se-ia gerar uma reputação duvidosa diante da aplicação do Programa de expansão, a exemplo do que argumentaram Leda e Mancebo (2009).

Esse cenário contribuiu com as críticas observadas, em que as Docentes **5** e **8** seguem no mesmo sentido, alegando a falta de planejamento para expansão, principalmente no que diz respeito ao processo de interiorização que a UFPB vivenciou com o REUNI. Ambas questionaram sobre a falta de planejamento na distribuição dos cursos conforme os *Campi*, sendo, segundo elas, implementados sem qualquer estudo prévio sobre a necessidade da graduação naquele determinado Campus, e que levasse em consideração as diferentes localidades.

Vimos que a ideia do REUNI era boa, até porque nós temos poucas universidades. Ainda temos porque nós somos nesse Brasil pluridimensional, nós só temos 63 universidades públicas brasileiras. **No caso da Paraíba, em especial, a expansão era necessária, entretanto, ela não foi planejada.** A expansão sem planejamento é o que se poderia chamar de (risos) trazer para a instituição consequência de retrocesso. Por quê? Como é que você pega, por exemplo, o Vale do Mamanguape? Era necessário ter uma universidade lá, concordo em gênero, número e grau. Entretanto, é preciso ouvir a população para saber e fazer uma determinada, já que somos pesquisa, ensino e extensão, uma pesquisa para verificar as **tendências** daquela comunidade e ofertar os cursos que melhor servissem àquela comunidade. Vou dar dois exemplos básicos: o curso de Hotelaria e o curso de Gastronomia. Numa cidade como Rio Tinto e Mamanguape que nem dispunham de hotéis e as pousadas eram contadas a dedo; restaurantes você não tinha em número suficiente para que os alunos pudessem fazer seus estágios. **Essa expansão ela foi sendo criada, e aí o governo investiu muito recurso, e eu acho que essa falta de planejamento não foram aplicados bem os recursos e isso trouxe alguns malefícios.** Era necessária a expansão? Sim. Todavia, a forma como foi feita não foi devidamente adequada em razão da ausência de planejamento. Mas, isso acontece muito, o governo libera recursos de última hora e você tem que pegar ou devolver. E quando você devolve há toda uma comunidade que lhe execra. E isso é muito sério. (DOCENTE **5**, grifo nosso)

### Narrativa da Docente 5

Eu acho que o REUNI ele tinha sido propagado, mas, ele precisava ter sido bem planejado. Jamais um curso de Gastronomia para a área de Mamanguape. Por exemplo, hoje o curso de mais sucesso no Vale do Mamanguape nós temos o curso de Contabilidade. O curso é cheio de pessoas. Mas, Gastronomia e Hotelaria tiveram que ser remanejados para João Pessoa em função da ausência de planejamento. Isso é muito sério porque os recursos públicos devem ser bem aplicados. Então, independente disso, eu confirmo que o

REUNI foi uma necessidade e continua sendo. Eu acho que **deveria haver um REUNI II para consolidar o REUNI I** porque ele expandiu sim, mas, faltou o recurso para a manutenção e consolidação desses cursos. Nós pulamos de 50, por exemplo, isso é hipotético não tem um número exato, de 50 cursos para mais de 100. Então, é preciso consolidar esses cursos para, a partir de então, você criar novos cursos. Consolidar de que forma? Ora, você tem um curso de Gastronomia que precisa de uma cozinha industrial de ponta; você tem um curso de Hotelaria que precisa ter um hotel escola, então, é preciso ter recursos pra isso, daí a necessidade de um REUNI II, mas, que seja planejado a partir das necessidades elencadas e identificadas em cada curso, sobretudo se esses cursos se derivaram do REUNI I. Por outro lado, os cursos que não se originaram do REUNI I também precisam ser estimulados. Nós temos cursos, por exemplo, cursos com nota 5 (cinco); o curso de química tem nota 5 (cinco), o curso de farmácia tem nota 5 (cinco). Por que será? Existe um grupo de professores que buscam recursos, que se envolvem e há que se considerar também que outros cursos criados anterior ao REUNI precisam sim de capital e custeio pra serem aerados, digamos assim, mas, os do REUNI em especial eles precisam ser consolidados (DOCENTE 5, grifo nosso).

## Narrativa da Docente 8

Embora a visão do REUNI seja positiva, ela não é na sua totalidade porque quando falamos em crescer, desenvolver e formar já é uma concepção muito válida. Então, se você vai expandir o ensino superior é válido. Mas, a minha desconfiança e o meu questionamento com relação a essa questão, o discurso criado pelo REUNI é porque **a questão da expansão e da quantidade veio em primeiro lugar em detrimento da qualidade. Os cursos foram criados sem a mínima condição de funcionamento com relação à estrutura, a material pedagógico, biblioteca, laboratório.** Então, é aquela coisa: vamos crescer não importa como! Eu até acredito porque quando a coisa cresce e que você tem a responsabilidade de ir minimizando os problemas, a coisa se torna bem consistente e ganha forma e contexto. **Eu acreditei no REUNI, mas, diante da minha realidade a coisa não foi como eu pensei, porque era um sonho de todos nós, por exemplo, criarmos o curso de Arquivologia. Mas, a estrutura que deram antes para ele funcionar parecia um sonho; era inacreditável tudo que era prometido diante do REUNI pra que esse curso realmente vingasse. Hoje ele existe, mas, existe também à custa de muitos esforços dos docentes para querer levar adiante, porque com relação às instâncias superiores é como se dissesse: “[...] O filho é teu. Eu criei agora você cuida [...]”.** E o departamento não tem dotação orçamentária, por exemplo. E quando a gente pede 100% e consegue 30% é para se dar por satisfeito. E eu começo a perceber que **existe uma ruptura daquilo que foi proposto daquela filosofia que o REUNI mostra para nós, da filosofia da**

**realidade** do que realmente deveria ser esse curso hoje. A gente está funcionando? Está. É melhor do jeito que está agora do que antes. Antes nós não tínhamos os cursos do REUNI. E eu percebo que não é só na minha realidade. Em conversa com outros professores daqui, eles sentem essa mesma insatisfação. **Será que era melhor termos melhorado o que nós já tínhamos? Do que criar coisas novas?** É um questionamento que nem sei a solução para ele, porque creio que só o tempo dará a resposta. Muito embora, o meu sentimento é de que é melhor a situação de hoje do que a de outrora, lamentando que o que nós tínhamos poderia está em outro patamar de excelência. Será que o patamar de excelência dos cursos de outrora não existe por causa da criação desses novos cursos? (DOCENTE 8, grifo nosso).

Diante dessas narrativas, destaca-se que após o período da implementação do REUNI, o programa não foi renovado, o que nos leva a crer que o caracterizaram claramente como uma política de governo, sendo associado pela maior parte dos entrevistados enquanto um plano do governo Lula.

A falta de continuidade do incentivo à expansão das IES federais criou os vácuos que são expostos nas falas dos participantes do estudo. Os problemas resultaram de incontáveis fatores, como já frisamos anteriormente, porque o REUNI não contemplou as particularidades das IES, o que tornou sua implementação diferenciada, em se tratando das realidades institucionais de cada região.

No caso da UFPB, os participantes da pesquisa chamam a atenção para a falta de planejamento também como fruto do aligeiramento na elaboração de projetos para captar os recursos financeiros para a expansão. O que se depreende e ratifica, a partir disso, é que o fenômeno expansionista que proveio do REUNI ao ter dado prioridade ao aspecto quantitativo, com a criação de novos cursos de graduação e vagas para o acesso ao ensino superior, revela incontestemente a falta de planejamento para que pudesse vislumbrar sua consolidação.

De outro lado, é preciso destacar ainda que a falta de continuidade do Plano de expansão ocasionou o que se pode chamar de “cemitério das obras mortas”, no qual é possível observar pelas inúmeras construções que não foram finalizadas na UFPB, mesmo que os quadros expostos anteriormente, com os dados da expansão tenham se mostrado otimistas quanto ao recurso orçamentário que viria para a instituição. Pois, no ano de 2014 estimava-se ao menos 25 obras incompletas que

datavam do período do REUNI e que foram paralisadas devido à falta de projeto executivo para a captação de recursos<sup>29</sup>. Sobre isso, a Docente 4 acrescenta:

Quando Rômulo Polari assumiu veio uma pessoa do REUNI, o programa de expansão das universidades e elas tinham que aderir a esse projeto. A universidade aderiu a esse programa, mas, até então não havia nenhuma proposta de criação de curso pronta dentro do CAMPUS. E a visão que temos é que o REUNI foi uma coisa muito boa que aconteceu. Logicamente, tudo tem prós e contras, tudo. Foi uma coisa boa porque a gente teve a possibilidade de crescer. E nessa época o Polari disse assim: eu quero a proposta do curso, vocês estão com ela pronta? E a gente estava com ela quase pronta. Deixamos a História de lado e dissemos - vamos tocar esse bonde porque só Deus sabe quando passará outro. Eu tinha voltado da minha especialização e tinha feito um estudo sobre as grades curriculares dos cursos de Arquivologia (DOCENTE 4).

Reiteramos que os problemas relacionados ao acréscimo de atividades para além da pesquisa, ensino e extensão, por exemplo, relatados pelos docentes resultaram de problemas institucionais, devido a atenção exacerbada ao quantitativo em lugar do qualitativo, ao se constatar que a instituição superou a meta de infraestrutura estabelecida pelo REUNI, no período de sua implementação. Segundo o MEC, a UFPB ultrapassou a meta dos 41 mil m<sup>2</sup> em obras construídas, mais especificamente 54.029,67 m<sup>2</sup>, como demonstrado no quadro 10, o que deixa claro que houve a elevação em até 90% da taxa percentual de graduação presencial até o ano de 2012. Estimou-se que o investimento girou em torno de R\$ 67,8 milhões em reformas e obras, bem como houve o emprego orçamentário para a aquisição de novos equipamentos. (MEC, 2010)<sup>30</sup>.

Com foco na ampliação física, com vistas ao aumento quantitativo do alunado, o REUNI colecionou uma série de promessas mal cumpridas, segundo a narrativa da Docente 1, tendo em vista que algumas obras não foram finalizadas. O que confirma os argumentos da literatura sobre a temática do Programa de expansão do governo federal.

<sup>29</sup> Em matéria realizada no ano de 2014, pelo G1, há denúncia de que a UFPB, tinha 25 obras paradas, desde o Reuni. Disponível em: <http://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2014/09/universidades-federais-na-paraiba-tem-30-obras-paradas.html>.... Acesso em: 17 jun. 2020.

<sup>30</sup> UFPB supera metas de infraestrutura no Reuni. Disponível em: <http://reuni.mec.gov.br/noticias/37-noticia-destaque/737-ufpb-supera-metas-de-infra-estrutura-no-reuni>. Acesso em: 14 jun. 2020.

O REUNI, portanto, prometeu uma série de recursos financeiros e aqui na UFPB/CAMPUS I os recursos foram voltados para a ampliação física dos ambientes, mas, eu vejo que nem parece que a gente está numa universidade aonde a gente ensina as pessoas a serem profissionais. Vou dar um exemplo bem pequeno do que eu penso. A gente tem dentro do Centro de Ciências Sociais Aplicadas... a gente teve a edificação de um espaço para o funcionamento dos cursos das Pós-Graduações. Na universidade a gente tem curso de Engenharia Civil, Arquitetura, Direito, Administração e só para citar esses 4 (quatro), e eletricidade que são os mais envolvidos com o que eu quero afirmar. Então **o prédio foi construído, mas, não tem iluminação, não tem a parte elétrica, a parte sanitária e de águas e isso não foi visto pela Engenharia, não foi visto pela Arquitetura, não foi visto pela Administração e não foi visto pelo Direito. Quer dizer, o prédio está construído e não se pode utilizar porque falta tudo isso.** Quando eu digo que não foi visto pela Administração e pelo Direito é porque a Administração e o Direito podiam ter entrado com recurso e podiam ter visto; a Engenharia podia ter visto na hora do plano, do projeto para exigir a parte hidráulica, a parte elétrica. E nada disso foi feito. E na universidade têm todos esses cursos. Então a parte estrutural de parede, telha e piso, tijolo tem. Ninguém pode utilizar o espaço. Há quanto tempo ele está construído? O prédio está construído. Não ouvi dizer que houve nenhum recurso sobre isso (DOCENTE 1, grifo nosso).

Apesar das críticas, a Docente 1 chega à conclusão que, mesmo com os problemas estruturais, o REUNI contribuiu para os aspectos qualitativos, ainda mais no caso do DCI que, segundo ela, realizou o devido planejamento, tendo em vista que a abertura do curso de Arquivologia já vinha sendo planejado antes da implantação da reestruturação nas universidades, através do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

E muito embora a Docente 1 tenha feito referência ao planejamento por parte do DCI quanto à criação de um novo curso de graduação, por exemplo, o mesmo não ocorreu com a implementação do REUNI, se levarmos em consideração a narrativa da Docente 5. Sobre isso ela afirma:

Eu acho que o REUNI ele tinha sido propagado, mas, ele precisava ter sido bem planejado. Jamais um curso de Gastronomia para a área de Mamanguape. Por exemplo, hoje o curso de mais sucesso no Vale do Mamanguape nós temos o curso de Contabilidade. O curso é cheio de pessoas. Mas, Gastronomia e Hotelaria tiveram que ser remanejados para João Pessoa em função da ausência de planejamento. **Isso é muito sério porque os recursos públicos devem ser bem aplicados.** (DOCENTE 5, grifo nosso)

Para a Docente **5**, não houve planejamento nenhum na UFPB para a execução do Programa de Expansão do REUNI proposto pelo governo federal. No seu entendimento, isso foi um agravante, pois, seria imprescindível um plano bem estruturado para que a universidade pudesse, com esse recurso orçamentário, otimizar a criação de novos cursos e infraestrutura adequada para o exercício profissional da docência no ensino superior.

No que diz respeito às verbas oriundas do REUNI, elas auxiliaram consideravelmente para que o acréscimo quantitativo do quadro docente se efetivasse, como também proporcionaram para que a instituição obtivesse a aquisição de recursos pedagógicos e tecnológicos, destinados à criação de salas e laboratórios, como reafirma a narrativa da Docente **4** a seguir. Segundo ela tudo que se tem de construção no CCSA foi devido à proposta que o DCI já tinha para o novo curso de graduação em Arquivologia, de modo que esse Departamento de Ciência da Informação foi crucial para que o Centro obtivesse a verba proveniente do Programa de Expansão das IFES.

Então, tudo que temos hoje construído no CCSA é porque nós tínhamos uma proposta de criação do curso de Arquivologia, para segurar a verba que vinha do REUNI para o Centro via Departamento para a criação desse curso; pra que o dinheiro do REUNI fosse destinado pra isso. Esse programa, portanto, era para aquelas universidades que quisessem aderir a ele. **Nós temos esse legado hoje, de ter essas construções, de ter um curso novo e mais 15 professores no DCI. Não sei se teríamos essa realidade se a gente não tivesse adotado o REUNI; aceitado a participar dele e se não tivesse tido essa possibilidade de expansão das universidades.** Por outro lado, o que seria a parte de planejamento, do que vai ser construído e os questionamentos sobre qual seria a necessidade de instalação para tal? Não devia ser da competência de nós professores, porque a questão maior era a de disponibilizar a proposta do projeto e a partir disso justificar a vinda dessa verba do REUNI para ser empregado em benefício da comunidade universitária. A questão dos “prós e contra” do REUNI é porque nós já tínhamos um departamento, o DCI, que antes era Departamento de Biblioteconomia e após uma proposta de alteração do nome mudou-se para Departamento de Ciência da Informação, onde o curso de Arquivologia foi adotado. Mas, os outros cursos criados no CCSA posteriormente, a exemplo do curso de Relações Internacionais e de Gestão Pública em que se criaram primeiro o departamento para cada um. O de Gestão Pública não era nem para fazer parte do CCSA, era para ser do CTDR no bairro de Mangabeira. Mas, fincaram os pés e acabaram ficando aqui, e na época eu tinha dito que não tinha condições porque a capacidade

física de instalações que tinha no Centro não ia dar para encampar tudo isso. Não foi o caso de Ciências Atuariais, criado depois do nosso. Ele foi encampado dentro do departamento que já existia. Então, não houve um aumento de instalações da estrutura organizacional para comportá-lo. O que foi diferente com o de Relações Internacionais e Gestão Pública. Não ia dar e é o que está acontecendo hoje. Têm-se discussões por sala de aula porque não tem sala; ambiente de professor que não tem. Mas, por quê? Porque se criou o curso de Relações Internacionais, o departamento do curso de Relações Internacionais que passou a funcionar nas salas de aula e criou-se o de Gestão Pública que tem um departamento que nem deveria ter, ele deveria estar encampado com Administração. Então houve esta questão, mas, não foi uma coisa que o REUNI diretamente provocou. É porque as pessoas queriam porque queriam instalar aquilo ali sem capacidade física para as instalações e o fizeram. Então, digamos assim, tem o lado “contra” que veio por conta do uso do dinheiro, que se sabe que dinheiro público uma hora tem e outra não tem mais. Isso atrapalhou bastante. Em se tratando de nós especificamente (DCI), que tínhamos a proposta do curso de Arquivologia foi muito salutar. Hoje a gente (DCI) tem um laboratório de ponta, materiais caríssimos de Preservação e Conservação; a gente tem um laboratório escola que em mais de 40 anos de existência do curso de biblioteconomia não tínhamos conseguindo um, que chamamos de Biblioteca Escola. Então nosso curso tudo tem, até a Arquivologia que mesmo estando no nosso departamento, que logicamente essa parte estrutural, organizacional pertence ao nosso departamento e ao CCSA. E a Arquivologia que, em relação ao curso de Biblioteconomia é um bebê, tem várias salas de aula, laboratório, mas, que servem para os dois cursos (DOCENTE 4, grifo nosso).

No caso da Docente 7, que estava fora do país no processo de implementação do REUNI, devido ao afastamento para conclusão de doutorado, a expansão foi bastante positiva; ela alega que ao retornar à UFPB, ficou bastante surpresa ao ver os resultados.

em se tratando de proposta para o REUNI o DCI foi pioneiro porque na época o Reitor se empenhou muito com a criação do curso de Arquivologia e centrou na infraestrutura. Na época eu estava quase saindo para o Doutorado e quando retornei eu fiquei surpresa porque eu não conhecia toda essa parte dos blocos novos; quase não sabia mais andar por aqui por trás no CCSA (risos). Para mim foi realmente uma coisa super... vamos dizer assim, eu fiquei admirada da qualidade e da quantidade de obras que foram feitas; de investimento que foi feito e acho que para nós foi muito interessante. Porque tivemos a criação de um novo curso, da infraestrutura; tivemos dinheiro para comprar o material bibliográfico; a contratação de novos professores. Eu acho que particularmente para o nosso

departamento foi muito vantajoso. Lembrando que eu estava fora no Doutorado quando começou o curso; na contratação de novos professores. Então esse processo inicial eu realmente não participei (DOCENTE 7).

#### 4.2.2 Mudanças que se processaram na UFPB/CCSA-CAMPUS I com a implantação do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) em 2007

A implementação do REUNI, no ano de 2007, trouxe mudanças visíveis para a realidade da UFPB/CCSA-CAMPUS I e, inserido nesta particularidade de transformações na instituição, questionamos como os docentes sentiram o impacto destas alterações no cotidiano de suas práticas educativas no âmbito universitário.

Sobre esse ponto, retomamos novamente a questão da falta de autonomia do docente durante o processo de implementação do REUNI, principalmente, a partir do relato da Docente 5 em que verificamos a atuação institucionalizada do corpo docente frente às mudanças ocorridas:

à época eu não fui consultada (risos), sobre minha perspectiva de trabalho. Agora, é fato que nós queríamos um novo curso, queríamos dois na verdade, mas, só conseguimos implementar um que foi o curso de Arquivologia. Mas, **do ponto de vista do trabalho docente, nós tivemos mais trabalho, muito mais trabalho.** O número de professores, as vagas foram liberadas sim, mas, também não houve um planejamento do ponto de vista institucional, departamental. Por quê? Porque se o curso era de Arquivologia essas vagas deveriam ter sido.

Com relação à prática eu mencionei a importância do REUNI sim, mas, com relação à prática, o que é que acontece: **aumentou o número de alunos efetivamente de mais um curso no DCI, o que significa dizer que aumentou a carga horária docente e essa carga horária teria que estar agregada ao ensino, a pesquisa e a extensão, o número de orientandos e, sobretudo, os espaços físicos que eram necessários.** Estes foram construídos sim, com a expansão do REUNI. Mas, por outro lado, as vagas para o novo curso, as vagas de professor para os novos cursos paulatinamente. E eu sinto falta, e eu senti falta de um planejamento voltado para o uso dessas vagas. Em razão de quê? Ora, o curso de Biblioteconomia já tinha o número de seu corpo docente que era pequeno porque o nosso departamento sempre foi um departamento pequeno, mas, hoje particularmente quase 10 anos depois o curso de Arquivologia só tem dois arquivistas no quadro docente.

Então isso é um problema. Por quê? Nós temos outros professores? Sim. Com conhecimento em Arquivologia? Sim. Em especializações. Destes, alguns nunca exerceram, exceto durante os cursos de formação. Então esses, na minha concepção, foram os grandes desafios. O outro desafio é que o curso de Biblioteconomia passou a ser noturno. O curso de Arquivologia também passou a ser noturno. E aí eu volto a pensar nos micropoderes. Por exemplo, somos contratados para dar aula de segunda a sexta. E aí vem aquela história – não, eu não dou aula na sexta; eu só dou aula na terça, quarta e quinta. E isso faz com que alguns docentes se torne difícil no contexto das relações. Outro problema que vejo na prática docente é a própria disfunção na formação da grade curricular do curso de Arquivologia, por exemplo, como ele foi feito. Então, o ensino só pode ser muito bom quando as pessoas certas estão nas disciplinas certas. Então, às vezes a distribuição ela não é pensada pela capacidade que o outro tem de dá-la, mas, pelo horário que cabe no contexto do outro. Isso é um problema na prática pedagógica. E aí **nós tivemos com o REUNI e, posteriormente ao REUNI a adesão às cotas, um número significativo de entradas. Em alguns momentos nós percebemos certa retenção ou evasão no curso.** Isso talvez, isso é uma hipótese, tenha se dado em razão do próprio domínio do conteúdo no conhecimento do curso de Arquivologia. A gente precisa se envolver mais, porque do ponto de vista da prática pedagógica, era preciso. Assim é Biblioteconomia e a Arquivologia. São cursos que a gente precisa ter muita prática. E para além da teoria, muito laboratório prático. E **ainda hoje nós temos problemas sérios em relação aos laboratórios.** Porque o curso de Biblioteconomia ele já era consolidado (entre aspas) em razão do seu tempo, ele tem mais de 30 anos e está entrando quase que na meia idade, a maioria do DCI, digamos que 95% do departamento hoje tem formação biblioteconômica e destes, mais de 50% já exerceu a profissão de bibliotecário, então ele tem, digamos assim se não tem ele deveria ter mais objetividade. Agora o que eu penso é que ele precisaria passar por uma reforma pedagógica para atender as demandas do mercado atual. Isso é fundamental porque o mercado atual exige novas concepções de bibliotecário. E eu penso ainda que existe uma questão de autoestima na formação porque o nosso departamento recebeu muitos professores sem formação na área e alguns destes entram no curso e dizem: “Olha, eu não sei para que serve isso”. Isso dá uma baixa estima muito grande para a formação. Isso é terrível. E eu não estou generalizando, porque tem outros que não tem uma formação na área, mas, têm uma **valorização profunda** pelo curso. E eles têm dado uma contribuição extrema, até conseguem fazer a relação da biblioteconomia com outras áreas do conhecimento (DOCENTE 5, grifo nosso).

A fala da Docente 5 manifesta uma série de problemáticas que decorreu do processo de expansão e atingiu em cheio as condições de trabalho do professor universitário no CCSA. A partir do seu depoimento ponderamos algumas questões:

1. O quantitativo do alunado por professor ocasiona sobrecarga de trabalho, tendo em vista que a universidade se faz a partir do ensino, da pesquisa e da extensão, logo, os docentes foram expostos a uma situação excedente, tanto no número de alunos por disciplina, como também no número de orientações acadêmicas;
2. A sobrecarga de trabalho compromete a tríade ensino, pesquisa extensão, e isso pode ser constatado ao retomarmos o quadro 10, no qual foi identificado que o aumento no número de docentes não gerou o crescimento nas produções acadêmicas, ao contrário, gerou uma queda, fato que nos leva a inferir que o docente desloca o seu foco para o ensino, faltando-lhe o tempo necessário para se dedicar às publicações;
3. Existência de parte do professorado sem formação na área específica do saber, considerando que o processo de expansão possibilitou a abertura de concurso público para o preenchimento de vagas para docentes de áreas que não eram especialistas. A Docente **5** cita o caso do curso de Arquivologia que tinha apenas dois Arquivistas de formação;
4. A falta de formação adequada acarreta uma inadequação do ensino, fato que segundo os relatos, poderia contribuir para a evasão do alunado, tendo em vista que o professor, diante de uma titulação distinta da área da Ciência da Informação, o levaria a ministrar as disciplinas do curso inadequadamente, devido à falta de domínio e/ou identificação com o conteúdo e/ou pelo desinteresse em relacionar o conteúdo de sua área do saber com a Arquivologia e Biblioteconomia.

A narrativa da Docente **5** é compatível com o que a literatura aponta sobre a expansão da educação superior. A produção acadêmica situada nessa temática enfatiza que os impactos do programa de expansão das IES federais ocasionaram o acréscimo da demanda do trabalho. Atrelado a isso, os professores universitários passaram a se deparar com um fator preocupante para a sua atividade docente no ensino superior, qual seja, o de ter seu trabalho de pesquisa, ensino e extensão equiparado à lógica produtivista. Algo que não “é tão simples generalizar [como] o cálculo de **um professor para 18 alunos** (proposta do REUNI) em um trabalho no qual se devem levar em consideração diversas especificidades”, como argumentaram Costa; Braga; Léda (2014, p. 124, grifo nosso).

Dentro dessa perspectiva, a expansão por intermédio do REUNI deixou transparecer o seu entrelaçamento com a lógica empresarial e mercantil proveniente de uma economia mundializada, em que o movimento do capital concorreu para que na sociedade se produzisse a manifestação da mercadoria. Como consequência, a universidade se viu diante de uma transição em que o conhecimento passou a ser momentâneo e compelido a se transformar rapidamente em produto, de modo que o seu compromisso, nesse ponto, veio a ser direcionado à “certificação em larga escala” e, de outro lado, as IFES se depararam com “escassa mão de obra tanto de professores como também de técnicos administrativos para o desenvolvimento das atividades laborais” (COSTA; BRAGA; LÉDA, 2014, p. 128).

Percebemos, assim, que a certificação em massa enquanto principal meta da expansão, colocou o nível de ensino superior no bojo de uma educação mercantilista, como destacaram Mancebo (2015), Botelho e Carvalho (2014), Costa; Braga; Léda (2014), Guimarães; Monte; Farias (2014). Em uma realidade educacional que historicamente priorizou o segmento privado, o que se viu foi um movimento de expansão que submeteu as instituições a atuarem com recursos que não eram suficientes para suprir a demanda que surgiu com ela.

Esse processo de expansão da educação superior, portanto, trouxe consigo um complicador no que se refere ao direito de todos à educação pública e gratuita garantida pela Constituição Brasileira de 1988, tendo em vista que o Estado com o PROUNI instituiu a compra de vagas nas instituições privadas desfazendo, de modo inconstitucional, os direitos das pessoas ao acesso em todos os níveis à educação gratuita (BOTELHO; CARVALHO, 2014).

Os complicadores observados nas IES públicas tiveram ligação direta com as reformulações que ocorreram no âmbito das políticas educacionais do ensino superior, na medida em que elas estavam inseridas no “movimento de reordenação do capital que vem colocando a educação como setor de serviços não exclusivo do Estado, desconsiderando que a educação é um bem público e que deve ser direito de todos” (SILVA; CASTRO, 2014, p. 174).

Embora tenha se tratado de uma realidade o aumento exponencial das IES no país, bem como uma grande incidência de matrículas na graduação presencial, o que configurou um avanço para o processo de democratização do acesso em instituições federais de ensino superior, existiu concomitante a isso os problemas que decorreram desse processo relacionados ainda à falta de infraestrutura das

salas de aula com equipamentos de refrigeração quebrados, por exemplo, além de laboratórios de informática sem máquinas que funcionassem adequadamente.

Uma circunstância que se configurou, por outro lado, como desafiadora para a expansão das universidades brasileiras porque o professor do ensino superior passou a se deparar, muitas vezes, com salas de aula lotadas de trabalhadores cansados que buscavam nos cursos superiores noturnos, possibilidades de melhor status social, por exemplo. Dentre esses se inseriram aqueles que eram provenientes das “camadas mais baixas da população [à procura de] ascensão social”, como destacaram Castelo Branco e Nakamura (2013, p. 324). Foi nesse aspecto que o docente do DCI, no CCSA, se viu tendo que assumir múltiplas funções, fato que poderia acarretar em processos de formação bastante comprometidos, como salientou a Docente 5.

Devido à influência empresarial os impactos para a prática educativa no ensino superior foram consideráveis, principalmente porque os seus atores tiveram que adentrar na lógica de mercado; mercado esse que primava e/ou prima pelo produtivismo, por resultados pragmáticos, transformando o trabalho do professor universitário numa espécie de exercício fabril, fazendo-o correr contra o tempo para atender às demandas que lhes são impostas pelos órgãos reguladores da educação.

Os participantes da pesquisa que, em sua maioria, atuam tanto na graduação quanto no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGI), destacaram que o trabalho aumentou e muito com o Programa de Expansão. Nessa perspectiva, a preocupação no campo de ação da prática educativa do magistério superior passou a ser direcionada de maneira veemente à uma lógica produtivista, como vemos em Mancebo; Silva Júnior; Oliveira; Catani (2009).

O professor do ensino superior além de ter que se preocupar com as questões burocrático-administrativas passou a absorver a responsabilidade de publicar, além do incômodo de ter que conviver com “Obras inacabadas, precária assistência estudantil, superlotação em algumas salas de aula, enquanto em outras há uma grande evasão”, como aconteceu na UnB segundo Léda; Costa; Cordeiro (2014, p. 488). Os argumentos desses autores corroboram a narrativa da Docente 1, pois, para ela as obras inacabadas na UFPB/CAMPUS I, estão no patamar *Ad Aeternum*. Sobre isso ela diz:

Então, a parte estrutural de parede, telha e piso, tijolo tem. Ninguém pode utilizar o espaço. Há quanto tempo ele está construído? (DOCENTE 1)

A Docente **8** retoma a questão da inadequação da formação docente como uma problemática do processo de expansão, destacando a realocação de professores. Para essa participante do estudo, os professores não tinham a formação necessária para ministrar as aulas no curso. Ela alega que o REUNI permitiu a contratação de novos docentes apenas no curso de Arquivologia, enquanto o quadro de professores da Biblioteconomia foi realocado, fato que gerou o déficit de formação. No entanto, para a Docente **5** (citação anterior), o problema da falta de formação tornou-se uma problemática geral, tanto do curso de Biblioteconomia como na Arquivologia, fato que aqui aparece como elemento antagônico nas falas.

**Quase o curso de Biblioteconomia fecha com as Avaliações pelas quais passou. Mesmo com a contratação de vários professores, eles não tinham essa formação. E embora seja interessante a interdisciplinaridade dos cursos, eu considero que algumas contratações não somaram muito ao curso de Biblioteconomia.** Não é nem pelo fato da interdisciplinaridade, mas, **é pela pouca importância que dão em aprender alguma coisa da Biblioteconomia.** Obviamente que os aportes teóricos metodológicos de outras áreas vêm enriquecer qualquer curso. Tanto para a Biblioteconomia, para a Ciência da Informação, Arquivologia, eu acho que é importante. Tem alguns que falta comprometimento. É muito mais fácil nós bibliotecários aprendermos algumas coisas, por exemplo, da área da tecnologia do que desse inverso porque a gente tem interesse em unir aquilo e eles não têm interesse em aprender. Haja vista que foi pedido a um dos professores que ele ministrasse a disciplina de metodologia e ele falou que se precisasse de um professor para dar metodologia contratasse um Bibliotecário, como se qualquer pesquisador em sua produção científica não precisasse de metodologia. Será que é o bibliotecário que... algumas coisas...o Marc, por exemplo, os professores da área de tecnologia estão aprendendo Marc para dar aula para os alunos. Saliento, que só foram contratados professores para a Arquivologia. Na Biblioteconomia foi por redistribuição, resultado de aposentadoria, de morte de colega. O REUNI só contemplou a Arquivologia (DOCENTE **8**, grifo nosso).

De outro lado, é possível perceber que a falta de formação na área entre o quadro docente do DCI, como destacado pela Docente 8, a tenha levado a pontuar um tema que não vem a ser foco central de nossa investigação. Consideramos, pertinente, contudo, expor a sua preocupação com o problema de evasão existente, principalmente, no Curso de Graduação em Biblioteconomia, na medida em que após a criação do Curso de Graduação em Arquivologia e realocação de turno do curso de biblioteconomia, de vespertino para o noturno, houve uma diminuição da evasão.

Uma das coisas que diminuiu muito foi a evasão. Nós tivemos uma evasão muito grande. O curso de biblioteconomia funcionava de tarde e de noite. Houve uma negociação para tirar o turno da tarde porque estavam migrando todos pra noite por causa de trabalho, de estágio. Foi uma negociação com o Reitor porque ele não admitia fechar o curso a tarde. Mas, sim abrir um novo vestibular, um no início do ano e outro no meio do ano. A partir daí a evasão diminuiu. Mas, isso não quer dizer que fechamos o curso da tarde e sim abrimos um novo vestibular no meio do ano, numa época bem anterior ao REUNI (DOCENTE 8).

Vimos que dentre as propostas desse programa de expansão brasileiro implementado no governo Lula da Silva em vigor de 2007 a 2012<sup>31</sup>, existia a preocupação com a redução da evasão dos discentes e o crescimento do número de concluintes, como salientaram Oliveira e Ferreira (2013), e isso foi enfatizado pelos depoimentos colhidos. Se levarmos em consideração o número de alunos que ingressaram no curso de graduação em Biblioteconomia no período anterior ao REUNI (2003 a 2007), havia uma quantidade expressiva do acesso à universidade, embora esses números evidenciassem uma quantidade considerável de discentes que cancelaram suas matrículas, o que direcionava para uma evasão importante, no nosso entendimento.

O programa de expansão para as IES públicas e privadas do país, com sua implantação no governo Lula da Silva em vigor de 2007 a 2012, como descritas no decorrer do estudo, tiveram algumas metas que necessitariam ser desempenhadas por aquelas instituições que aderissem ao programa, para obter como contrapartida

---

<sup>31</sup> Art. 2º “[...] I - **redução das taxas de evasão**, ocupação de vagas ociosas e aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno [...]” (BRASIL, 2007, p. 1, grifo nosso).

o acréscimo de recursos orçamentários a serem utilizados pela gestão das IES. (OLIVEIRA; FERREIRA, 2013, p. 198). Para obter tais recursos obrigatoriamente essas IES deveriam atingir as metas do Programa de expansão com destaque para a redução da evasão dos discentes e aumento do número de concluintes, além de terem que acrescentar a quantidade de aluno por docente.

#### 4.2.3 As condições de infraestrutura da UFPB/CCSA-CAMPUS I no período anterior ao Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), nos anos de 2003-2006

Ao centrarmos a atenção nos impactos do REUNI, é preciso entender como os docentes enxergaram esse processo, a partir da realização comparativa entre o período anterior e posterior ao REUNI. Para tanto questionamos quais eram as condições de infraestrutura antes dele ser implementado. É incontestável as mudanças decorrentes do processo de implementação do REUNI nas IES federais, e isso pode ser observado ao longo deste capítulo, em que dissertamos sobre as mudanças ocorridas no âmbito local, mais precisamente no contexto da UFPB/CCSA-CAMPUS I e no entorno do DCI.

Os docentes, ao falarem sobre tal questão, destacaram sobre as mudanças observadas na infraestrutura, tomando como exemplo os espaços além da sala de aula. Selecionamos duas falas que remeteram a isso:

A única coisa que nós tivemos de acréscimos, que foi bem antes de 2003 por aí, foi o nosso laboratório de informática. Isso foi uma conquista ainda da época do professor Décio. Ele cedeu uma sala para usar na Biblioteconomia. Foi a única alteração que nós tivemos porque a Biblioteca Setorial foi da época do REUNI. Mas, o DCI a única coisa que eu me lembre foi o laboratório de informática com 11 ou 12 computadores que na época eram computadores novos; ele foi inicialmente muito bem instalado com um material muito bom. (DOCENTE 7)

Por outro lado, a nossa biblioteca na realidade era muito precária em que a Profa. 3 fazia as fichas manualmente e a biblioteca ficava nas mãos dos auxiliares embora tivesse um bibliotecário, mas, não era contratado como tal. A biblioteca ficava sob a coordenação da Profa. 1 e era subordinada ao Curso de biblioteconomia; e as fichas

catalográficas feitas à mão por ela. A biblioteca deixava muito a desejar. Nós lamentávamos porque **não tínhamos recurso nenhum, nenhum, nenhum. Os únicos recursos que tínhamos eram as lutas. A gente não tinha nenhum recurso.** A biblioteca central não tinha uma boa gestão. Era um horror. O único serviço era o empréstimo de livros, não havia outro serviço além desse. Isso era uma coisa que incomodava muito a gente (DÓCENTE 7, grifo nosso).

No que diz respeito às condições de infraestrutura, o REUNI trouxe um impacto importante para a realidade da educação superior pública, ainda mais, ao realizarmos o comparativo com as políticas adotadas nos anos anteriores, em que o investimento público foi direcionado, prioritariamente, para o setor privado, enquanto que as IFES brasileiras se mantiveram sem qualquer política de fortalecimento em seu setor.

A Docente 7 relata apenas a construção de um laboratório no período anterior ao REUNI, realizado ainda no governo FHC. Entretanto, no período da expansão, como já dissemos, esse número foi bem maior, um total de 3.300,00 m<sup>2</sup> em área construída. Ela também destaca problemáticas relacionadas às limitações tecnológicas, cita o caso da biblioteca e a realização dos procedimentos manuais, caso que também é modificado com a chegada do Programa de expansão, tendo em vista que o incentivo e o investimento de recursos tecnológicos aparecem como uma meta no ensino-aprendizagem das IFES (BRASIL, 2007).

#### 4.2.4 As condições de infraestrutura da UFPB/CCSA-CAMPUS I no período posterior ao Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), nos anos de 2013-2016

Também questionamos sobre como os docentes enxergaram o processo posterior à implementação do REUNI, no que concerne à infraestrutura do período referido nesse item 4.2.4.

Com o prédio que foi construído para o curso de arquivologia, os outros cursos [do CCSA] começaram a achar que também tinham direito a ele porque faziam parte do REUNI. Então, o que a gente vê, todo dia aparece uma coisa... São várias salas ocupadas com atividades de outros departamentos. Nós perdemos a exclusividade

que tínhamos com a construção desse prédio. A construção da Biblioteca Setorial nesse novo prédio ele não seguiu, e nem foram ouvidas as pessoas que deveriam porque deixou muito a desejar, a planta física da biblioteca. São coisas que vem de cima e na prática não funciona bem. Uma coisa boa foi o laboratório da arquivologia com material de ponta. Mas, **para biblioteconomia mesmo não tivemos nada com o REUNI em relação à infraestrutura.** A biblioteca escola após 2016 foi reivindicada agora (DOCENTE 4, grifo nosso).

A Docente 4 expressa em sua fala os conflitos institucionais internos e destaca os limites impostos no uso da sala, devido à questão de outros cursos de graduação que também se apropriarem das salas do departamento. Cita ainda problemas em algumas obras, como o caso da biblioteca setorial, fato que já havia sido exposto na fala de outros docentes. E por fim, ressalta sobre a construção do laboratório de Arquivologia.

De outro lado, para a Docente 8, as condições de infraestrutura no CCSA não foram as mesmas. Para ela, as mudanças foram muitas e ocorreram devido às várias conquistas. Sobre isso, ela afirma:

muita coisa foi contemplada, com relação a estrutura, com relação a instrumentos, a parte tecnológica, à tecnologia. Eu acho que houve um crescimento bem significativo. [...] Eu ainda acho que foi bom ele ter aparecido na vida da gente, do educador. Não é que ele tenha sido a tábua de salvação do ensino... sabe? Eu acho que tem outras questões que complicam a questão do ensino superior (DOCENTE 8).

Ficou evidenciado nas narrativas da Docente 8 como também da Docente 4, que a criação do Curso de Graduação em Arquivologia, às quais foram as responsáveis por tomarem a iniciativa de construir o Projeto Pedagógico do Curso dessa área do saber, foi fundamental para que o CCSA fosse contemplado com os recursos orçamentários advindos do REUNI para a expansão. Foi a partir daí e com o apoio do Reitor à época, o Professor Rômulo Polari, que as condições infraestruturais do Centro se transformaram consideravelmente, com a criação de mais salas de aula, laboratório, Biblioteca Setorial, em que pese todos os conflitos levantados anteriormente pela Docente 4 quanto ao uso dessas novas construções.

#### 4.2.5 Considerações sobre as condições físicas do trabalho após a implantação do REUNI na UFPB/CCSA-CAMPUS I:

O último eixo foi dedicado a questionar como os docentes enxergaram as suas condições de trabalho a partir das mudanças na infraestrutura física, com a implementação do REUNI. Para tanto, observamos essas mudanças a partir das dimensões da infraestrutura; sobre a disponibilidade de recursos tecnológicos; sobre o processo de ensino-aprendizagem; acerca dos recursos pedagógicos; as implicações do Projeto Político do Curso ditados pelas políticas oficiais.

Com relação às modificações que ocorreram melhorou porque hoje em dia você vê as cadeiras são melhores, mais confortáveis, tem ar condicionado, lamentavelmente muitos estão quebrados. Antes existiam, e quando tinham, aqueles ventiladores barulhentos horrorosos, isso a gente não pode deixar de reconhecer. Alguns quadros não são mais nem com giz, já são quadros brancos. Temos mais recursos multimídia na Coordenação de Biblioteconomia quanto na Arquivologia e no DCI. (DOCENTE 7)

O acesso ainda à internet na UFPB é muito precário. Como eu tenho uma vivência na universidade do Porto, por exemplo, lá a internet é uma única senha para a universidade toda, não é para cada setor uma senha. Você se cadastra e onde você estiver estará conectada a uma internet da mais alta qualidade. Na universidade de Coimbra é a mesma coisa, na universidade de Aveiro é a mesma coisa. Aqui, em qualquer lugar que você vai é uma senha diferente e isso é um problema. Claro que isso facilitou muito o trabalho docente porque os docentes em seus ambientes todos refrigerados e todos tem um computador, isso facilitou o trabalho porque antes você precisava ter seu computador particular para fazer seu trabalho. Hoje você já tem no seu ambiente esses recursos. Quanto a atingir a sociedade é com o trabalho de extensão porque a finalidade é justamente essa então creio que esteja atingindo a sociedade. Teve uma época que a biblioteca não comprava absolutamente nada e quanto ao material de consumo, Xerox, caneta eu creio que nunca houve problema não. Não tivemos restrição disso. (DOCENTE 7)

A partir dos relatos retomamos a questão do caráter governamental do programa REUNI, e isto pode ser observado na medida em que os docentes narraram sobre o impacto positivo na implementação do Programa, como a construção de salas novas, embora, em contrapartida apontaram para problemas diretamente relacionados à falta de manutenção, a exemplo dos aparelhos de ar

condicionado quebrados. Em outra fala, a Docente 7 aponta a questão da internet, fato que também é ligado abertamente com a manutenção de recursos, evidenciando a continuidade da falta de infraestrutura mesmo após os recursos orçamentários terem sido destinados para as melhorias da UFPB/CCSA-CAMPUS I.

É preciso pontuar, contudo, que sem medidas governamentais sólidas de continuidade e consolidação daquilo que já fora implementado, a universidade tenderá a se tornar refém de um processo expansionista transitório utilizado para fins políticos.

De outro lado, há o reconhecimento que em vista da ampliação do acesso e da democratização da educação superior pública as medidas tomadas pelo governo com o Programa de Expansão foram importantes, diante das construções de prédios novos bem como perante a implementação de novos cursos. Entretanto, se não há o seguimento de investimento orçamentário, a universidade ficará a mercê da precariedade da infraestrutura institucional sem o devido suporte ao exercício profissional da docência, por exemplo.

Recursos tecnológicos como computadores, ar condicionados, laboratórios, dentre outros, precisam de manutenção ininterruptas. O que se observa a partir disso, são as dificuldades de recursos econômicos oriundos da crise da economia no país refletidas nas precárias condições de infraestrutura na universidade federal paraibana, antes da implementação do REUNI na UFPB/CAMPUS I assim como no período posterior a ele.

Ao indagar sobre a questão do Projeto Político do Curso frente às demandas oriundas das políticas oficiais, a Docente 8 pontua sobre a necessidade de atualização constante do PPC; essencial, sobretudo, devido ao movimento de modernização social. Ela relata ainda, sobre a defasagem do curso de Arquivologia e Biblioteconomia frente à essas questões,

A sociedade vive um avanço tão grande que o projeto político do curso de arquivologia está totalmente defasado como também o de biblioteconomia. Em comparação com outros projetos de outros cursos nós precisamos avançar. Nós precisamos nos modernizar e acompanhar o ritmo frenético dessa sociedade da informação, da tecnologia e do conhecimento. Há uma necessidade premente da gente atualizar o PPC do curso. (DOCENTE 8)

O nosso pensamento conclusivo, ao final das entrevistas coletadas, é o de que o processo de expansão possibilitado pelo REUNI revelou uma forte contradição entre o discurso oficial e a realidade de implementação no âmbito institucional. O REUNI tinha como um dos seus pilares a democratização do acesso, no entanto, essa democratização cedeu espaço para uma preocupação apenas para com os números, isto é, houve a expansão do alunado e o aumento da oferta de cursos de graduação, mas, sem planejamento nenhum, como ressaltou a Docente 5.

Tal afirmativa é igualmente destaque na fala da Docente 1: “inúmeros cursos de graduação, mas, que não contribuem nem com as necessidades da própria instituição”, o que nos levou a crer que a gestão da UFPB/CAMPUS I não considerou por acolher com propriedade, por exemplo, a uma das diretrizes do programa de expansão contida no seu Art. 2º, item III, que seria fazer uma: **“revisão da estrutura acadêmica, com reorganização dos cursos de graduação e atualização de metodologias de ensino-aprendizagem, buscando a constante elevação da qualidade”** (BRASIL, 2007, p. 1, grifo nosso).

Ainda segundo a Docente 5 o “discurso criado pelo REUNI [era com] a questão da **expansão** e da **quantidade** [que] **veio em primeiro lugar** em detrimento da qualidade”. De sorte que essa declaração se tornou uma realidade à semelhança com o que se destacou nas pesquisas da Rede *Universitas*/BR dos Eixos 2 e 4 e ANPEd do GT11, por exemplo, quando se referiram a uma política de expansão que se deu, acima de tudo, através da ênfase estatística.

A literatura da área da educação superior, no entanto, demonstra que a educação passou a agregar movimentos conflituosos, por sofrerem interferências também da sociedade pautada na divisão de classes e na exploração de uma sobre as outras. Diante disso, foi que buscamos neste trabalho discutir a relação entre educação, estado e sociedade, especificando fundamentos que orientaram essa relação no Estado Capitalista, no contexto neoliberal, assim como, das demandas decorrentes que interferiam na gestão da educação, com ênfase especial no processo de implementação do REUNI.

Além disso, é relevante apontar para a influência dos órgãos multilaterais nas questões internas da nação brasileira, no que se refere ao campo educacional, principalmente, nas reformas que foram efetivadas tendo como modelo os relatórios desses organismos estrangeiros, como reforça a literatura da área da educação no Brasil. Com isso, houve um entrelaçamento visceral de ordenações externas com as

questões educacionais no nosso país, por exemplo, que fez com que a educação superior se visse obrigada a seguir.

Ratificamos que tudo isso se deu pela ingerência estrangeira nas questões internas das políticas públicas nacionais, de modo que se utilizaram da educação superior do país como suporte para poderem regular suas balanças econômicas deficitárias, onde a mundialização da economia emergiu com o objetivo de obter um reforço garantidor de controle dos países de terceiro mundo incluindo o Brasil.

Embora a expansão do REUNI tenha disponibilizado os recursos financeiros para a educação superior, mesmo que tenha sido na mesma dimensão das IES privadas, as colocaram numa espécie de impasse tendo em vista que as cobranças dos órgãos reguladores tenderam a não enxergar as disparidades provocadas pelo financiamento distinto para as IFES, que mostraram insuficientes.

Podemos deduzir, diante disso, como destacaram Jezine e Serrano (2013, p. 186), que o projeto de expansão da educação superior no país, sob a tutela neoliberal, condicionou as universidades a exercerem um papel secundário, tendo em vista que as ações foram vinculadas especialmente à “privatização e mercantilização”. Desse modo, quando o governo decide se preocupar com as políticas públicas direcionadas à expansão do ensino superior, sua ação recorrente foi a de buscar transpor sua responsabilidade no que concerne às políticas públicas para as empresas privadas. Assim, o REUNI se configurou como a única política de expansão do setor público; enquanto uma política de caráter governamental e não como uma política de Estado, como vimos através dos relatos dos sujeitos da pesquisa.

Outra face da implementação do REUNI, foram as novas condições de trabalho, por exemplo, em que o professor universitário precisou atuar frente às demandas das políticas oficiais que surgiram. Fato que segundo Gregório (2013, p. 296), propiciou a modificação nas relações do trabalho docente nas universidades federais.

Como podemos observar, o mais atingido frontalmente com isso foi o professor do magistério superior, na medida em que ele se viu forçado a imergir no “sistema produtivo-industrial”, para conseguir fazer parte deste sistema. O profissional da docência passou a se deparar com frequentes cobranças por “maior produtividade (expressa em maior número de turmas de graduação e pós-

graduação, publicação de artigos e livros, orientações, entre outras questões) ” (GUIMARÃES; MONTE; FARIAS, 2014, p. 408).

Nesse contexto, os docentes ficaram propensos a internalizar as novas condições de trabalho nas IFES com posturas institucionalizadas, isto é, pondo em prática suas atribuições no magistério superior em obediência e sem contradizer os comandos da gestão na instituição, na medida em que passaram a atender ao que a instituição e mesmo os organismos estrangeiros lhes impuseram a realizar. Como num autômato, por exemplo, introjetaram o produtivismo, numa espécie de “envolvimento/exploração”, conforme os argumentos de Guimarães; Monte; Farias (2014, p. 412).

De tudo isso, depreende-se que o forte vínculo entre a crise econômica global e a prática educativa no âmbito da educação superior é resultante da “crise de acumulação do capital”, como visto por Costa; Braga; Ferreira (2014, p. 494). Elas reafirmaram que o ensino superior se viu diante de consideráveis desvantagens e foi nesse contexto de expansão e de mercadorização da educação superior em que o REUNI foi instaurado. Sob,

uma verdadeira **cortina de fumaça**, que tem dificultado o desvendamento do seu real significado, uma vez que as muitas análises acabam por considerar apenas a ampliação da estrutura física, sem dar a devida atenção aos impactos variados trazidos por este programa (COSTA; BRAGA; FERREIRA, 2014, p. 494, grifo dos autores).

A argumentação e o debate acerca da expansão da educação superior provenientes da produção acadêmica no âmbito das redes de pesquisa da ANPEd do GT11 e *Universitas/BR*, em autores como Costa; Braga; Ferreira (2014), Gregório e Rodrigues (2014), Guimarães; Monte; Farias (2014), Silva e Castro (2014), Botelho e Carvalho (2014), Costa; Braga; Léda (2014), Mancebo (2015), dentre outros, nos levou a compreender não só que o cenário da educação superior no país se correlacionou diretamente com as reformas desse nível de educação em meio às crises econômicas globais bem como à influência dos órgãos internacionais nas questões internas das políticas educacionais da educação superior, mas, em especial possibilitou que tivéssemos uma atenção maior aos impactos trazidos pelo Programa de expansão do REUNI ao Centro de Ciências Sociais Aplicadas da

UFPB/CAMPUS I, que de modo distinto ao que afirmaram Costa; Braga; Ferreira (2014, p. 494), nessa investigação não analisamos “apenas a ampliação da estrutura física, sem dar a devida atenção aos impactos variados trazidos por este programa”.

Além do que já foi dito, vimos que o REUNI, enquanto um Programa que visava expandir a educação superior, não se preocupou com as questões qualitativas, principalmente no que concerne a consolidação e manutenção de sua política, fato que ocasionou as dificuldades nas condições de trabalho, como foi relatado pelos sujeitos da pesquisa e como retrataram Costa; Braga; Ferreira (2014), Costa; Braga; Léda (2014), dentre outros.

Nesse ponto, entendemos que a educação superior ficou sob a condescendência das transformações ocasionadas pelos programas do governo, dos quais o REUNI se sobressaiu tendo em vista que forçosamente expôs as IES ao cumprimento de metas para poderem adquirir os recursos orçamentários, bem como para poder propiciar-lhes as condições infraestruturais de atuação.

Percebemos, por outro lado, que os organismos estrangeiros, a que nos referimos antes, direcionaram seus interesses na recuperação da economia capitalista e para isso enxergaram na educação superior o meio de conseguirem suplantar a crise do capital, na medida em que o conhecimento produzido nas IES foi tido por eles como um recurso fundamental para o desenvolvimento e as mudanças na sociedade do capital, resquícios da influência do Processo de Bolonha como ressaltou Medeiros (2015), na elaboração do Programa de Expansão do Governo Federal.

Vale destacar, por conseguinte, que para os pesquisadores como Santos (2015), Guimarães (2015), Guimarães; Montes; Farias (2014), Gregório; Rodrigues (2014), dentre outros, as consequências negativas advindas do REUNI, conforme argumentamos anteriormente, foram direcionadas para a questão da produtividade, da perda de autonomia, da sobrecarga de atividades acadêmico-burocráticas, dentre outros. Assim, nessa perspectiva contraproducente para o ofício professor nas IES, em meio ao processo de expansão da educação superior, a sua prática educativa neste nível de educação associou-se fortemente ao produtivismo assim como na utilização de “indicadores quantitativos de desempenho”, dentre outras questões, como afirmou Ferreira (2010, p. 5).

Finalmente, ressaltamos que o REUNI, cujas raízes provieram da Declaração de Bolonha do ano de 1999, como enfatizou Medeiros (2015), colocou a educação

superior do Brasil no campo da lógica mercantil, ao escolher o viés de competitividade para esse nível de educação visando a ampliação dos lucros à semelhança das organizações empresariais. Uma realidade expressa na ampla literatura existente acerca da expansão da educação superior nacional.

Entretanto, a inspiração no modelo de educação nos ideais estrangeiros para a política educacional brasileira, nos induziu a crer que consequências relevantes seriam trazidas para o setor da educação superior no país, a exemplo do quesito evasão, na medida em que a literatura situada nessa matéria tem sinalizado a ocorrência desse fenômeno seja porque o discente de modo corriqueiro não consegue se adaptar ao rito da Instituição de Ensino Superior pública ou mesmo pela necessidade dele trabalhar e obter o seu sustento, dentre outros fatores.

Além disso, se de um lado foi possível verificar o crescimento expressivo de obras para comportar o aumento do acesso de discentes ao ensino superior no CCSA da UFPB/CAMPUS I, por outro lado, a comunidade acadêmica do Centro ainda se depara com a falta de infraestrutura para a prática educativa, mesmo com todo o recurso orçamentário obtido do REUNI.

Constatamos, todavia, que a ampliação de cursos de graduação, crescimento do número de alunos matriculados, aumento de servidores técnico-administrativos e de docentes, expansão de Centros, como destacados no Quadro 10, apesar de ser uma evidência do contributo significativo do REUNI para a expansão da universidade pública paraibana, há uma outra faceta menos assertiva proveniente da expansão desse Programa do Governo Federal, qual seja, o aumento excessivo de atribuições para o professor universitário no que se refere ao acúmulo de atividades laborais, as de caráter burocrático e administrativo por exemplo, que ultrapassam o tripé que dá suporte ao funcionamento da UFPB, a saber: a pesquisa, o ensino e a extensão.

E não seria diferente também para o docente do CCSA, em que os sujeitos da presente pesquisa confirmaram o aumento de trabalho ao darem os seus depoimentos relacionados aos impactos do REUNI no Centro direcionados não só ao ensino ou à pesquisa e mesmo à extensão, mas, aliado a isso como frisamos antes, os docentes se viram na obrigatoriedade de assumir os encargos administrativos e burocráticos mesmo que não tivessem conhecimento prático e/ou teórico sobre gestão em IES públicas federais.

Vimos igualmente que a produção acadêmica da Rede *Universitas/BR*, de autores como Mancebo (2015), Medeiros (2012; 2015), Bessa (2015), Rothen e Pinto e Silva (2014), Martins e Silva Júnior (2014), Silva e Castro (2014), dentre outros, e igualmente as publicações da ANPEd no GT 11 de autores como Arruda e Gomes (2012), Maués (2015) Guimarães; Monte; Farias (2014), Waismann e Corsetti (2013), Souza (2015), dentre outros, permitiram a compreensão das categorias de análise teórica: educação superior e expansão relacionadas ao REUNI enquanto objeto de estudo, principalmente, para tecer os argumentos que pudessem ratificar os depoimentos obtidos dos sujeitos da investigação sobre a temática em apreço.

Ademais, os participantes do estudo, quanto ao REUNI, deixaram claro que esse Programa fortaleceu a política de expansão do Sistema Federal do país assim como se configurou enquanto um marco das mudanças que ocorreram na educação superior, de modo que ele se constituiu em um contributo fundamental para a compreensão da trajetória da educação superior no Brasil e, especialmente, para a prática educativa do CCSA da UFPB/CAMPUS I. Muito embora, tenha deixado lacunas no que se refere ao fortalecimento do acesso e permanência do discente na educação superior pública devido à falta de continuidade e consolidação de suas medidas de expansão.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Olhar para trás após uma longa caminhada pode fazer perder a noção da ... noção da distância que percorremos, mas se nos detivermos em nossa imagem, quando a iniciamos e ao término, certamente nos lembraremos o quanto nos custou chegar até o ponto final, e hoje temos a impressão de que tudo começou...*  
(GUIMARÃES ROSA)

---

Os pedregulhos encontrados no decorrer dessa investigação não se comparam aos impactos, satisfatórios ou não, enfrentados pela UFPB/CAMPUS I a partir da implantação do Programa de expansão do governo federal, o REUNI, no ano de 2007. A busca por documentos e o contato com os participantes da pesquisa, para obter informações que eles conheciam e vivenciaram acerca desse programa de expansão, fez-nos compreender que nada foi fácil para se conseguir os recursos financeiros para as IFES que aderissem à proposta do REUNI, e com a universidade paraibana não seria diferente.

Dessa maneira, com os esforços dessa IES, mais precisamente do Centro de Ciências Sociais Aplicadas/CAMPUS I, para garantir os recursos orçamentários provenientes do REUNI, pudemos notar o quão relevante foi o empenho dos Departamentos que compunham o CCSA, em 2007, na elaboração de propostas que trouxessem o incentivo de crescimento, não só no aspecto financeiro com a ampliação dos ambientes e novas nomeações de professores, construção de mais salas de aulas, da Biblioteca Setorial, de Laboratório de Informática, mas também pela criação de novos cursos, a exemplo do Curso de Arquivologia do Departamento de Ciência da Informação (DCI).

O DCI, em especial, como ressaltado pelos participantes do estudo, foi o primeiro departamento a disponibilizar uma proposta de projeto para o novo curso e, a partir daí, justificar a chegada da verba do REUNI para ser utilizada em benefício da comunidade universitária. Por isso, o elegemos como amostra para a coleta de dados junto aos docentes nele lotados, em torno de 8 sujeitos da investigação apenas; só aqueles que tinham mais tempo de exercício profissional na UFPB/CAMPUS I, como expusemos nos critérios de inclusão e exclusão nos pressupostos teórico-metodológicos.

Um dos impactos importantes, oriundos do REUNI para o CCSA, com reflexos relevantes para os departamentos com seus devidos cursos, a começar pelo próprio DCI, com a Arquivologia e Biblioteconomia, o de Ciências Atuariais, o de Economia e Administração, foi a ampliação do espaço físico necessário para comportar o aumento de alunos com a democratização do acesso à universidade pública federal.

Desse modo, o objetivo pretendido no que concerne a analisar o processo de planejamento e implantação do Programa REUNI, no Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA/UFPB-CAMPUS I), entre os anos 2006-2015, fez-nos constatar, diante das informações obtidas nos documentos oficiais, que a expansão foi elaborada com veemente desejo de ganhar a adesão dos professores dessa instituição, principalmente, quando os relatos que colhemos fizeram menção ao montante de recurso monetário injetado não só no Centro, como também na comunidade acadêmica. Dessa maneira, ficou evidenciado o esforço que se fez para conseguir o financiamento da expansão. E, que de fato, ele foi disponibilizado para as transformações infraestruturais, como atestam os dados orçamentários do REUNI contidos nos gráficos 3 e 4.

Vale ressaltar, por outro lado, o antagonismo que aparece na nossa investigação a partir do momento em que pudemos compreender que a proposta do REUNI para a UFPB/CAMPUS I, de um modo geral, e para o CCSA em particular, não se resumia tão somente ao investimento financeiro para a ampliação da universidade com novas construções, aumento de matrículas, novas nomeações de docentes, dentre outros, mas, também, visava a reestruturação curricular dos cursos com ênfase na interdisciplinaridade, por exemplo, como aponta o Projeto UFPB-REUNI de 2007.

Todavia, embora esse Projeto de expansão do REUNI da UFPB tenha dado destaque à proposta do governo federal quanto ao redesenho curricular dos cursos, os depoimentos colhidos reforçam a nossa tese de que com a adesão da UFPB ao REUNI, segundo a lógica mercantil, o investimento em infraestrutura no CCSA-CAMPUS I e o aumento das matrículas não foram acompanhados de melhorias acadêmico-curriculares significativas, na medida em que as narrativas deram destaque à necessidade urgente de reformulação do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) dos cursos do DCI, especialmente.

De outro lado, em que pese o aceno para a relevância do REUNI e do que foi conquistado com esse Programa de expansão e posteriormente a ele, um dos

impactos negativos foi o da UFPB/CAMPUS I ter a ele aderido sem ter um planejamento para a sua implementação em 2007, como ressaltado por um dos sujeitos da pesquisa acerca da falta de planejamento adequado para expandir a UFPB com o Programa, tendo em vista o crescimento vertiginoso das matrículas para os cursos presenciais já existentes e criação de novos cursos, a exemplo do número elevado de alunos efetivamente em mais um curso no DCI/CCSA, o que acentuou o aspecto quantitativo da expansão do REUNI que abordamos no decorrer do estudo.

O preenchimento de vagas ofertadas, portanto, com a expansão do REUNI, trouxe repercussões significativas para o funcionamento do DCI, devido à entrada de muitos professores no departamento sem formação na área do saber da Ciência da Informação. Isso foi uma demonstração de que, ao mesmo tempo em que a oferta de vagas para a docência no magistério superior proveniente do REUNI se elevou com a criação de novo curso, também suscitou uma baixa estima muito grande para a formação, tendo em vista ter havido a entrada de professores no curso que não sabiam para que servia determinado conteúdo específico. E, dessa maneira, revelaram o desinteresse deles em relacionar os assuntos de áreas correlatas com a Biblioteconomia que pudessem enfatizar a interdisciplinaridade do saber.

Vimos, igualmente, que houve uma menção importante no que se referia ao aumento das atribuições direcionadas ao professor do Centro com a implantação do REUNI. Foi taxativa a afirmativa de que muito trabalho passou a ser desenvolvido decorrente do Programa de expansão, que ultrapassou e/ou ultrapassa as responsabilidades do magistério superior em torno do ensino, da pesquisa e da extensão, o que deixou transparecer que a expansão por intermédio do REUNI se equiparava não só à lógica empresarial e mercantil como também à lógica produtivista, como demonstraram Costa; Braga; Léda (2014).

Ratificamos, por outro lado, diante da similaridade que vimos nas narrativas dos participantes da pesquisa quanto aos efeitos do REUNI para a UFPB/CAMPUS I, em especial para o desenvolvimento do CCSA, que em termos de infraestrutura o REUNI foi relevante. Entretanto, apesar de terem enaltecido a ampliação do espaço físico com a construção de mais salas de aulas com ar condicionado e mais recursos multimídia, por exemplo, ficou perceptível o descontentamento diante da constatação de obras que não foram concluídas e a insatisfação por se depararem

com a falta de recursos para essas construções serem finalizadas com toda a infraestrutura necessária ao uso das atividades acadêmico-administrativas.

Finalmente, no que se refere à propositura do REUNI, sua importância foi inegável, pois, vimos que as implicações desse Programa foram expressivas no tocante ao número crescente de vagas para o acesso estudantil à UFPB/CAMPUS I e aos Cursos de graduação do CCSA, não obstante ainda seja preciso ter as condições infraestruturais e financeiras que possam subsidiar mais apropriadamente o enriquecimento da formação discente presencial nesse nível de ensino.

Por fim, consideramos que o assunto que discute a expansão da educação superior brasileira necessita ser novamente superado, na medida em que as ocorrências no entorno desse assunto não são estáticas e tendem a se transformar continuamente. Assim, diante da realidade estudada acerca dos impactos da expansão do REUNI no referido Centro, consideramos que outras pesquisas poderão ser desencadeadas a partir da temática desenvolvida nessa investigação.

## REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **O que é o contemporâneo? e outros ensaios**. Chapecó, SC: Argos, 2009.

AMARAL, Daniela Patti; OLIVEIRA, Fátima Bayma. O programa universidade para todos e a ampliação do acesso ao ensino superior: diferentes discursos, difíceis consensos. *In*: 33ª REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – ANPED, Caxambú, MG, 2010.

AMARAL, Nelson Cardoso do. A educação superior brasileira: dilemas, desafios e comparações com os países da OCDE e do BRICS. **Revista Brasileira de Educação**, v. 21, n. 66, p. 717-736, jul./set. 2016.

AMARAL, Nelson Cardoso do. Expansão-avaliação-financiamento: tensões e desafios da vinculação na educação superior brasileira. *In*: MANCEBO, Deise; SILVAJÚNIOR, João dos Reis; OLIVEIRA, João Ferreira de; CATANI, Afrânio Mendes. (orgs.). **Reformas da educação superior**: cenários passados e contradições do presente. São Paulo: Xamã, 2009. p. 113-150.

AMARAL, Nelson Cardoso do. O financiamento das IFES brasileiras e o custo do aluno em FHC e Lula. *In*: 34º REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – ANPED, Natal, RN, 2011. p. 1-23.

ANDIFES/ FONAPRACE. **IV Pesquisa do perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das instituições federais de ensino superior brasileiras**. Uberlândia: 2016. Disponível em: [http://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2017/11/Pesquisa-de-Perfil-dos-Graduando-das-IFES\\_2014.pdf](http://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2017/11/Pesquisa-de-Perfil-dos-Graduando-das-IFES_2014.pdf) . Acesso em: 26 jul. 2019.

ARAÚJO, Suêlides de; CASTRO, Alda Maria Duarte Araújo. Gestão educativa gerencial: superação do modelo burocrático?. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 70, p. 81-106, jan./mar. 2011.

ARRUDA, Ana Lucia Borba de; GOMES, Alfredo Macedo. Democratização do acesso à educação superior: o reuni no contexto da prática. *In*: 35º REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – ANPED, Porto de Galinhas, PE, 2012.

ÁVILA, Sueli de Fátima Ourique de. A expansão da educação superior privada no estado do Rio de Janeiro. *In*: 36ª REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – ANPED, Goiânia, GO, 2013.

BALL, Stephen J.; MAINARDES, Jefferson. **Políticas educacionais**: questões e dilemas. São Paulo: Cortez, 2011.

BANCO MUNDIAL. **Um Ajuste Justo**: análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil. [S.n.; s.l.], 2017. 1 v.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BICUDO, Maria Aparecida Viggiani. Sobre a fenomenologia. *In*: BICUDO, Maria Aparecida Viggiani; ESPÓSITO, Vitória Helena Cunha. (orgs.). **Pesquisa qualitativa em educação**: um enfoque fenomenológico. 2. ed. Piracicaba(SP): Editora UNIMEP, 1997. p. 15 – 22.

BOGDAN, Roberto C.; BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: Porto, 1994.

BORTOLINI, Denise Bartel. **Contrato de gestão**. Disponível em: <http://phmp.com.br/artigos/contrato-de-gestao/>. Acesso em: jul. 2017.

BOTELHO, Arlete de Freitas; CARVALHO, Cristina Helena de. Financiamento da educação superior: o percurso e os percalços da Universidade Estadual de Goiás. *In*: ROTHEN, José Carlos; PINTO E SILVA, Eduardo. (orgs.). **Políticas públicas para a educação superior**. São Paulo: Xamã, 2014. p. 113-130.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.

BRASIL. Decreto n. 6.096, de 24 de abril de 2007. **Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/diretrizesreuni.pdf>.

BRASIL. **Lei nº 12.513, de 2011**. Institui o Programa de Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior e dá outras providências. Altera a Lei 10.260 de 12 de Julho de 2001. Brasília, DF. 2011. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/l10260.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10260.htm) . Acesso: 27 ago. 2014.

BRASIL. **Lei nº 11.096, de 13 de Janeiro de 2005**. Institui o Programa Universidade para Todos- PROUNI. Brasília, DF. 13 de jan. de 2005. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2004-2006/2005/lei/L11096.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2005/lei/L11096.htm). Acesso: 26 ago. 2014.

BRASIL-INEP. **Censo da Educação Superior 2013**. Brasília- DF. Disponível em: [http://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/censo\\_superior/apresentacao/2014/c oletiva\\_censo\\_superior\\_2013.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/apresentacao/2014/c oletiva_censo_superior_2013.pdf). Acesso: 31 jan. 2016.

BRASIL-INEP. **Censo da Educação Superior 2007**. Brasília- DF. Disponível em: [http://download.inep.gov.br/download/superior/censo/2007/Resumo\\_tecnico\\_2007.pdf](http://download.inep.gov.br/download/superior/censo/2007/Resumo_tecnico_2007.pdf). Acesso: 13 jun. 2020.

BRASIL-INEP. **Censo da Educação Superior 2012**. Brasília- DF. Disponível em: [http://www.andifes.org.br/wp-content/files\\_flutter/1379600228mercadante.pdf](http://www.andifes.org.br/wp-content/files_flutter/1379600228mercadante.pdf). Acesso: 13 jun. 2020.

BRZESZINSKI, Iria. (org.). **LDB/1996 contemporânea**: contradições, tensões, compromissos. São Paulo: Cortez, 2014.

BRZESZINSKI, Iria. **LDB vinte anos depois**: projetos educacionais em disputa. São Paulo: Cortez, 2018.

BRZESZINSKI, Iria. **LDB Dez anos depois**: reinterpretação sob diversos olhares. São Paulo: Cortez, 2008.

BRZESZINSKI, Iria. **LDB interpretada**: diversos olhares se entrecruzam. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2000.

CAMPOS, Luís; CANAVEZES, Sara. **Introdução à globalização**. Lisboa: Instituto Bento de Jesus Caraça, 2007.

CASTELO BRANCO, Uyguaciara Veloso; JEZINE, Edineide. A expansão da (na) UFPB: avaliando o reuni (2008 a 2012). **Revista Temas em Educação**, João Pessoa, v. 22, n. 2, p. 60-82, jul./dez. 2013. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/rteo/article/view/17780/10145>. Acesso em: 25 maio. 2016.

CASTELO BRANCO, Uyguaciara Veloso; JEZINE, Edineide. ; NAKAMURA, Paulo Hideo. Reflexões sobre a expansão de vagas na educação superior: a UFPB e os desafios da inclusão. *In*: JEZINE, Edineide; BITTAR, Mariluce. (orgs.) **Políticas de educação superior no Brasil**: expansão, acesso e igualdade social. João Pessoa: Editora da UFPB, 2013. p. 321-337.

CATANI, Afrânio Mendes; FERREIRA, Luciana Rodrigues. O movimento das reformas na educação superior do Brasil: um olhar histórico. *In*: SILVA JR., João dos Reis; CATANI, Afrânio Mendes; CHAVES, Vera Jacob. (orgs.) **Consequências da mundialização da universidade pública brasileira**: pós-graduação, trabalho docente, profissionalização e avaliação. São Paulo: Xamã, 2012. p. 119-131.

CHAUÍ, Marilena. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo: UNESP, 2001.

CHAUÍ, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**, n. 24, p. 5 - 15, set. /dez. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a02.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2020.

CIRANI, Claudia Brito Silva; CAMPANARIO, Milton de Abreu; SILVA, Heloisa Helena Marques da. A evolução do ensino da pós-graduação senso estrito no Brasil: análise exploratória e proposições para pesquisa. **Avaliação**, Campinas, SP, v. 20, n. 1. p. 163-187, 2015.

CONSTRUIR sociedades del conocimiento: nuevos retos para la educación terciaria. Washington, DC: Banco Mundial, 2003. Disponível em: <http://firgoa.usc.es/drupal/node/42751>. Acesso em: 23 abr. 2017.

COSTA, Evelyn Hellen Sousa; BRAGA, Lucelma Silva; FERREIRA, Ruan Marcus de Jesus Pinheiro. O processo de expansão das universidades brasileiras e os impactos no trabalho docente: elementos para análise da Universidade Federal do Tocantins. *In*: SEMINÁRIO DA REDE UNIVERSITAS/BR EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR E DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: TENSÕES E DESAFIOS, 22., Natal, RN. **Anais...** Natal (RN): Rede Universitas/BR, 2014. p. 490-557.

COUTINHO, Clara Pereira. **Metodologia de investigação em ciências sociais e humanas**: teoria e prática. 2. ed. Coimbra: ALMEDINA, 2014.

DAROS JR., Armando. A presença da OCDE no Brasil no contexto da avaliação educacional. **JORNAL DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS**, n. 13, p. 13–20, jan./jun. 2013.

DECLARAÇÃO DE BOLONHA, 1999. Disponível em: [http://www.abc.org.br/wp-content/uploads/2009/09/www.ufabc.edu.br\\_images\\_stories\\_pdfs\\_declaracaodebolonhaportugues.pdf](http://www.abc.org.br/wp-content/uploads/2009/09/www.ufabc.edu.br_images_stories_pdfs_declaracaodebolonhaportugues.pdf). Acesso em: jun. 2020.

DINIZ, Edileuda Soares. **Currículo e sociedade**: uma análise do ensino de graduação em biblioteconomia da UFPB. 1998. 113f. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia) – Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia da Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 1998.

DINIZ, Edileuda Soares. **A trajetória da aprendizagem profissional de professores substitutos na biblioteconomia /UFMT**. 2008. 94f. Especialização (Monografia em Didática e Metodologia do Ensino Superior) – Pós-Graduação *lato sensu* da Faculdade do Sul de Mato Grosso – FACSUL/Anhanguera, Rondonópolis, MT, 2008.

DOURADO, Luiz Fernandes. Plano nacional de educação como política de estado: antecedentes históricos, avaliação e perspectivas. *In*: DOURADO, Luiz Fernandes. (org.). **Plano nacional de educação (2011-2020)**: avaliação e perspectivas. 2. ed. Goiânia: UFG; Belo Horizonte: Autêntica, 2011. p. 17-59.

EDUCACIÓN Superior en los países en desarrollo: peligro y promesas. Washington DC: Grupo de Trabajo conjunto con Banco Mundial (Unesco) sobre Educación Superior y sociedad, 2000. Disponível em:

<http://documentos.bancomundial.org/curated/es/630041467998505995/La-educacion-superior-en-los-paises-en-desarrollo-peligros-y-promesas>. Acesso em: 23 abr. 2017.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. **A Universidade no Brasil**: das origens à Reforma Universitária de 1968. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/n28/a03n28.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2018.

FERREIRA, Fernando Guimarães. A dialética hegeliana: uma tentativa de compreensão. **Rev. Estudos Legislativos**, Porto Alegre, ano 7, n. 7, p. 167-184, 2013.

FERREIRA, Sueli. Reforma da educação superior no Brasil e na Europa: em debate novos papéis sociais para as universidades. *In*: 33º REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – ANPED, Caxambu, MG, 2010. p. 1 – 15.

FINI, Maria Inês. Sobre a pesquisa qualitativa em educação, que tem a fenomenologia como suporte. *In*: BICUDO, Maria Aparecida Viggiani; ESPÓSITO, Vitória Helena Cunha. (orgs.). **Pesquisa qualitativa em educação**: um enfoque fenomenológico. 2. ed. Piracicaba(SP): Editora UNIMEP, 1997. p. 23 – 33.

FRANÇA, Carlos Marshal; CALDERÓN, Adolfo Ignacio. O Banco Mundial na educação superior brasileira: de ilustre desconhecido nos anos 1980 a protagonista nos anos 1990. **Universidade e Sociedade**, Brasília, DF, n. 52, p. 102-115, jul. 2013.

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. **Análise de conteúdo**. 3. ed. Brasília: Liber Livro, 2008.

FRANZON, Sadi. Os acordos MEC-USAID e a reforma universitária de 1968: as garras da águia na legislação de ensino brasileira. *In*: EDUCERE XII CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 22., Curitiba, PR. **Anais...**, 2015. p. 40619-40632. Disponível em: [https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/21202\\_9057.pdf](https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/21202_9057.pdf). Acesso em: dez. 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 34. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GUIMARÃES, André Rodrigues ; MONTE, Emerson Duarte; FARIAS, Lauremar de Matos. O trabalho docente na expansão da educação superior brasileira... *In*: SEMINÁRIO DA REDE UNIVERSITAS/BR EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR E DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: TENSÕES E DESAFIOS, 22., Natal, RN. **Anais...** Natal (RN): Rede Universitas/BR, 2014. p. 403-456.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **A educação no Brasil na década de 90: 1991-2000** / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Brasília: Inep/MEC, 2003.

JEZINE, Edineide. *et al.* Democratização do acesso à educação superior: a UFPB no período de 1990-2010. *In*: ROTHEN, José Carlos; PINTO E SILVA, Eduardo. (orgs.). **Políticas públicas para a educação superior**. São Paulo: Xamã, 2014. p. 145-160.

JEZINE, Edineide. O estado da arte da pesquisa em política de educação superior nas regiões Norte e Nordeste do Brasil. *In*: ENCONTRO DE PESQUISAS EDUCACIONAIS DO NORTE E NORDESTE (EPENN), 21., 2013, Recife. **Anais...** Recife: EPENN, 2013.

JEZINE, Edineide; BITTAR, Mariluce. **Políticas de educação superior no Brasil: expansão, acesso e igualdade social**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2013.

JEZINE, Edineide; SERRANO, Rossana Maria Souto Maior. O princípio da autonomia universitária na avaliação institucional: entre a emancipação e a regulação. *In*: JEZINE, Edineide; BITTAR, Mariluce. (orgs.) **Políticas de educação superior no Brasil: expansão, acesso e igualdade social**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2013. p. 186-202.

JEZINE, Edineide.; SANTOS, Jailson Batista dos. A dinâmica do acesso à educação superior brasileira: do público ao privado. **Jornal de Políticas Educacionais**. v. 13, n. 25, p. 1 – 18, jul. 2019.

JEZINE, Edineide; FARIAS, Maria da Salete Barboza de; FELINTO, Jislayne Fidelis. Reflexões sobre “expansão x permanência” na UFPB. **Anais do XXIII Seminário Nacional da Rede UNIVERSITAS/ Br. Universidade do Pará**. Belém, PA: 2015. 1051- 1068. Disponível em: <http://www.obeduc.uerj.br/arquivos/AnaisRedeUniversitas2705.pdf>. Acesso em: 8 jan. 2017.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

LÉDA, Denise Lessa; MANCEBO, Deise. Reuni: heteronomia e precarização da universidade e do trabalho docente. **Revista Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 34, n. 1, p. 49 – 64, jan./abr. 2009. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/8457/4922>. Acesso em: 10 jan. 2016.

LEHER, Roberto. **Educação superior minimalista: a educação que convém ao capital no capitalismo dependente**. Disponível em: <http://www.insurgencia.org/educacao-superior-minimalista-a-educacao-que-convem-ao-capital-no-capitalismo-dependente/>. Acesso em: 4 mar. 2018.

LEHER, Roberto. **Um novo senhor da educação?** A política educacional do Banco Mundial para a periferia do capitalismo. Disponível em: <http://outubrorevista.com.br/um-novo-senhor-da-educacao-a-politica-educacional-do-banco-mundial-para-a-periferia-do-capitalismo/>. Acesso em: 21 abr. 2017.

LOIOLA, Francisco A.; BORGES, Cecília. A pedagogia de Paulo Freire ou quando a educação se torna um ato político. In: GAUTHIER, Clermont; TARDIF, Maurice. (Orgs.). **A pedagogia: teorias e práticas da antiguidade aos nossos dias**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. p. 305 – 326.

LUCHMANN, Julio César. Políticas públicas para o ensino superior no Brasil (1994-2006) ... In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – EDUCERE “SABERES DOCENTES” – EDIÇÃO INTERNACIONAL, 7., 2007, Curitiba. **Anais...** Curitiba: Champagnat, 2007.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. Métodos de coletas de dados: observação, entrevista e análise documental. In: LÜDKE, Menga. **Pesquisa qualitativa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MACEDO, Georgia Dantas. A eficácia do Programa nacional de Assistência Estudantil (PNAES) para permanência dos ingressantes do sistema de cotas na UFPB. 2017. Dissertação (Mestrado Profissional) - Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior da UFPB, João Pessoa, 2017.

MACIEL, Alderlândia da Silva; MAZZILLI, Sueli. Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão: percursos de um princípio constitucional. In: 33º REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – ANPED, Caxambu, MG, 2010.

MACIEL, Maria Helena Ribeiro. **Hegemonia, Ajuste Neoliberal e Ensino Superior no Brasil**. 2008. 183f. Tese (doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB.

MAIA, Marcos Felipe Gonçalves; ROCHA, José Damião Trindade. A fenomenologia na pesquisa em educação: um olhar sobre a etnometodologia e a etnopesquisa crítica. **Atos de Pesquisa em Educação**, Blumenau, SC, v. 11, n. 3, p. 718-736. set./dez. 2016.

MANCEBO, Deise. Educação superior no Brasil: expansão e tendências (1995-2014). In: 37º REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – ANPED, Florianópolis, SC, 2015.

MANCEBO, Deise. Políticas de educação superior no Brasil. In: SILVA JÚNIOR, João dos Reis *et al.* (org.) **Educação superior: internacionalização, mercantilização e repercussões em um campo de disputas**. 9. ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015. p. 141-161.

MANCENO, Deise; SILVA JÚNIOR, João dos Reis; OLIVEIRA, João Ferreira de; CATANI, Afrânio Mendes. (orgs.). **Reformas da educação superior**: cenários passados e contradições do presente. São Paulo: Xamã, 2009. v. 1. 150p .

MANCENO, Deise. ; SILVA JÚNIOR, João dos Reis; OLIVEIRA, João Ferreira de. (orgs.). **Reformas e políticas**: educação superior e pós-graduação no Brasil. Campinas: Alínea, 2008.

MARTINS, Raisia Maria de Arruda; SILVA JÚNIOR, João dos Reis. Desenho do reuni na UFES: primeiras aproximações. *In*: SEMINÁRIO DA REDE UNIVERSITAS/BR EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR E DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: TENSÕES E DESAFIOS, 22., Natal, RN. **Anais...** Natal (RN): Rede Universitas/BR, 2014. p. 609 – 628.

MAUÉS, Olgaíses Cabral. Expansão e a internacionalização da educação superior. *In*: 37º REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – ANPED, Florianópolis, SC, 2015.

MAUÉS, Olgaíses Cabral ; SOUZA, José dos Santos; SEGENREICH, Stella Cecilia Duarte. (orgs.). **Expansão da educação superior**: formação e trabalho docente. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2015.

MEC. **Censo da educação superior 2012**: resumo técnico. Brasília, DF: INEP, 2014.

MEC. **Programa de apoio a planos de reestruturação e expansão das universidades federais**: Reuni 2008 – relatório de primeiro ano. Brasília, DF: 2009.

MEDEIROS, Luciene das Graças Miranda. REUNI: uma nova regulação para a expansão da educação superior pública ou um maior controle das universidades federais? *In*: 35ª REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – ANPED, Porto de Galinhas, PE, 2012.

MEDEIROS, Luciene. As políticas de expansão da educação superior como indutoras de novas “arquiteturas acadêmicas”... *In*: SEMINÁRIO DA REDE UNIVERSITAS/BR POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: A EXPANSÃO PRIVADO-MERCANTIL EM QUESTÃO, 23., Belém, PA. **Anais...** Belém (PA): Rede Universitas/BR, 2015. p. 203 – 218.

MEGUINS, Rosimê da Conceição. O apelo ideológico ao fetichismo acadêmico: a moeda de troca das políticas neoliberais para a educação superior. *In*: 37ª REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – ANPED, Florianópolis, SC, 2015.

MÉSZAROS, István. **A educação para além do capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MINTO, Lalo Watanabe. Dimensões do público e do privado nas reformas para o ensino superior nos anos de 1990. *In*: MINTO, Lalo Watanabe. **As reformas do ensino superior no Brasil: o público e o privado em questão**. Campinas, SP: Autores Associados, 2006. p. 213 – 273.

NORONHA, Dayse Pires *et al.* Egressos dos programas de pós-graduação em Ciência da Informação: por onde andam os doutores? **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 14, n. 2, p. 94-107, maio./ago., 2009.

OLIVEIRA, Bernardina Maria Juvenal Freire de. Pesquisa qualitativa: possibilidades nas organizações aprendentes. *In*: BRENNAND, Edna Gusmão de Góes. (org.). **Gestão aprendente: cenários convergentes**. João Pessoa: Editora UFPB, 2017. p. 379 - 429.

OLIVEIRA E SILVA, Jovânia Marques de; LOPES, Regina Lúcia Mendonça; DINIZ, Normélia Maria Freire. Fenomenologia. **Rev Bras Enferm**, Brasília, n.61, v. 2, p. 254-257, mar./abr., 2008.

OLIVEIRA, João Ferreira de; FERREIRA, Suely. Universidades federais no Brasil: finalidades sociais e gestão universitária. *In*: ROTHEN, José Carlos; PINTO E SILVA, Eduardo. (orgs.). **Políticas públicas para a educação superior**. São Paulo: Xamã, 2014. p. 189-205.

PAIXÃO, Maria do Socorro Estrela. Estado capitalista e gestão da educação no contexto neoliberal. *In*: CASTRO, Maria Duarte Araújo; STAMATTO, Maria Inês Sucupira. (orgs.). **A gestão da educação brasileira [recurso eletrônico]: políticas e programas**. Natal, RN: EDUFRN, 2015. p. 43 – 64. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui>. Acesso em: dez. 2018.

PAULA, Allison Slider do Nascimento de. A degradação da universidade: a educação superior a serviço do capital. **Universidade & Sociedade**, ano XXIV, n. 56, p. 58 - 69, ago. 2015.

PEREIRA, João Márcio Mendes. Dimensões da história do Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro. Rio do Janeiro, **Cad. Saúde Pública**, n. 34, v. 2, 2018.

PEREIRA, Raphael Lacerda de Alencar; CASTRO, Alda Maria Duarte A. Contratos de gestão nas universidades federais: implementando novas formas de gerenciamento. *In*: SEMINÁRIO DA REDE UNIVERSITAS/BR EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR E DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: TENSÕES E DESAFIOS, 22., Natal, RN. **Anais...** Natal (RN): Rede Universitas/BR, 2014. p. 208 – 223.

PERONI, Vera. **Política educacional e papel do Estado no Brasil dos anos 1990**. São Paulo: Xamã, 2003.

PINTO, Álvaro Vieira. **Ciência e existência**: problemas filosóficos da pesquisa científica. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

PRATES, Antonio Augusto Pereira; COLLARES, Ana Cristina Murta. **Desigualdade e expansão do ensino superior na sociedade contemporânea**: o caso brasileiro do final do século XX ao princípio do século XXI. Belo Horizonte: Fino Traço, 2014.

PRESTES, Emília Maria da Trindade; JEZINE, Edineide; SCOCUGLIA, Afonso Celso. Democratização do ensino superior brasileiro: o caso da Universidade Federal da Paraíba. **Revista Lusófona de Educação**, 21, p. 199-218, 2012.

REAL, Giselle Cristina Martins. Expansão e avaliação na fronteira: efeitos da política de educação superior. *In*: 36ª REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – ANPED, Goiânia, GO, 2013.

ROBAINA, Carlos Roberto de Souza. O conceito de contradição em Hegel e seu desdobramento na obra de Marx. 2013. 108f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Programa de Pós-Graduação em Filosofia - Faculdade de Filosofia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS.

ROCHA, Cláudio Martin. O REUNI e a precarização do trabalho docente. **Revista Administração Educacional**, Recife-PE, v.9, n.1, p. 190-205. jan/jun. 2018.

SAMPAIO, Helena. **A evolução do ensino superior**: 1808-1990. Disponível em: <http://nupps.usp.br/downloads/docs/dt910.pdf>. Acesso em: jun. 2020.

SAVIANI, Dermeval. Expansão do ensino superior no Brasil: mudanças e continuidades. **Poíeses pedagógica**. Goiás: 2010. p. 4-17. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/poiesis/article/view/14035>. Acesso: 13 jun. 2020.

SAVIANI, Demerval. Sistema Nacional de Educação: o lugar da educação superior. **educativa**, Goiânia, v. 13, n. 1, p. 45-66, jan./jun. 2010. Disponível em: <http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/educativa/article/view/1244/860>. Acesso em: 10 ago. 2019.

SGUISSARDI, Valdemar. **Estudo diagnóstico da política de expansão da (e acesso à) educação superior no Brasil 2002-2012**. Piracicaba: Projeto OEI/BRA/10/002, 2014.

SGUISSARDI, Valdemar. Modelo de expansão da educação superior no Brasil: predomínio privado/mercantil e desafios para a regulação e a formação universitária. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 29, n. 105, p. 991-1022, dez. 2008.

SGUISSARDI, Valdemar. Reforma universitária no Brasil – 1995 – 2006: precária trajetória e incerto futuro? **Educ. Soc.**, Campinas, SP, v. 27, n. 96, Especial, p. 1021

– 1056. out. 2006. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: jan. 2020.

SCHWARTZMAN, Simon. A universidade clássica e seu papel atual. In: SEMINÁRIO “A EDUCAÇÃO SUPERIOR NA AMÉRICA LATINA E OS DESAFIOS DO SÉCULO XXI”, Campinas, SP, 2015. p. 1 – 8. Disponível em: [http://archive.org/details/lugardaunivclassica\\_201511](http://archive.org/details/lugardaunivclassica_201511). Acesso em: jun. 2020.

SILVA, Hiran Francisco Oliveira Lopes da. **Ajuste Estrutural e Educação Superior no Brasil: Princípios Negados**. 2007. 210f. Tese (doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2007.

SILVA, Josielle Soares da; CASTRO, Alda Maria Duarte A. Programa de apoio a planos de reestruturação e expansão das Universidades federais (REUNI): um estudo da expansão na UFRN. In: SEMINÁRIO DA REDE UNIVERSITAS/BR EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR E DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: TENSÕES E DESAFIOS, 22., Natal, RN. **Anais...** Natal (RN): Rede Universitas/BR, 2014. p. 153-177.

SILVA JÚNIOR, João dos Reis. A mundialização da produção do valor e a racionalidade das reformas da educação. In: ALMEIDA, M<sup>a</sup> de Lourdes Pinto de; PEREIRA, Elisabete Monteiro de Aguiar. (orgs.). **Políticas educacionais de ensino superior no século XXI: um olhar transnacional**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2011. p. 21-69.

SILVA JÚNIOR, João dos Reis. **Pragmatismo e populismo na educação superior: nos governos FHC e Lula**. São Paulo: Xamã, 2005.

SOARES, Maria Susana Arrosa. (coord.). **A educação superior no Brasil**. Porto Alegre: IESALC, 2002.

SOUZA, Alexandre de Albuquerque; CARVALHO, Rejane Gomes. A universidade pública no Brasil atual: considerações sobre o REUNI. In: PAIVA, Simone Bastos; DUARTE, Emeide Duarte. **Gestão universitária em foco: uma abordagem teórica e prática**. João Pessoa: Ed. Universitária da UFPB, 2012. p. 19 – 36.

SOUZA, Edinilza Magalhães da Costa. Organismos internacionais e as políticas da educação superior. In: SEMINÁRIO DA REDE UNIVERSITAS/BR POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: A EXPANSÃO PRIVADO-MERCANTIL EM QUESTÃO, 23., Belém, PA. **Anais...** Belém (PA): Rede Universitas/BR, 2015.

SOUZA, Francisco das Chagas. **Modernização e biblioteconomia nova no Brasil**. Florianópolis: CED/UFSC, 2003.

SOUZA, José Vieira de. Aumento de vagas ociosas na educação superior brasileira (2003- 2008): redução do poder indutor da expansão via setor privado? In: 33<sup>a</sup>

REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – ANPED, Caxambú, MG, 2010. p. 1-15.

STROPPER, Maria Terezinha Dalbem. O capitalismo pós-1990 e a emergência de novos pólos de poder. **Para Onde!?**, Porto Alegre (RS), v. 6, n.1, p. 44-51, jan./jun. 2012.

TACHIBANA, Thiago Yudi; MENEZES FILHO, Naercio; KOMATSU, Bruno. Ensino Superior no Brasil. **Policy Paper**, nº 14. São Paulo, SP: 2015.

TONEGUTTI, Claudio Antonio; MARTINEZ, Milena . O REUNI e a precarização nas IFES. Brasília, DF, **Universidade e Sociedade**, ano XVII, n. 41, p. 51 – 6, jan. 2008.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. **Projeto UFPB – REUNI**. João Pessoa: Gabinete do Reitor, 2007.

VARGAS, Hustana Maria; PAULA, Maria de Fátima Costa de. Novas fronteiras na democratização da educação superior: o dilema trabalho e estudo. In: 34º REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓSGRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – ANPED, Natal, RN, 2011.

VIEIRA, Emilia Peixoto. As mudanças no mundo do trabalho e o impacto no trabalho dos professores do ensino superior público. **EccoS – Rev. Cient.**, São Paulo, n. 30, p. 55-73, jan./abr. 2013.

WAISMANN, Moisés; CORSETTI, Berenice. O Banco Mundial e as políticas públicas para o ensino superior no Brasil: um estudo a partir de trajetória dos docentes... In: 36ª REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – ANPED, Goiânia, GO, 2013.

WESKA, Adriana Rigon *et al.* Análise sobre a expansão das Universidades Federais 2003 a 2012. Brasília: MEC, 2012. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=12386-analise-expansao-universidade-federais-2003-2012-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=12386-analise-expansao-universidade-federais-2003-2012-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 2 nov. 2015.

XAVIER, Fátima. Vagas nas universidades públicas: expansão versus precarização. **Revista Andes-SN**, Brasília, DF, Dossiê Nacional 3, p. 84-93, abr. 2013.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001

## **APÊNDICES**

## APÊNDICE A - Roteiro de Entrevista Semi-Estruturada

|                                                                                             |
|---------------------------------------------------------------------------------------------|
| <p align="center"><b>ROTEIRO DE ENTREVISTA</b><br/><b>(Elaborado pela pesquisadora)</b></p> |
|---------------------------------------------------------------------------------------------|

1º Qual a sua visão acerca do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) implantado em 2007 na UFPB/CAMPUS I?

2º A partir da sua prática educativa na universidade, que mudanças se processaram no trabalho docente na UFPB/CAMPUS I com a implantação do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) em 2007?

3º Quais eram as condições de infraestrutura da UFPB no período anterior ao Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), nos anos de 2003-2006?

4º Quais eram as condições de infraestrutura da UFPB no período posterior ao Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), nos anos de 2013-2016?

5º Em sua opinião, que impactos o REUNI trouxe para o trabalho docente no que se refere à dimensão pedagógica? Permanência dos discentes no curso, mobilidade acadêmica, intercâmbio, carga horária?

6º. Que considerações você faz das condições de trabalho após a implantação do REUNI? Que modificações ocorreram?

6.1 dimensões da infraestrutura (ambiente precário, ventilação das salas de aula, iluminação, etc);

6.2 recursos tecnológicos (estão disponíveis para contribuir para a construção de uma nova ordem social ou na manutenção do que existe, por exemplo? Processo de ensino-aprendizagem)

6.3 recursos pedagógicos (materiais como xerox, livros, didáticos?)

6.4 implicações do projeto pedagógico do Curso ditados pelas políticas oficiais.

**APÊNDICE B** - Quadro 14 - 37ª. Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação em Educação – ANPED/Ano do Evento – 2015 - 04 a 08 de outubro, UFSC – Florianópolis.

| Título do Evento                                                    | <b>PNE: tensões e perspectivas para a educação pública brasileira</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       |
|---------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| GT11 – <b>Política de educação superior</b><br>Trabalho Encomendado | Roberto Leher - Movimentos Sociais, padrão de acumulação e crise da universidade                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |
| Trabalhos Apresentados                                              | <p>*1 O apelo ideológico ao fetichismo acadêmico: a moeda de troca das políticas neoliberais para a educação superior</p> <p>*2 Do PROEMI ao ensino superior: percepção de estudantes</p> <p>*3 Entre o público e o privado: os caminhos do ensino superior no Brasil e em Portugal</p> <p>*4 Trabalho docente e concepções de universidade: materialidades da reforma da educação superior na UFPA</p> <p>*5 Movimentos de expansão dos programas de pós-graduação (<i>stricto sensu</i>) no sudoeste do Paraná</p> <p>*6 O financiamento das instituições estaduais de ensino superior no estado do Paraná: uma análise comparativa (1995-2014)</p> <p>*7 Educação superior, internacionalização e qualidade: <i>ahelo</i>: Enade global ou <i>pisa</i> da educação superior?</p> <p>*8 As transformações no trabalho docente da universidade do Estado de Minas Gerais frente às reformas de estado e da educação dos anos 2000</p> <p>*9 Dívida educacional social frente às demandas de ensino superior no Brasil: é possível calcular?</p> <p>*10 A coordenação de curso de graduação – o curso de direito</p> <p>*11 Institutos Federais e crise de identidade: o caso do IFC – <i>CAMPUS</i> Rio do Sul</p> <p>*12 Reflexões sobre o magistério superior no instituto federal de educação, ciência e tecnologia</p> <p>*13 Programa estudante convênio de graduação (PEC-G) : de um Programa da década de 1960 para uma política Educacional</p> <p>*14 Formação <i>stricto sensu</i> no PNE: metas tangíveis?</p> <p>*15 A problemática da evasão em cursos de graduação em uma universidade privada</p> <p>*16 A expansão e a internacionalização da educação superior</p> <p>*17 Acesso à educação superior e ativismo judicial: análise das decisões do TJMS</p> <p>*18 Educação superior no Brasil: expansão e tendências (1995-2014)</p> <p>*19 Do patrimonialismo ao “neopatrimonialismo” gerencial: o caso da universidade estadual de Goiás</p> <p>*20 O ensino superior na tramitação do Plano Nacional de Educação – 2014-2024</p> <p>*21 O trabalho docente no processo de financeirização da educação superior: o caso da Kroton no Espírito Santo</p> |

|                   |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |
|-------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|                   | <p>*22 Modelo de oferta de licenciatura a distância em universidades federais na UAB</p> <p>*23 O discurso oficial no programa de inclusão com mérito no acesso ao ensino superior paulista (PIMESP): análise crítica de uma política rechaçada</p>                                                                                                           |
| Categorias        | *Política neoliberal; * Ensino Superior; * PNE; * Expansão; * Educação Superior no Brasil                                                                                                                                                                                                                                                                     |
| Textos Escolhidos | <p>*1 O apelo ideológico ao fetichismo acadêmico: a moeda de troca das políticas neoliberais para a educação superior</p> <p>*16 A expansão e a internacionalização da educação superior;</p> <p>*18 Educação superior no Brasil: expansão e tendências (1995-2014);</p> <p>*20 O ensino superior na tramitação do Plano Nacional de Educação – 2014-2024</p> |

**Fonte:** Da pesquisa em Sites da Rede Universitas/Br e ANPED.

**APÊNDICE C – Quadro 15 – 36ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação em Educação – ANPED/Ano do Evento – 2013 – 29/09 a 02/10 – Goiânia/GO**

| Título do Evento                                                    | <b>Sistema Nacional de Educação e Participação Popular: desafios para as políticas educacionais</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |
|---------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| GT11 – <b>Política de educação superior</b><br>Trabalho Encomendado | Internacionalização da educação superior e a transformação da universidade no novo cenário global<br>Dr Tristan McCowan -Institute of Education, University of London                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |
| Trabalhos Apresentados                                              | <ul style="list-style-type: none"> <li>*1 Políticas de democratização da educação superior: análise do programa de integração e de inclusão étnico-racial (PIIER) da UNEMAT</li> <li>* 2 A expansão da educação superior privada no estado do Rio de Janeiro</li> <li>* 3 A expansão da educação superior no Brasil e as políticas de formação de professores</li> <li>* 4 A Anhanguera educacional participações sociedade anônima (AESAPAR), o processo de formação de monopólio e seus impactos na UNIDERP</li> <li>* 5 Extensão universitária e educação básica</li> <li>* 6 Universalização da Educação Superior em Cuba: Contribuições da Política de Formação Docente ao Programa de Apoio às Licenciaturas em Educação do Campo, no Brasil</li> <li>* 7 O Banco Mundial e as políticas públicas para o ensino superior no Brasil: um estudo a partir de trajetória dos docentes, da relação dos concluintes e da remuneração dos trabalhadores com ensino superior (1995/2010)</li> <li>* 8 Expansão e avaliação na fronteira: efeitos da política de educação superior</li> <li>* 9 Políticas públicas de permanência na educação superior brasileira nos anos 2000</li> <li>* 10 Estudantes de pós-graduação no Brasil: distribuição por sexo e cor/raça a partir dos censos demográficos 2000 e 2010.</li> <li>* 11 Extensão universitária e saberes mobilizados no ensino superior: um olhar para os documentos “oficiais”</li> </ul> |
| Categorias                                                          | * Educação Superior no Brasil; * Políticas públicas para o ensino superior; * Banco Mundial; * Expansão da educação superior no Brasil                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |
| Textos Escolhidos                                                   | <ul style="list-style-type: none"> <li>* 3 A expansão da educação superior no Brasil e as políticas de formação de professores</li> <li>* 7 O Banco Mundial e as políticas públicas para o ensino superior no Brasil: um estudo a partir de trajetória dos docentes, da relação dos concluintes e da remuneração dos trabalhadores com ensino superior (1995/2010);</li> <li>* 8 Expansão e avaliação na fronteira: efeitos da política de educação superior</li> <li>* 9 Políticas públicas de permanência na educação superior brasileira nos anos 2000</li> </ul>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |

**Fonte:** Da pesquisa em Sites da Rede Universitas/BR e ANPED.

**APÊNDICE D - Quadro 16 - 35ª. Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação em Educação – ANPED/Ano do Evento – 2012 - 21 a 24 de Outubro/Porto de Galinhas /PE**

| Título do Evento                                                    | <b>Educação, Cultura, Pesquisa e Projetos de Desenvolvimento: o Brasil do século XXI</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |
|---------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| GT11 – <b>Política de educação superior</b><br>Trabalho Encomendado | Licínio C. Lima (UMINHO, Portugal)- A Universidade gestonária: hibridismo institucional e adaptação ao ambiente competitivo                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |
| Trabalhos Apresentados                                              | <ul style="list-style-type: none"> <li>* 1 Democratização do acesso à educação superior: o REUNI no contexto da prática</li> <li>* 2 REUNI: uma nova regulação para a expansão da educação superior pública ou um maior controle das universidades federais?</li> <li>* 3 A economia baseada no “cercamento” do conhecimento: globalização, seigniorage e mercadorias fictícias</li> <li>* 4 Do internacional ao local: desafios da Pós-Graduação no Brasil</li> <li>* 5 A mercantilização da educação superior brasileira e as estratégias de mercado das IES lucrativas</li> <li>* 6 A expansão do segmento privado-mercantil na educação superior brasileira: o caso da Estácio de Sá</li> <li>* 7 A inserção dos Programas de Pós-Graduação em Teologia no sistema CAPES: consequências para o campo</li> <li>* 8 Avaliação da avaliação da Pós-Graduação em Educação no Brasil: quanta verdade é suportável?</li> <li>* 9 Influências da avaliação no conhecimento produzido pelos pesquisadores nas redes de pesquisa</li> <li>* 10 Embates paradigmáticos: discutindo o AVALIES/SINAES</li> <li>* 11 Políticas públicas de educação superior a distância: um estudo preliminar das causas de evasão em curso de pedagogia a distância no âmbito do sistema Universidade Aberta do Brasil</li> <li>* 12 Política de expansão dos Cursos Superiores de Tecnologia: nova face de educação profissional e tecnológica</li> </ul> |
| Categorias                                                          | * Expansão; * Globalização; * Educação Superior; *REUNI                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |
| Textos Escolhidos                                                   | <ul style="list-style-type: none"> <li>*1 Democratização do acesso à educação superior: o REUNI no contexto da prática</li> <li>* 2 REUNI: uma nova regulação para a expansão da educação superior pública ou um maior controle das universidades federais?</li> </ul>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |

**Fonte:** Da pesquisa em Sites da Rede Universitas/BR e ANPED.

**APÊNDICE E -Quadro 17 - 34ª. Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação em Educação – ANPED/Ano do Evento – 2011 - 02 a 05 de Outubro em Natal/RN**

| Título do Evento                                                    | Educação e Justiça Social                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |
|---------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| GT11 – <b>Política de educação superior</b><br>Trabalho Encomendado | Políticas de Ciência e Tecnologia e Políticas de Educação no Brasil: convergências, divergências e perspectivas<br>Luciano Mendes de Faria Filho (UFMG)                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |
| Trabalhos Apresentados                                              | <p>*1 Políticas de formação de professores no país: será o PROUNI o novo protagonista da formação de mão de obra docente?</p> <p>* 2 A educação superior no Plano Nacional de Educação, 2011-2020: a proposta do executivo</p> <p>* 3 EAD no sistema de educação superior: questões para a agenda 2011 – 2020</p> <p>* 4 A política de educação profissional do governo lula: novos caminhos da educação superior</p> <p>* 5 Programas de pós-graduação interdisciplinares: contextos e pretextos</p> <p>* 6 A inclusão social à universidade brasileira: pontos de inflexão e encaminhamentos acerca das políticas de ações afirmativas</p> <p>*7 Novas fronteiras na democratização da educação superior: o dilema trabalho e estudo</p> <p>* 8 Racionalidades e práticas no uso dos resultados do ENADE 2008: o caso dos cursos de licenciatura da universidade de Brasília</p> <p>* 9 O financiamento das IFES brasileiras e o custo do aluno em FHC e LULA</p> <p>* 10 Estudos sobre políticas públicas em educação na pós-graduação brasileira: principais teorias e teóricos discutidos nos programas de excelência (capes 2004 – 2006)</p> <p>* 11 A reforma do ensino superior francês e os impactos no trabalho docente: experiências para a realidade brasileira</p> <p>* 12 Uma análise crítica do financiamento do PROUNI: instrumento de estímulo à iniciativa privada e/ou democratização do acesso à educação superior?</p> <p>* 13 Identidade universitária, pesquisa e pós-graduação: as propostas defendidas pelo NUPES</p> <p>* 14 Acadêmicos indígenas em mato grosso do sul – saberes tradicionais e as lutas por autonomia de seus povos</p> |
| Categorias                                                          | * Educação Superior; * Reforma do Ensino Superior;                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |
| Textos Escolhidos                                                   | <p>2* A educação superior no plano nacional de educação, 2011-2020: a proposta do executivo</p> <p>4* A política de educação profissional do governo lula: novos caminhos da educação superior</p> <p>*15 O projeto do Executivo para o PNE 2011-2010: estratégias de enfrentamento à hegemonia neoliberal para que a universidade pública não seja silenciada</p>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |

**Fonte:** Da pesquisa em Sites da Rede Universitas/BR e ANPED.

**APÊNDICE F - Quadro 18 - 33ª. Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação em Educação – ANPED/Ano do Evento – 2010 - 17 a 20 de Outubro em Caxambu/MG**

| Título do Evento                                             | Educação no Brasil: o balanço de uma década                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |
|--------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| GT11 – Política de educação superior<br>Trabalho Encomendado | Intensidade no trabalho docente<br>Sadi Dal Rosso (UNB)                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |
| Trabalhos Apresentados                                       | <p>*1 A nova regulação educacional e o trabalho docente na pós-graduação Brasileira</p> <p>* 2 Aumento de vagas ociosas na educação superior brasileira (2003-2008): redução do poder indutor da expansão via setor privado?</p> <p>* 3 A avaliação da educação superior na fronteira Brasil Paraguai: considerações sobre a construção de um espaço comum</p> <p>* 4 Avaliação institucional participativa: entraves e possibilidades no contexto da universidade</p> <p>* 5 Configurações da pós-graduação no Brasil: o programa de pós-graduação em educação da Unesp de Marília e o momento histórico de sua reestruturação</p> <p>* 6 Currículo universitário: o que pensam os docentes?</p> <p>* 7 Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão: percursos de um princípio constitucional</p> <p>* 8 O NUPES e avaliação da educação superior: concepções, propostas e posicionamentos públicos</p> <p>* 9 O programa universidade para todos e a ampliação do acesso ao ensino superior: diferentes discursos, difíceis consensos</p> <p>* 10 O PROUNI e a “democratização do ensino superior”: explorações empíricas e conceituais</p> <p>* 11 O trabalho do professor em face da organização do curso de pedagogia no centro universitário de Campo Grande/MS: as possibilidades e os limites da utilização dos textos clássicos no ensino superior</p> <p>* 12 Quem disse que a classe média se preocupa com a universidade? uma análise dos protótipos sobre educação superior na veja (1995-2008)</p> <p>* 13 Reforma da educação superior no Brasil e na Europa: em debate novos papéis sociais para as universidades</p> |
| Categorias                                                   | * Educação superior; Reforma da educação superior no Brasil; *Expansão                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |
| Textos Escolhidos                                            | <p>* 9 O programa universidade para todos e a ampliação do acesso ao ensino superior: diferentes discursos, difíceis consensos</p> <p>* 13 Reforma da educação superior no Brasil e na Europa: em debate novos papéis sociais para as universidades</p>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |

**Fonte:** Da pesquisa em Sites da Rede Universitas/BR e ANPED.

**APÊNDICE G - Quadro 19 - Anais do XXIII do Seminário Nacional da Rede Universitas/BR - Ano do Evento – 2015 - 20 a 23 de maio em Belém/PA – Eixo 2**

|                        |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                |
|------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Título do Evento       | <b>Políticas de Educação Superior no Brasil: a expansão privado-mercantil em questão</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       |
| <b>Eixo 2</b>          | <b>ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL E ACADEMICA NA EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |
| Trabalhos Apresentados | <p>*1 A organização institucional e acadêmica e a formação de professores</p> <p>*2 As políticas de expansão da educação superior como indutoras de novas “arquiteturas acadêmicas” nas universidades públicas federais</p> <p>*3 Expansão da educação superior: tessituras e identidades dos institutos federais de educação, ciência e tecnologia no Brasil</p> <p>*4 Expansão dos cursos de licenciatura e organização institucional e acadêmica nos estados do Pará e rio grande do norte.</p> <p>*5 Organismos internacionais e as políticas da educação superior</p> <p>*6 Os institutos federais e a formação de professores: um estudo no estado do estado do Rio de Janeiro</p> <p>*7 Políticas de formação docente no Pará: o PARFOR em destaque</p> |
| Categorias             | <p>*Organismos internacionais; *Expansão da Educação Superior;</p> <p>*Políticas de Expansão</p>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |
| Textos Escolhidos      | <p>*5 Organismos internacionais e as políticas da educação superior</p> <p>*2 As políticas de expansão da educação superior como indutoras de novas “arquiteturas acadêmicas” nas universidades públicas federais</p>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          |

**Fonte:** Da pesquisa no Site da Rede Universitas/BR.

**APÊNDICE H - Quadro 20 - Anais do XXIII do Seminário Nacional da Rede Universitas/BR - Ano do Evento – 2015 - 20 a 23 de maio em Belém/PA – Eixo 4**

|                        |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |
|------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Título do Evento       | <b>Políticas de Educação Superior no Brasil: a expansão privado-mercantil em questão</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |
| <b>EIXO 4</b>          | <b>TRABALHO DOCENTE NA EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |
| Trabalhos Apresentados | <p>*1 “É pro interior, vamos expandir de qualquer jeito”: algumas reflexões sobre a interiorização em uma universidade federal</p> <p>*2 A flexibilização, fragmentação e precarização dos processos de trabalho no EAD: o caso CEDERJ</p> <p>*3 A participação dos professores na gestão das universidades portuguesas: entre o colegiado e o gerenciado</p> <p>*4 A reflexividade de Donald Schön e as políticas para formação de professores no Brasil na década de 1990</p> <p>*5 Aparentamentos narrativos sobre o cotidiano docente</p> <p>*6 Contradições e mediações na educação a distância: o trabalho do professor e do tutor</p> <p>*7 Individualismo, normopatia e degradação do coletivo: análise de uma crise de gestão departamental no contexto de expansão universitária</p> <p>*8 Nem tudo são flores ou cascalhos: as relações entre sofrimento-prazer nas atividades que compõem o ofício do professor da pós-graduação da UNESP</p> <p>*9 O trabalho do professor pesquisador jovem-doutor na pós-graduação</p> <p>*10 A intensificação do trabalho docente na UFPA</p> <p>*11 Trabalho docente precarizado: um panorama atual da situação dos contratos de professores substitutos na UFF</p> <p>*12 UERJ em tempo presente: tecendo reflexões sobre o trabalho docente no contexto neoliberal</p> <p>*13 “Os que permanecem são os guerreiros”: algumas considerações sobre a interiorização da UFMA</p> |
| Categorias             | *Expansão; * Educação Superior                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |
| Texto Escolhido        | *1 “É pro interior, vamos expandir de qualquer jeito”: algumas reflexões sobre a interiorização em uma universidade federal                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |

**Fonte:** Da pesquisa no Site da Rede Universitas/BR.

**APÊNDICE I - Quadro 21 - Anais do XXII do Seminário Nacional da Rede Universitas/BR - Ano do Evento – 2014 - 21 a 23 de maio em Natal/RN – Eixo 2**

|                        |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |
|------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Título do Evento       | <b>Expansão da Educação Superior e da Educação Profissional: tensões e desafios</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |
| <b>EIXO 2</b>          | <b>ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL E ACADEMICA NA EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |
| Trabalhos Apresentados | <p>*1 A expansão da educação superior e a formação de professores na voz dos egressos do PROHACAP</p> <p>* 2 Organização acadêmica e expansão da educação superior brasileira no período Pós-LDB: um estudo sobre a formação docente em exercício na educação básica</p> <p>* 3 A formação de professores nos institutos federais de educação: velhos caminhos ou novas possibilidades?</p> <p>*4 Programa de apoio a planos de reestruturação e expansão das universidades federais (REUNI): um estudo da expansão na UFRN</p> <p>*5 Sobre estratégias, marcos e arquiteturas acadêmicas na expansão da educação superior brasileira: possibilidades na formação de professores</p> <p>*6 Marcos legais da federalização das universidades brasileiras</p> <p>*7 Contratos de gestão nas universidades federais: implementando novas formas de gerenciamento</p> |
| Categorias             | *Expansão da Educação Superior; *REUNI *Gestão nas Universidades Federais                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |
| Textos Escolhidos      | <p>* 2 Organização acadêmica e expansão da educação superior brasileira no período Pós-LDB: um estudo sobre a formação docente em exercício na educação básica</p> <p>* 6 Marcos legais da federalização das universidades brasileiras</p> <p>*4 Programa de apoio a planos de reestruturação e expansão das universidades federais (REUNI): um estudo da expansão na UFRN</p> <p>*7 Contratos de gestão nas universidades federais: implementando novas formas de gerenciamento</p>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |

**Fonte:** Da pesquisa no Site da Rede Universitas/BR.

**APÊNDICE J - Quadro 22 - Anais do XXII do Seminário Nacional da Rede Universitas/BR - Ano do Evento – 2014 - 21 a 23 de maio em Natal/RN – Eixo 4**

| Título do Evento       | <b>Expansão da Educação Superior e da Educação Profissional: tensões e desafios</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |
|------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>EIXO 4</b>          | <b>TRABALHO DOCENTE NA EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |
| Trabalhos Apresentados | <p>*1 Prazer e sofrimento no trabalho do professor substituto nas universidades federais brasileiras</p> <p>* 2 O trabalho docente na expansão da educação superior brasileira: entre o produtivismo acadêmico, a intensificação e a precarização do trabalho</p> <p>* 3 Processo de reestruturação e expansão em uma IFES: repercussões no trabalho docente</p> <p>* 4 UERJ em construção: memórias, associativismo e trabalho docente</p> <p>* 5 Anotações prévias sobre as semelhanças e as singularidades entre os modos de resistência dos docentes diante das reformas nas instituições de ensino superior do Brasil e de Portugal</p> <p>* 6 Reestruturação e expansão da educação superior: “a política é de você dar uma precarizada no trabalho docente”</p> <p>*7 O processo de expansão das universidades brasileiras e os impactos no trabalho docente: elementos para análise da Universidade Federal do Tocantins</p> <p>*8 Produção de conhecimento e neoliberalismo: as mudanças na universidade pública</p> <p>*9 Intensificação e precarização do trabalho docente na UFF: analisando o caso da faculdade de educação</p> <p>*10 Trabalho docente na expansão da educação superior: a relação prazer/sofrimento no trabalho de professores-pesquisadores das ciências tecnológicas e das ciências sociais</p> <p>*11 O trabalho docente no EAD: o caso do CEDERJ – parte I</p> <p>*12 O trabalho docente no EAD: o caso do CEDERJ – parte II</p> <p>*13 O redesenho das universidades públicas: regional catalão da Universidade Federal de Goiás</p> <p>*14 O desenho do reuni na UFES: primeiras aproximações</p> <p>*15 A intensificação do trabalho docente no ensino superior: o caso da UNESP de São José do Rio Preto</p> <p>*16 As transformações do mundo do trabalho e as repercussões na educação profissional: a transição dos CEFETS para os IFETS</p> |
| Categorias             | *Expansão da Educação Superior; *Neoliberalismo; * REUNI; *Expansão                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |
| Textos Escolhidos      | <p>* 3 Processo de reestruturação e expansão em uma IFES: repercussões no trabalho docente</p> <p>* 6 Reestruturação e expansão da educação superior: “a política é de você dar uma precarizada no trabalho docente”</p> <p>*7 O processo de expansão das universidades brasileiras e os impactos no trabalho docente: elementos para análise da Universidade Federal do Tocantins</p> <p>*14 O desenho do reuni na UFES: primeiras aproximações</p>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |

**Fonte:** Da pesquisa no Site da Rede Universitas/BR.

**APÊNDICE K - Quadro 23 – Coletânea do XXI Seminário Nacional da rede Universitas/Br - Ano do Evento – 2013 - 29 a 31 de maio em São Carlos/SP-UFScar**

| Título do Evento       | <b>Políticas públicas para a Educação Superior: expansão e internacionalização</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |
|------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|                        | <b>COLETÂNEA</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |
| Trabalhos Apresentados | <p>*1 Apresentação: reflexões sobre a expansão da universidade pública e do ensino superior no Brasil</p> <p>* 2 Financiamento da educação superior: o percurso e os percalços da Universidade Estadual de Goiás</p> <p>* 3 Universidade Aberta do Brasil: pontos para reflexão</p> <p>* 4 Acreditação da educação superior no Mercosul: considerações iniciais</p> <p>*5 Universidade Estadual de Goiás: desafios, dilemas e perspectivas</p> <p>* 6 A contradição entre a qualificação e a prática docente no contexto da expansão da Pós-Graduação</p> <p>* 7 Apontamentos preliminares sobre o trabalho docente no ensino a distância: o caso do CEDERJ</p> <p>* 8 Repercussões da expansão das IFES no trabalho docente</p> <p>* 9 Cotas para negros na UNEMAT: ensino superior, ação afirmativa e novos desafios para a permanência</p> <p>* 10 Democratização do acesso à educação superior: a UFPB no período de 1990-2010</p> <p>* 11 Democratização do acesso à educação superior: o PIIEER nas vozes dos sujeitos</p> <p>* 12 O curso de Pedagogia/PARFOR e a formação de professores do campo</p> <p>*13 Universidades Federais no Brasil: finalidades sociais e gestão universitária</p> <p>* 14 Acesso das populações do campo à universidade pública: o caso da UFPA</p> |
| Categorias             | *Expansão do Ensino Superior;* Educação Superior; *Acesso à educação superior                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |
| Textos Escolhidos      | <p>*1 Apresentação: reflexões sobre a expansão da universidade pública e do ensino superior no Brasil</p> <p>* 4 Acreditação da educação superior no Mercosul: considerações iniciais</p> <p>* 10 Democratização do acesso à educação superior: a UFPB no período de 1990-2010</p> <p>*13 Universidades Federais no Brasil: finalidades sociais e gestão universitária</p>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |

Fonte: Dados da pesquisa consultadas no Site: [http://www.obeduc.uerj.br/?page\\_id=536](http://www.obeduc.uerj.br/?page_id=536)

**ANEXOS**

**ANEXO A – DECRETO Nº 6.096, DE 24 DE ABRIL DE 2007/REUNI*****Legislação Informatizada - DECRETO Nº 6.096, DE 24 DE ABRIL DE 2007 -  
Publicação Original*****DECRETO Nº 6.096, DE 24 DE ABRIL DE 2007**

Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso VI, alínea "a", da Constituição, e considerando a meta de expansão da oferta de educação superior constante do item 4.3.1 do Plano Nacional de Educação, instituído pela Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica instituído o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI, com o objetivo de criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais.

§ 1º O Programa tem como meta global a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para noventa por cento e da relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor para dezoito, ao final de cinco anos, a contar do início de cada plano.

§ 2º O Ministério da Educação estabelecerá os parâmetros de cálculo dos indicadores que compõem a meta referida no § 1º.

Art. 2º O Programa terá as seguintes diretrizes:

I - redução das taxas de evasão, ocupação de vagas ociosas e aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno;

II - ampliação da mobilidade estudantil, com a implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem a construção de itinerários formativos, mediante o aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre instituições, cursos e programas de educação superior;

III - revisão da estrutura acadêmica, com reorganização dos cursos de graduação e atualização de metodologias de ensino-aprendizagem, buscando a constante elevação da qualidade;

IV - diversificação das modalidades de graduação, preferencialmente não voltadas à profissionalização precoce e especializada;

V - ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil; e

VI - articulação da graduação com a pós-graduação e da educação superior com a educação básica.

Art. 3º O Ministério da Educação destinará ao Programa recursos financeiros, que serão reservados a cada universidade federal, na medida da elaboração e apresentação dos respectivos planos de reestruturação, a fim de suportar as despesas decorrentes das iniciativas propostas, especialmente no que respeita a:

I - construção e readequação de infraestrutura e equipamentos necessárias à realização dos objetivos do Programa;

II - compra de bens e serviços necessários ao funcionamento dos novos regimes acadêmicos; e

III - despesas de custeio e pessoal associadas à expansão das atividades decorrentes do plano de reestruturação.

§ 1º O acréscimo de recursos referido no inciso III será limitado a vinte por cento das despesas de custeio e pessoal da universidade, no período de cinco anos de que trata o art. 1º, § 1º.

§ 2º O acréscimo referido no § 1º tomará por base o orçamento do ano inicial da execução do plano de cada universidade, incluindo a expansão já programada e excluindo os inativos.

§ 3º O atendimento dos planos é condicionado à capacidade orçamentária e operacional do Ministério da Educação.

Art. 4º O plano de reestruturação da universidade que postule seu ingresso no Programa, respeitados a vocação de cada instituição e o princípio da autonomia universitária, deverá indicar a estratégia e as etapas para a realização dos objetivos referidos no art. 1º.

*Parágrafo único.* O plano de reestruturação deverá ser aprovado pelo órgão superior da instituição.

Art. 5º O ingresso no Programa poderá ser solicitado pela universidade federal, a qualquer tempo, mediante proposta instruída com:

I - o plano de reestruturação, observado o art. 4º;

II - estimativa de recursos adicionais necessários ao cumprimento das metas fixadas pela instituição, em atendimento aos objetivos do Programa, na forma do art. 3º, vinculando o progressivo incremento orçamentário às etapas previstas no plano.

Art. 6º A proposta, se aprovada pelo Ministério da Educação, dará origem a instrumentos próprios, que fixarão os recursos financeiros adicionais destinados à universidade, vinculando os repasses ao cumprimento das etapas.

Art. 7º As despesas decorrentes deste decreto correrão à conta das dotações orçamentárias anualmente consignadas ao Ministério da Educação.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 24 de abril de 2007; 186º da Independência e 119º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA  
Fernando Haddad  
Paulo Bernardo Silva

Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial da União - Seção 1 de 25/04/2007

**Publicação:**

- Diário Oficial da União - Seção 1 - 25/4/2007, Página 7 (Publicação Original)